



Tipo Jurídico

Porte Empresarial

Normal

Nome

TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

Código Ato

Eventos

006

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
999	1	Ata de Assembléia Geral Ordinária / Sem Eventos (Empresa)
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR ANTÔNIO MELKI JUNIOR, RONALD AMARAL SHARP JÚNIOR E SÉRGIO GARCIA DOS SANTOS SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 26/06/2018 e arquivado em 26/06/2018


Bernardo Feijó Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL



00-2018/132119-0

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

57

1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0015258-0 Protocolo: 00-2018/132119-0 Data do protocolo: 20/06/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/06/2018 SOB O NÚMERO 00003218179 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: ED1CD3A6AF164CA0F4BAAF25083BD4D6DCC1922C1675DB1968E7C84F336F4115

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 1/57



TELEMAR NORTE LESTE S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CNPJ/MF 33.000.118/0001-79

NIRE 33 300 152580

Ata da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

realizada no dia 20 de junho de 2018

(Lavrada na forma de sumário conforme faculta o art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76)

1. LOCAL, DATA E HORA: Realizada na sede da Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia"), localizada na Rua do Lavradio, 71, 2º andar – Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20230-070, no dia 20 de junho de 2018, às 10h30.

2. CONVOCAÇÃO: Dispensada, nos termos do §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, face à presença da acionista representante da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas.

3. PRESENÇA: Acionista da Companhia representando 100% do capital social, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas.

4. MESA: Como Presidente, o Sr. Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão; e, como Secretária, a Sra. Daniella Geszikter Ventura.

5. ORDEM DO DIA: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhados do parecer dos auditores independentes; (ii) Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; e (iii) Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício de 2018.

6. DELIBERAÇÕES: Após autorizada a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária em forma de sumário, foram examinadas as matérias da Ordem do Dia e tomadas as seguintes deliberações pela acionista representando 100% do capital social da Companhia:

(i) Inicialmente, foi dispensada a leitura do Relatório da Diretoria, do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras, relacionados ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, por já serem do conhecimento da acionista, tendo em vista que tais documentos foram integralmente publicados na edição do dia 20 de junho de 2018 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, nas páginas 3 a 16 e do Jornal Diário Comercial, nas páginas 13 a 25. Foi considerada sanada a falta de publicação dos anúncios comunicando a disponibilidade dos documentos da Administração acima referidos, conforme artigo 133, § 4º, da Lei nº 6.404/1976. Em seguida, foram aprovados o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer dos Auditores

Independentes, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

(ii) Em conformidade com a proposta da Administração constante das Demonstrações Financeiras de 2017, consignar a apuração de Prejuízo no Exercício no montante de R\$ 4.271.513.438,18 (quatro bilhões, duzentos e setenta e um milhões, quinhentos e treze milhões, quatrocentos e trinta e oito reais e dezoito centavos) que será destinado da seguinte forma: (1) para constituição de prejuízos acumulados, o valor de R\$ 1.589.174.872,93 (um bilhão, quinhentos e oitenta e nove milhões, cento e setenta e quatro mil, oitocentos e setenta e dois reais e noventa e três centavos); (2) para absorção da Reserva Legal, o valor de R\$ 245.441.158,62 (duzentos e quarenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, cento e cinquenta e oito reais e sessenta e dois centavos); (3) para absorção da Reserva de Investimento, o valor de R\$ 1.004.567.465,46 (um bilhão, quatro milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e seis centavos); (4) para absorção da Reserva de Capital, o valor de R\$ 1.432.329.941,17 (um bilhão, quatrocentos e trinta e dois milhões, trezentos e vinte e nove mil, novecentos e quarenta e um reais e dezessete centavos).

(iii) Considerando que os atuais membros da Diretoria ao tomarem posse renunciaram à percepção de remuneração, conforme Termos de Posse firmados pelos mesmos, a acionista decidiu aprovar, neste momento, um valor global de Remuneração para a Administração da Companhia no exercício de 2018 igual da R\$0,00, sendo certo que tal aprovação deverá ser revista pela acionista caso, antes da próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2019, se verifique alguma modificação no cenário atual de renúncia à percepção de remuneração pelos administradores.

7. ENCERRAMENTO: Não havendo qualquer outro pronunciamento, o Presidente da Mesa considerou encerrados os trabalhos da presente Assembleia Geral Extraordinária, determinando que fosse lavrada a presente ata, em forma de sumário, conforme facultado pelo artigo 130, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76. ASSINATURAS: Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão – Presidente; Daniella Geszikter Ventura – Secretária; ACIONISTA – Oi S.A.- Em Recuperação Judicial, representadas por Eurico de Jesus Teles Neto, Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão, José Cláudio Moreira Gonçalves e Bernardo Kos Winik.

A presente certidão é cópia fiel da ata, lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2018.


Daniella Geszikter Ventura
Secretária

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.003.118/000-79

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da TELEMAR NORTE LESTE S.A. (TMAR) submete o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Perfil Corporativo e Desempenho Operacional). A TMAR é uma das principais provedoras de serviços de telefonia fixa do Brasil, prestando serviços em 16 estados da Federação que compõem a Região I do Plano Geral de Outorgas.

A nossa planta de telefonia fixa encerrou 2017 com 12,2 milhões de clientes na Região I, um decréscimo de 4,8% em relação ao ano anterior. Somos a principal empresa de telefonia fixa da Região I com uma participação no mercado de 54,1%, segundo a ANATEL⁽¹⁾. Na Banda Larga encerramos 2017 com uma base de 3,3 milhões de clientes, que representa um decréscimo de 3,4% em relação a 2016. A planta de TV da Oi fechou 2017 com 1,01 milhões de clientes, que representa um acréscimo de 17,9% em relação a 2016. (*) A última informação disponibilizada pela ANATEL para o mercado de fixa foi de 31/12/2017.

registrou EBITDA negativo de R\$ 1.054 milhões em 2017, um decréscimo de 134,2% no comparativo com o exercício anterior. A Companhia encerrou 2017 com um prejuízo líquido de R\$ 4.334 milhões, representando um aumento no prejuízo da Companhia de 28,8% em relação a 2016.

Agradecimentos: Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e órgãos públicos pelo apoio e confiança com que distinguiram a nossa companhia, especialmente, em 2017.

Agradecemos, em especial, aos nossos colaboradores pelo empenho, comprometimento, dedicação e esforço pessoal que tanto contribuíram para o crescimento da Oi ao longo do ano.

	2017	2016	Var. %
PLANTA REGIÃO I	12.170	12.780	-4,8%
FIXA	7.804	8.564	-7,8%
BANDA LARGA	3.258	3.371	-3,4%
TV	1.008	855	17,9%

Em milhares

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017, 2016 E 1 DE JANEIRO DE 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
		(Reapre- sentado)	(Reapre- sentado)	(Reapre- sentado)	(Reapre- sentado)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	637.113	816.498	1.402.504	2.944.417
Aplicações financeiras	9		577	67.779	70.60
Instrumentos financeiros derivativos	3			378.477	378.477
Contas a receber	10	3.304.307	3.362.097	3.737.154	6.304.176
Estoque		777.17	1.380	68.610	294.908
Tributos correntes a recuperar	11	145.314	357.590	170.256	647.126
Outros tributos	12	578.991	385.490	281.810	908.330
Dividendos a juros sobre o capital próprio	24	870.125	1.168.950	184.485	279.40
Depósitos e bloqueios judiciais	13	282.870	292.973	324.885	336.581
Ativo relacionado aos fundos de pensão	23			90	705
Diversos ativos		1.321.728	1.068.067	818.436	1.235.682
		2.196.665	2.372.812	7.432.396	12.596.190
Não circulante					
Aplicações financeiras	9			84.729	165.218
Instrumentos financeiros derivativos	3			1.168.813	1.168.813
Ativo financeiro disponível para venda	31 (i)	89.198	64.044	103.509	89.168
Créditos com partes relacionadas	24	861.822	861.806	885.628	5.094.751
Tributos diferidos a recuperar	11			363.513	716.349
Outros tributos	12	315.814	415.183	322.295	442.369
Depósitos e bloqueios judiciais	13	2.862.370	2.785.719	2.933.892	3.936.743
Ativo relacionado aos fundos de pensão	23			3.174	3.813
Diversos ativos		236.040	88.245	122.621	259.519
Investimentos	14	9.048.392	8.336.530	8.312.032	122.438
Imobilizado	15	12.408.503	11.872.381	11.729.085	21.007.535
Intangível	16	265.326	443.171	609.809	2.200.146
		25.090.485	24.930.879	26.551.559	33.627.833
Total do ativo		32.287.130	32.303.491	33.983.956	46.224.023
				46.043.489	42.887.717
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores		3.708.720	2.964.751	1.851.601	6.654.926
Salários, encargos sociais e benefícios		322.675	194.364	238.872	746.073
Emprestimos e financiamentos	17	11.045.059	10.290.320	2.269.612	13.013.574
Instrumentos financeiros derivativos	3				

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
		(Reapre- sentado)	(Reapre- sentado)	(Reapre- sentado)	(Reapre- sentado)
Receitas de vendas e serviços	4	16.965.270	9.296.084	19.946.302	20.757.012
Custo dos bens e serviços vendidos	5	(6.882.889)	(7.680.850)	(13.810.415)	(13.774.732)
Lucro bruto		10.082.381	1.615.234	6.135.887	6.982.280
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	14	(201.739)	421.234	(1.091)	1.322
Despesas com vendas	5	(1.570.210)	(1.649.181)	(3.876.149)	(3.834.254)
Despesas gerais e administrativas	5	(814.918)	(899.699)	(2.175.965)	(2.432.095)
Outras receitas operacionais	6	1.020.521	918.790	1.650.272	1.267.753
Outras despesas operacionais	6	(5.286.580)	(1.015.802)	(7.144.103)	(3.020.445)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		(6.658.936)	(2.324.658)	(11.647.038)	(8.077.848)
Receitas financeiras	7	3.873.029	438.030	4.874.435	1.407.395
Despesas financeiras	7	(2.382.720)	(2.248.375)	(4.316.525)	(1.888.602)
Resultado financeiro	7	1.490.309	(1.750.345)	557.910	(481.206)
Prejuízo antes das tributações		(4.555.046)	(2.467.569)	(4.453.239)	(1.506.395)
Imposto de renda e contribuição social					
Comente	8	(125.352)	(48.545)	(728.293)	(397.606)
Diferido	9	409.366	(887.812)	847.577	(1.513.246)
Prejuízo do exercício		283.534	(736.357)	119.384	(1.910.832)
Prejuízo atribuído aos controladores		(4.271.512)	(3.203.926)	(4.333.855)	(3.471.477)
Prejuízo atribuído aos não controladores		(4.271.512)	(3.203.926)	(4.271.512)	(3.203.926)
Prejuízo básico e diluído por ação (ordinária e preferencial) (R\$)	22(i)	(12.40)	(9.30)	(12.40)	(9.30)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
		(Reapre- sentado)	(Reapre- sentado)	(Reapre- sentado)	(Reapre- sentado)
Atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(4.555.046)	(2.467.569)	(4.453.239)	(1.506.395)
Itens de resultado que não afetam o caixa					
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias		318.406	142.365	1.891.972	(786.548)
Depreciação e amortização		2.003.421	2.247.106	3.959.232	4.105.515
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		241.013	154.743	630.901	(528.850)
Provisões		4.508.315	536.977	4.810.183	817.383
Ajuste a valor presente (Nota 1 e 7)		(3.184.309)		(3.261.000)	
Provisão para fundos de pensão		23	130	101	
Equivalência patrimonial					
Despesas com vendas e serviços		16.965.270	9.296.084	19.946.302	20.757.012

Outros tributos	12	286.287	318.416	327.100	736.438	944.168	782.281
Dividendos e juros sobre o capital próprio	24	848.136	849.097	850.559	849.136	849.097	850.559
Autorizações e concessões a pagar	18		55.804		20.306	77.421	911.930
Programa de refinanciamento fiscal	19	115.114	31.877	30.945	131.660	46.542	35.739
Provisões para fundos de pensão	23				55	301	252
Provisões	20	155.138	176.907	283.613	352.713	287.514	398.782
Demais obrigações	21	435.066	262.332	177.778	1.446.799	1.697.520	1.206.249
		16.921.217	15.103.844	6.150.691	24.512.790	22.192.312	12.712.806
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	17	3.884.642	3.517.061	11.415.590	9.344.851	9.248.073	12.933.151
Tributos devidos a receber	11	419.861	353.435		500.110	826.327	
Outros tributos	12	365.727	336.714	327.377	828.150	898.119	798.084
Autorizações e concessões a pagar	18				604	4.073	6.607
Programa de refinanciamento fiscal	19	223.046	217.825	239.273	260.949	265.630	275.685
Provisões para fundos de pensão	23				330	33	36
Provisões	20	2.886.521	1.479.853	1.332.306	3.877.053	2.308.547	1.588.800
Demais obrigações	21	1.780.514	1.267.359	1.278.073	1.222.780	1.281.528	1.394.971
		9.550.311	7.114.247	14.592.819	16.034.527	13.842.330	16.851.344
Patrimônio líquido	22						
Capital social		11.661.082	11.661.082	11.661.082	11.661.082	11.661.082	
Reservas de capital		255.807	1.667.378	1.667.378	255.807	1.667.378	1.667.378
Reservas de lucro			1.270.767	3.626.060		1.270.767	3.626.060
Ágio em transações de capital e variações de percentagens de participações		(90.980)	(90.980)	(90.980)	(90.980)	(90.980)	(90.980)
Outros resultados abrangentes		8.568	6.854	(41.736)	8.568	6.854	(41.736)
Prejuízos acumulados		(6.018.885)	(4.429.711)	(3.551.078)	(6.018.885)	(4.429.711)	(3.551.078)
Participação dos não controladores	22	5.815.602	10.085.400	13.240.736	5.815.602	10.085.400	13.240.736
Total do patrimônio líquido		5.815.602	10.085.400	13.240.736	5.815.602	10.085.400	13.240.736
Total do passivo e patrimônio líquido		32.287.130	32.303.491	33.993.958	46.224.023	46.043.488	42.887.717

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016							
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma							
		Controladora		Consolidado			
		2017	2016	2017	2016		
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)		
Prejuízo do exercício		(4.271.512)	(3.203.926)	(4.333.856)	(3.417.447)		
Ganho (Perda) de contabilidade de " hedge "			86.672		86.672		
Perda atuarial reflexa		(356)	(309)	(356)	(309)		
Variação de participação de investimentos		1.949	(8.541)	1.949	(8.541)		
Resultado abrangente antes dos impostos		(4.269.919)	(3.125.904)	(4.332.262)	(3.339.425)		
Efeito dos impostos sobre outros resultados abrangentes:							
Contabilidade de " hedge "			(29.537)		(29.537)		
Perda atuarial reflexa		121	105	121	105		
Total do resultado abrangente do exercício		(4.269.798)	(3.155.336)	(4.332.141)	(3.368.857)		
Resultado abrangente atribuído ao controlador		(4.269.798)	(3.155.336)	(4.269.798)	(3.155.336)		
Resultado abrangente atribuído ao não controlador				(62.343)	(213.521)		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Operações de instrumentos financeiros derivativos		973.875		973.875			
Atualização monetária de créditos com partes relacionadas e debêntures privadas	(110.454)	(138.575)	(508.022)	(630.923)			
Atualização monetária de provisões	284.920	301.861	500.274	383.145			
Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	6.598	5.336	9.558	8.918			
Dividendos prescritos				(1.479)			
Outros	153.387	(53.410)	232.732	(62.204)			
	794.334	1.360.015	4.314.512	3.952.430			
Mutuações patrimoniais							
Contas a receber	(183.725)	220.314	(201.991)	(496.275)			
Estoques	(46.531)	29.360	108.672	(58.279)			
Tributos	520.854	(309.984)	107.245	(230.048)			
Aplicações financeiras mantidas para negociação	(4.105)	(223.624)	(336.860)	(1.490.729)			
Resgates de aplicações financeiras mantidas para negociação	4.719	290.216	727.304	1.606.986			
Fornecedores	175.461	278.463	42.917	(1.080.782)			
Salários, encargos sociais e benefícios	20.495	(68.203)	(46.674)	(96.853)			
Provisões	(149.725)	(272.930)	(331.174)	(462.581)			
Outras contas ativas e passivas	(75.500)	(106.333)	14.384	1.065.150			
	261.942	(162.721)	(115.377)	(1.343.421)			
Encargos financeiros pagos	(90.821)	(404.344)	(76.929)	(889.350)			
Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	(47.579)	(38.759)	(266.151)	(192.730)			
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	(126.152)	(124.500)	(192.738)	(172.218)			
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	1.060.076	1.153					
	795.624	(566.440)	(505.826)	(1.268.356)			
Fluxo de caixa das atividades operacionais		1.947.990	630.854	3.663.409	1.349.653		
Atividades de investimentos							
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(1.848.973)	(1.409.603)	(3.568.085)	(2.579.697)			
Créditos com partes relacionadas - Liberações		(197.846)		(4.207.247)			
Créditos com partes relacionadas - Recebimentos		25.035	963	504.982			
Recursos obtidos na venda de investimentos, imobilizado e intangível	48	139.936	11	133.988			
Depósitos e bloqueios judiciais	(95.221)	(265.405)	(178.013)	(463.362)			
Resgates de depósitos e bloqueios judiciais	99.687	130.225	186.613	200.653			
Aumento/Redução dos investimentos permanentes		(89)		12.088			
Aumento de capital em controladas		(348.787)					
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		(1.944.459)	(1.929.548)	(3.578.611)	(6.324.505)		
Atividades de financiamentos							
Captações líquidas de custos		55.442	1.933.084	45.569	8.588.965		
Pagamentos de principal da empréstimos, financiamentos, derivativos e leasing			(1.191.356)	(31.031)	(2.480.310)		
Autorizações e concessões	(86.915)		(88.405)	(204.778)			
Programa de refinanciamento fiscal	(71.425)	(26.052)	(103.338)	(31.206)			
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(9)	(22)	(9)	(22)		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		(82.907)	715.554	(157.215)	5.873.549		
Variação cambial sobre equivalentes de caixa		81	(2.966)	566	(154.850)		
Fluxo de caixa do exercício		(179.385)	(586.006)	(71.752)	743.947		
Caixa e equivalentes de caixa							
Saldo final		637.113	816.498	2.944.417	3.016.169		
Saldo inicial		816.498	1.402.504	3.016.169	2.272.222		
Variação no exercício		(179.385)	(586.006)	(71.752)	743.947		

DIVULGAÇÕES ADICIONAIS A DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

		Controladora		Consolidado			
		2017	2016	2017	2016		
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)		
Compensação de depósitos judiciais contra provisões		52.038	68.213	67.467	83.244		
Variação entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)		584.055	836.087	878.780	1.478.552		
Aumento de capital em controladas			(382.325)				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

-continuação-

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017, 2016 E 1 DE JANEIRO DE 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Atribuído à participação dos controladores												Total do patrimônio líquido
	Reservas de capital			Reservas de lucro			Ação em transações de capital e variações de percentagens de participações			Total da participação dos acionistas não controladores	Participação dos acionistas controladores		
	Capital social	Ação na subscrição de ações	Doações e subvenções para investimento	Estatuto Lei nº 8.200/1991	Legal	Incentivos fiscais	Investimentos	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes				
Em 1 de janeiro de 2016 (anteriormente apresentado)	11.661.092	1.038.525	627.182	1.671	245.441	20.759	3.359.860	(3.581.078)	(90.980)	(41.736)	16.821.814		16.821.814
Ajustes								(3.581.078)			(3.581.078)		(3.598.247)
Em 1 de janeiro de 2016 (Reapresentado)	11.661.092	1.038.525	627.182	1.671	245.441	20.759	3.359.860	(3.581.078)	(90.980)	(41.736)	13.240.736		13.223.567
Aumento de capital em contrapartida												154.137	154.137
Ganho de contabilidade de "hedge"											57.335		57.335
Perda atuarial rejeita											(204)		(204)
Variação de participação de investimentos											(8.541)		(8.541)
Prejuízo do exercício								(3.203.928)			(3.203.928)	(213.521)	(3.417.447)
Realização da reserva de investimentos							(2.355.293)	2.355.293					
Em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	11.661.092	1.038.525	627.182	1.671	245.441	20.759	1.004.567	(4.429.711)	(90.980)	6.854	10.085.400	(75.553)	10.009.847
Perda atuarial rejeita											(235)		(235)
Variação de participação de investimentos											1.949		1.949
Prejuízo do exercício								(4.271.512)			(4.271.512)	(62.343)	(4.333.855)
Realização da reserva de ação na subscrição de ações		(1.038.525)						1.038.525					
Realização da reserva de doações e subvenções			(373.046)					373.046					
Realização da reserva legal					(245.441)			245.441					
Realização da reserva de incentivos fiscais						(20.759)		20.759					
Realização da reserva de investimentos							(1.004.567)	1.004.567					
	11.661.092		254.136	1.671				(6.018.885)	(90.980)	8.568	5.815.902	(138.896)	5.676.706
Em 31 de dezembro de 2017	11.661.092			255.807				(6.018.885)	(90.980)	8.568	5.815.902	(138.896)	5.676.706

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017, 2016 E 1 DE JANEIRO DE 2016 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS: A Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia" ou "Telemar"), sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro na Rua do Lavradio, nº 71, 2º andar - Centro, é uma sociedade de capital fechado, subsidiária integral da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi" ou "Controladora"). A Telemar é a principal prestadora de serviços de telefonia fixa na sua área de atuação na Região I do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, Roraima e Amapá (exceto no Setor 3 da referida região, que corresponde a 57 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no estado de Minas Gerais, onde a CTBC - Companhia de Telecomunicações do Brasil Central opera). A prestação desses serviços é eleita com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações. A Companhia possui ainda: (i) concessão da ANATEL para a prestação do serviço de longa distância nacional na mesma região, bem como concessão para o serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro e (ii) através da Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial ("Oi Móvel") a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III. Os contratos de concessão do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia junto à ANATEL, vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão preveem revisões quinquenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Em 30 de dezembro de 2016, a ANATEL anunciou que a revisão a ser implementada até o final de 2015 havia sido postergada até 30 de abril de 2016. Posteriormente, em 29 de abril de 2016, a ANATEL decidiu, por meio do Circulo Deliberativo, postergar novamente a assinatura da revisão dos contratos, desta vez para 31 de dezembro de 2016. Mais uma vez, em 30 de dezembro de 2016 e novamente por Circulo Deliberativo, a ANATEL promoveu a assinatura dos novos contratos de concessão para até 30 de junho de 2017. Em 29 de junho de 2017, a ANATEL informou, por meio de ofício, que não mais realizaria as alterações nos contratos de concessão nesta oportunidade. Assim, até o final do contrato de concessão em 31 de dezembro de 2025, há ainda a oportunidade de revisão em 31 de dezembro de 2020. Vale observar que o Projeto de Lei da Câmara 759/2016 prevê em seu texto uma alteração excepcional dos contratos de concessão para que se ajustem à possibilidade de migração do regime público para o regime privado de prestação do STFC, portanto, se promulgado na forma que está proposto, é possível uma alteração do contrato de concessão fora da data de 31 de dezembro de 2020. Ao longo dos anos, a ANATEL iniciou alguns procedimentos visando monitorar a situação financeira da Companhia, bem como para avaliar a nossa capacidade em relação ao cumprimento das obrigações inerentes aos termos dos contratos de concessão. Considerando a aprovação do Plano de Recuperação Judicial pelos Credores e posterior homologação pelo juiz competente a ANATEL, nesse contexto, passou a acompanhar a situação financeira da Companhia e a situação financeira do Grupo Oi a partir da assinatura e efetivação do referido PRL. A autorização para

Público do Estado do Rio de Janeiro. Em 10 de outubro de 2017, os membros do Conselho de Administração da Oi aprovaram, por maioria, a nova versão do PRL. Em 11 de outubro de 2017, as Recuperandas apresentaram uma nova versão do PRL, conjunta e consolidada, perante o Juízo da Recuperação Judicial, a ser deliberado em AGC nas datas mencionadas acima, assim como o laudo do avaliador independente. Em 20 de outubro de 2017, atendendo aos pedidos formulados por determinados credores do Grupo Oi, o Juízo da Recuperação Judicial determinou o adiamento da AGC para os dias 6 de novembro de 2017, em primeira convocação, e 27 de novembro de 2017, em segunda convocação. Em observância ao prazo previsto no artigo 36 da Lei nº 11.012/2005, o Juízo da Recuperação Judicial, diante de um requerimento feito pelo Administrador Judicial, deferiu o adiamento da data da AGC, que se realizaria no dia 6 de novembro de 2017, em primeira convocação, para o dia 10 de novembro de 2017, tendo sido mantida a data de 27 de novembro de 2017 para a realização da AGC em segunda convocação. Em 9 de novembro de 2017, atendendo a novos pedidos formulados por determinados credores do Grupo Oi, o Juízo da Recuperação Judicial determinou novamente o adiamento da AGC para os dias 7 de dezembro de 2017, em primeira convocação, podendo continuar no dia 9 de dezembro de 2017, se necessário, e 1 de fevereiro de 2018, em segunda convocação, podendo continuar no dia 2 de fevereiro de 2018, conforme necessário. Novamente, em 29 de novembro de 2017, o Juízo da Recuperação Judicial, deferiu o adiamento da AGC para o dia 19 de dezembro de 2017, em primeira convocação, podendo continuar no dia 20 de dezembro de 2017, se necessário, e em 1 de fevereiro de 2018, em segunda convocação, podendo continuar no dia 2 de fevereiro de 2018, conforme necessário. No dia 19 de dezembro de 2017, após a confirmação do quorum necessário dos credores das classes I, II, III e IV, a AGC foi instalada, tendo o PRL sido aprovado por ampla maioria de credores no dia 20 de dezembro de 2017. Em 8 de janeiro de 2018 o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão em que homologou o PRL e concedeu a recuperação judicial ao Grupo Oi. A referida decisão foi publicada em 5 de fevereiro de 2018, dando início ao prazo para que os credores das Recuperandas possam escolher entre as opções de pagamento de seus respectivos créditos, na forma prevista no PRL, o qual se encerrou no dia 26 de fevereiro de 2018, exceto para detentores de "bonds", cujo prazo foi estendido até o dia 9 de março conforme decisão proferida pelo Juízo da Recuperação Judicial em 26 de fevereiro de 2018. No contexto da operação da recuperação judicial, certos saldos de ativos e passivos consolidados aumentaram em resultado da entrada em recuperação judicial de algumas empresas do Grupo Oi e consequente suspensão de pagamento de determinadas obrigações financeiras. Os principais saldos de ativos e passivos consolidados impactados foram: caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber referente a serviços prestados de forma recíproca entre as operadoras de telefonia, fornecedores e empréstimos e financiamentos. No decorrer da preparação do PRL a Companhia realizou um conjunto significativo de cenários para a evolução dos negócios operacionais e indicadores financeiros e realizou um conjunto de discussões com credores e parceiros abrangidos pelo PRL. Este trabalho preparatório foi alongado na medida da complexidade e dimensão dos negócios da Companhia, da existência de um elevado número de processos e procedimentos operacionais e financeiros com impacto nas premissas usadas pela Administração e na quantidade e diversidade de informação usada. A Administração da Companhia identificou, por conta do processo de recuperação judicial, bem como na preparação do PRL a existência de distorções em alguns dados, bem como a possibilidade de alterações nas informações das seguintes áreas: a) identificação da fonte da

...e as demais constantes do termo de autenticação.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NIRE: 333.0015258-0 Protocolo: 00-2018/132119-0 Data do protocolo: 20/06/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 26/06/2018 SOB O NÚMERO 00003218179 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: ED1CD3A6AF16CA0F4BAAF25083BD4D6DCC1922C1675DB1968E7C84F336F4115

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo. Pag. 8/57

-2- continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

todo o ano de 2016 até 31 de março de 2017. A partir de 1 de abril de 2017, a TJLP reduziu para 7,0% a.a., mantendo-se neste patamar até 31 de dezembro de 2017. Antes do encerramento do trimestre, por sua vez, o Conselho Monetário Nacional havia decidido por uma redução desta taxa, desta vez para 6,75% a.a..

2017

Cenários de taxas de juros					
Cenário provável			Cenário possível		
USD			USD		
CDI	TJLP	LIBOR 6M	CDI	TJLP	LIBOR 6M
6,89%	7,00%	1,8371%	8,61%	8,75%	2,2963%
					10,34%
					10,50%
					2,7556%

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

2017

Descrição	Risco individual	Controladora			Consolidado		
		Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dividas em CDI	Alta do CDI	399.868	417.592	435.151	399.868	417.592	435.151
Dividas em TJLP	Alta da TJLP	656.103	820.130	984.156	411.634	514.543	617.452
Dividas em US\$ LIBOR	Alta da US\$	374.109	403.995	433.880	374.109	403.995	433.880
Total Ativo/Passivo atrelado a taxa de juros		1.430.080	1.641.717	1.853.187	1.185.611	1.336.130	1.486.483
Total (ganho) perda		211.637	423.107		150.519	300.872	

3.2.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

Em 31 de dezembro de 2017, aproximadamente 98,6% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de "rating" AAA, AA, A e de risco soberano.

3.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede e investir em novos negócios. A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede.

Faço ao atual cenário de recuperação judicial, conforme mencionado na Nota 1, as obrigações da Companhia relativas aos vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, serão negociados com os credores no âmbito do plano de recuperação judicial.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta de vendas e/ou serviços	11.196.163	13.761.473	30.594.804	33.270.925
Deduções da receita bruta	(3.499.893)	(4.463.389)	(10.648.502)	(12.503.913)
Tributos	(2.699.460)	(2.864.301)	(6.127.168)	(6.115.655)
Outras deduções	(800.433)	(1.599.088)	(4.521.334)	(6.388.258)
Receitas de vendas e/ou serviços	7.696.270	9.299.094	19.946.302	20.767.012

5. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Serviços de terceiros	(1.944.930)	(2.163.095)		
Depreciação e amortização				

9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e em 1 de janeiro de 2016, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e contas bancárias	73.462	77.024	195.166	168.184
Equivalentes de caixa	563.651	739.474	1.207.338	2.776.233
Total	637.113	816.498	1.402.504	2.944.417

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Operações compromissadas	520.679	627.141	331.635	2.692.168
CDB - Certificado de Depósito Bancário	42.017	111.070	104.798	81.093
"Time Deposits"	914	1.215	749.415	914
Outros	41	48	21.490	2.058
Equivalentes de caixa	563.651	739.474	1.207.338	2.776.233

(b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Títulos privados			84.729	165.218
Títulos públicos		577	6.293	7060
Outros			61.486	95.507
Aplicações financeiras		577	67.779	91.789
Circulante		577	67.779	7.060
Não circulante			84.729	165.218

10. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Serviços faturados	3.464.200	3.394.933	3.792.279	6.226.710
Serviços a faturar	304.391	303.160	290.665	303.067
Aparelhos e acessórios vendidos				624.138
Subtotal:	3.768.591	3.698.093	4.082.944	7.153.915
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(463.784)	(335.996)	(345.790)	(769.739)
Total	3.304.807	3.362.097	3.737.154	6.384.176

Este montante inclui saldos com partes relacionadas conforme Nota 24.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

Outras receitas	112.396	14.029	193.056	164.014
Total	1.020.521	918.790	1.650.272	1.267.753
Outras despesas operacionais				
Provisões/reversões	(4.508.315)	(536.977)	(4.810.183)	(1.754.786)
Tributos	(393.128)	(238.345)	(1.274.785)	(752.511)
Participação de empregados e administradores	(107.496)	(24.015)	(236.412)	(62.036)
Baixa de imobilizado	(115.241)	(26.128)	(118.797)	(45.080)
Multas	(73.001)	(13.902)	(103.328)	(42.672)
Descontos concedidos	(2.307)	(3.523)	(4.557)	(4.853)
Provisão para fundo de pensão e outros correlatos	(23)		(130)	(101)
Outras despesas	(87.079)	(172.912)	(595.911)	(358.406)
Total	(5.286.590)	(1.015.802)	(7.144.103)	(3.020.445)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2016	2016	2016	2016
	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente (i)	3.184.388		3.261.008	
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	494.348	268.277	610.934	472.595
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	112.742	141.460	589.144	632.582
Rendimentos de aplicações financeiras	68.746	46.569	297.328	222.984
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	81	(6.638)	550	(5.877)
Dividendos recebidos		10.305		10.305
Outras receitas	12.724	38.057	115.471	74.807
Total	3.873.029	498.030	4.874.435	1.407.396

Despesas financeiras e outros encargos

a) Despesas com empréstimos e financiamentos

Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(458.846)	(398.847)	(1.620.116)	547.382
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(669.331)	(788.436)	(844.389)	(934.189)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(67.241)	923.125	(67.525)	921.800
Juros sobre debêntures	(4.886)	(3.214)	(4.886)	(3.214)
Operações de instrumentos financeiros derivativos		(973.875)		(973.875)
Sub-total:	(1.200.304)	(1.241.307)	(2.536.916)	(442.096)

b) Outros encargos

Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(536.633)	(256.291)	(669.845)	(390.165)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(177.911)	(244.540)	(362.263)	(417.080)
Atualização monetária de provisões	(284.920)	(301.961)	(500.274)	(383.145)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(6.598)	(5.536)	(9.558)	(8.918)
Desvalorização com ativo financeiro disponível para venda (ii)	25.154	(39.456)	24.234	(39.921)
Outras despesas	(201.508)	(159.284)	(261.903)	(207.277)
Sub-total:	(1.182.416)	(1.007.068)	(1.779.609)	(1.446.506)
Total	(2.382.720)	(2.248.375)	(4.316.525)	(1.888.602)
Resultado financeiro	1.490.309	(1.750.345)	557.910	(481.206)

(i) Refere-se ao ajuste a valor presente decorrente da revisão dos cálculos da provisão para contingências relacionadas a processos administrativos e judiciais no âmbito da ANATEL, calculado considerando a melhor estimativa de saída de caixa futura, nas formas de pagamento previstas no PRJ (Nota 20).

(ii) Vide Nota 3.1 item (i).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2016	2016	2016
	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(125.852)	(48.545)	(728.293)	(397.606)
Tributos diferidos	409.356	(687.812)	847.677	(1.513.246)
Total	283.534	(736.357)	119.384	(1.910.852)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2016	2016	2016
	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Prejuízo antes das tributações	(4.555.046)	(2.467.569)	(4.453.239)	(1.506.595)

IRPJ e CSLL

IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	1.548.716	838.973	1.514.101	512.242
Equivalência patrimonial	(68.591)	143.220	(371)	473
Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio	(25.241)	(167.110)		
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da				

IR a recuperar (i)	43.435	15.792	325.857	277.248	221.704
IRRF / CS - Impostos retidos na fonte (ii)	91.814	339.529	170.256	206.140	417.786
Circulante	145.314	357.590	170.256	647.126	800.391
Tributos diferidos a recuperar					
IR e CS sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais (iii)			363.913		716.349
Não circulante			363.913		716.349

	Controladora		Consolidado	
	2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Tributos correntes a recolher				
Impostos de renda a pagar	2.958	13.781	8.791	408.536
Contribuição social a pagar	1.064	5.065	3.225	150.574
Circulante	4.022	18.846	12.016	559.110
Tributos diferidos a recolher				
IR e CS sobre diferenças temporárias	419.861	353.435	500.110	826.327
Não circulante	419.861	353.435	500.110	826.327

(i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.

(ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, dividendos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

(iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

(iv) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, que serão compensadas com tributos federais.

O estoque de prejuízos fiscais é de aproximadamente R\$ 8.751.528 e correspondem a R\$ 2.975.520 de tributos diferidos ativos, que não expiram e que poderão ser compensados no futuro. Do total de tributos diferidos ativos, R\$ 353.555 (2016 - R\$ 531.046 e 01/01/2016 - R\$ 1.161.694) foram reconhecidos por apresentar histórico de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora				
	Saldo em 2016	Reconhecido no resultado IR/CS diferido	Adições/Compen-sações	Saldo em 2016	Reconhecido no resultado IR/CS diferido
	(Reapresentado)			(Reapresentado)	
Impostos diferidos ativos com relação a:					
Diferenças temporárias					
Provisão para participação nos lucros	25.283	(17.118)		8.165	30.396
Provisões	384.940	26.114		411.054	173.621
Perdas estimadas para créditos de liquidações duvidosa	465.205	13.629		478.834	32.666
Variações cambiais	199.447	79.432		278.879	55.161
Outras adições/exclusões temporárias - Ativo	210.086	(514.566)	504.907	200.427	65.990
Juros da dívida		203.472		203.472	341.138
Contabilidade de "hedge"	29.537	(29.537)			
Outras adições/exclusões temporárias - Passivo	(315.015)		315.015		
Provisão para perda	(1.314.498)	(266.333)		(1.580.831)	(698.972)
Subtotal tributos diferidos					

Circulante	286.287	318.416	327.100	738.438	944.168	782.281
Não circulante	355.727	338.714	327.377	828.150	898.119	798.084

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000. Ainda conforme a legislação estadual do Rio de Janeiro nº 7.298/2016 e nº 7.019/2015, a Companhia e empresas controladas aderiram à compensação das dívidas do Governo com créditos tributários relativos ao ICMS devido pelas mesmas, na forma prevista nos artigos 170 e 170-A do Código Tributário Nacional e no artigo 190 do Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro.

(ii) Refere-se, basicamente, à tributação do Programa de Integração Social e Contribuição para Seguridade Social sobre faturamento, receita financeira e outras receitas.

(iii) Composto principalmente de imposto retido sobre operações de mútuo e JSCP.

A Oi Móvel, controlada da Companhia, é autora em ações judiciais referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS e, amparadas em decisão judicial de mérito proferida em sede de 2ª grau, que lhes foi favorável, suspenderam o recolhimento da parcela das contribuições correspondentes ao valor do imposto estadual. Durante os períodos em que o procedimento foi adotado, foram constituídas provisões contábeis dos valores em discussão, atualizados, em ambos os casos, pela taxa SELIC. Os saldos registrados em 31 de março de 2017 referiam-se aos valores não liquidados de PIS e COFINS de novembro de 2008, dezembro de 2013 a julho de 2014 e de julho de 2016 a fevereiro de 2017 para Oi Móvel, cuja exigibilidade estava integralmente suspensa, em função da já mencionada decisão.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para COFINS. Com base na referida decisão, e amparada pelo posicionamento dos seus assessores jurídicos de que a probabilidade de perda nas ações em curso passou a ser remota a partir da decisão do STF, a Oi Móvel reverteu as provisões para contingências referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, constituídas nos períodos acima mencionados, até a data do referido julgamento, sendo os montantes de reversões das provisões registradas de R\$ 107 milhões no consolidado e os montantes de reversões das atualizações monetárias registradas de R\$ 24 milhões no consolidado. Ressalta-se que existe a possibilidade de o STF entender que é necessário aplicar o mecanismo da modulação a essa decisão, a qual é utilizada para determinar os efeitos temporais de uma decisão de inconstitucionalidade. Caso o STF aplique o mecanismo da modulação, limitando os efeitos da decisão no tempo, poderá ser necessária uma reavaliação do risco de perda associado às referidas ações, com a consequente necessidade de constituição de novas provisões sobre esse tema no futuro. Porém, mesmo nessa hipótese, na avaliação da Companhia e de seus assessores, são remotas as chances de utilização do instituto da modulação para obrigar os contribuintes ao recolhimento de débitos relativos a fatos geradores anteriores ao julgamento do STF e que ainda não tenham sido quitados.

13. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou determinação judicial, ou ainda, por decisão da Companhia pela apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota.

	Controladora			Consolidado		
	2017	2016	01/01/2016	2017	2016	01/01/2016
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Cíveis	2.054.557	1.797.941	1.769.200	2.384.756	2.202.055	2.089.110
Tributários	1.165.242	1.276.311	1.336.336	1.904.919	1.957.637	1.878.740
Trabalhistas	766.508	790.634	798.735	963.724	824.493	868.003
Subtotal:	3.986.307	3.864.886	3.904.271	5.253.399	4.984.185	4.815.853
Perda estimada (i)	(861.067)	(876.194)	(645.494)	(980.095)	(1.003.274)	(720.896)
Total	3.125.240	2.988.692	3.258.777	4.273.304	3.980.911	4.094.957
Circulante	262.870	202.973	324.885	336.561	287.500	370.778
Não circulante	2.862.370	2.785.719	2.933.892	3.936.743	3.693.411	3.724.179

(i) Conforme mencionado na Nota 2, durante 2017 a Companhia realizou conciliação dos depósitos judiciais e como resultado reconheceu baixa em anos anteriores e também registrou provisão para perdas estimadas para os depósitos judiciais que estava em vigor. Tal registro foi estimado com base em informações externas disponíveis (extratos bancários recebidos dos depositários e / ou informações obtidas no site do Tribunal Judicial) e informações internas disponíveis (sistemas internos).

Conforme informado na Nota 2 (b) os saldos de depósitos judiciais foram ajustados em função da conciliação dos saldos contábeis com os extratos bancários.

14. INVESTIMENTOS

	Controladora			Consolidado		
	2017	2016	01/01/2016	2017	2016	01/01/2016
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Participações avaliadas a:						
Investimento em controladas	7951.175	8.303.100	8.212.066			
Negócios em conjunto	84.306	82.519	87.055	42.346	45.464	63.837
Investimento em coligadas				42.115	38.139	39.003
Custo de aquisição	3.986	3.986	3.986	13.833	13.833	13.833
Incentivos fiscais, líquidos						
das provisões para perdas	8.676	8.676	8.676	23.895	23.895	23.895
Outros investimentos	249	249	249	249	249	249
Total	8.048.392	8.398.530	8.312.032	122.438	121.580	140.817

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

Oi Móvel	(886.403)	6.823.284
Brt (i)	2.827	
Brt Multimídia	(43.086)	387.563
Copart 5	32.875	
Brt Call Center	(24.486)	(4.130)
Brt Card	737	8.123
Dommo	(345)	89
Hispamar	5.661	38.485
AIX	(3.334)	48.570
Total	(791.179)	8.299.121

(i) Empresa incorporada em fevereiro de 2015.

Informações financeiras resumidas

Controladas e Negócios em conjunto	2017		
	Ativos	Passivos	Receitas
Oi Internet	2.630.342	1.243.448	2.470.551
Sereide	994.870	1.742.821	1.580.865
Oi Móvel	22.229.105	15.938.081	9.148.125
Brt Multimídia	63.133	366.038	159.343
Brt Call Center	182.071	197.225	479.454
Brt Card	10.464	2.492	
Dommo	111	200	
Hispamar	389.786	173.646	274.719
AIX	35.994	8.675	42.840

Controladas e Negócios em conjunto	2016 (Reapresentado)		
	Ativos	Passivos	Receitas
Oi Internet	2.490.666	1.411.070	1.773.393
Sereide	1.256.121	1.668.356	978.499
Oi Móvel	22.003.347	14.722.847	9.969.295
Brt Multimídia	510.315	233.524	181.897
Brt Call Center	252.349	258.581	547.741
Brt Card	10.047	1.919	
Dommo	34	107	
Hispamar	325.054	154.710	274.719
AIX	33.215	9.443	42.840

Controladas e Negócios em conjunto	01/01/2016 (Reapresentado)		
	Ativos	Passivos	
Oi Internet	1.558.484	628.749	
Sereide	221.687	154.285	
Oi Móvel	16.694.424	9.871.139	
Brt Multimídia	559.480	171.917	
Brt Call Center	187.914	192.044	
Brt Card	9.383	1.260	
Dommo	142	53	
Hispamar	339.892	137.763	
AIX	29.675	9.476	

15. IMOBILIZADO

	Controladora						
	Obras em andamento	Equipamentos de comunicação automática	Equipamentos de transmissão e outros (i)	Infra-estrutura	Outros ativos	Predios	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	1.256.737	10.248.097	17.927.502	21.672.321	2.232.074	1.997.415	55.334.146
Adições	2.013.711	65	132.184	1.658	9.227	12.945	2.169.730
Baixas	(8.587)		(2.178)	(115.220)	(104)	(205)	(126.254)
Transferências	(1.561.732)	30.919	590.508	887.513	593	52.199	
Saldo em 2016 (Reapresentado)	1.700.129	10.279.081	18.648.016	22.446.272	2.241.790	2.062.354	57.377.642
Adições	2.214.372	1.106	146.470	149.343	5.860	11.757	2.528.908
Baixas	(71.627)	(1.095)	(1.039)	(630.319)		(3.262)	(707.342)
Transferências	(1.535.898)	15.274	597.700	691.496	102.476	128.952	
Saldo em 2017	2.306.976	10.294.366	19.391.147	22.656.792	2.350.126	2.199.801	59.199.208
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	(9.789.616)	(13.660.959)	(17.126.232)	(1.654.245)	(1.374.039)	(43.605.091)	
Despesas de depreciação	(150.347)	(928.873)	(762.613)	(55.802)	(106.928)	(2.004.563)	
Baixas		1.410	102.902	104	177	104.593	
Transferências	(181)	60	15	248	(142)		

-☆ continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

Empresas do grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, em "outros resultados abrangentes"; e
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Combinações de negócios

A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("goodwill"), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos.

Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, "simcard" e acessórios. A estimativa das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência.

Ativo financeiro disponível para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia registra ativos financeiros disponíveis para venda inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As demonstrações financeiras de controladas são consolidadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da

O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano.

• Participações dos empregados no resultado - A provisão referente ao programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência e a determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera um conjunto de metas operacionais e financeiras aprovadas junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico. Esse custo é registrado anualmente em despesas de pessoal.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Receitas decorrentes do recebimento de créditos de clientes, em que tais créditos já haviam sido lançados a perda definitiva por não pagamento, mas recuperados e recebidos no processo de cobrança, são reconhecidas no resultado em outras receitas operacionais.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras estão representadas principalmente, por juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos. Incluem também taxas e despesas bancárias, custos de intermediação financeira na arrecadação de contas a receber de clientes e outras transações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O

com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As licenças regulatórias, da operação dos serviços de telefonia móvel, são reconhecidas ao custo de aquisição e amortizadas pelo prazo de vigência das respectivas licenças.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa, o qual é identificada de acordo com o segmento operacional. Para fins de teste, o ágio é alocado na Unidade Geradora de Caixa que se beneficia da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia, exceto pelas receitas a apropriar provenientes da cessão de torres fixas, nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 1 de janeiro de 2016 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; e (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos. Desde a entrada em recuperação judicial, os empréstimos e financiamentos passaram a ser classificados como passivos correntes.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

Para a mensuração do valor das provisões a Companhia adota essencialmente duas metodologias: (i) modelo de mensuração estatística e (ii) modelo de mensuração individual. Para a determinação da metodologia a usar a Companhia considera entre outros critérios, a quantidade de processos, o valor do processo, o valor estimado do eventual pagamento e a natureza do processo.

O modelo de mensuração estatística é habitualmente usado nas situações em que existe (i) um volume significativo de processos administrativos ou judiciais com natureza semelhante, (ii) os processos tem individualmente um valor reduzido e (iii) é possível determinar um modelo estatístico com base em informação histórica sobre taxas de condenação, montante dos pagamentos e movimentação do número de processos. Habitualmente neste modelo a Companhia faz uso do cálculo do valor esperado conforme determinado pelo parágrafo 39 do CPC 25 (IAS 37), bem como solicita pareceres a especialistas externos para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as trabalhistas e cível (PEX e JEC).

O modelo de mensuração individual é habitualmente usado nas situações em que (i) o processo tem um elevado valor, (ii) é possível de forma razoável fazer uma avaliação do risco individual do dispêndio a realizar e (iii) não existe semelhança de natureza nos processos. Neste modelo a Companhia faz uso de pareceres externos de especialistas nas áreas abrangidas para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as tributárias e cível estratégico.

O Plano de Recuperação Judicial, homologado em 8 de janeiro de 2018, inclui um conjunto de propostas de pagamento de dívidas decorrentes de contingências. Nos termos do IAS 1, a Companhia entende que ainda em se tratando de um evento subsequente, a aprovação do Plano de Recuperação Judicial tem um efeito no fluxo de pagamentos futuros das contingências, tendo em vista o efeito da extinção das dívidas incluídas na recuperação judicial por conta da novação, nos termos da lei. Desta forma a Companhia passou a considerar nas estimativas das provisões as contingências registradas em 31 de dezembro de 2017 os efeitos do Plano de Recuperação Judicial.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira

Depreciação e amortização de ativos de longa duração

Depreciação e amortização de ativos de longa duração

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 15 e 16, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Para fins de avaliação do valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa - UGC, a Companhia definiu o valor em uso dos ativos.

As mensurar o valor em uso, a Companhia se baseou nas previsões de fluxos de caixa de acordo com as projeções dos orçamentos mais recentes aprovados pela Administração que estão em linha com o fluxo de caixa arquivado no PRJ. Tais previsões abrangem um período de 10 anos, considerando a vida útil média dos ativos, o prazo do fluxo de caixa do PRJ e estão consistentes com os anos anteriores. Em 2017, a taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado de 11,11% (2016 - 11,3% / 01/01/2016 - 13,2%), o qual é revisado anualmente pela Companhia.

De acordo com o CPC 01 R1 (IAS 36), uma perda por desvalorização deve ser alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade geradora de caixa, primeiramente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio por expectativa de rentabilidade futura e a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo da unidade.

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia reconheceu uma perda estimada para desvalorização de ativos não financeiros ("impairment") em 1 de janeiro de 2016 de R\$ 239 milhões (R\$ 222 milhões na controladora) (Nota 2).

Provisões

A Companhia reconhece, nos termos do CPC 25 (IAS 37), provisões para contingências originadas essencialmente na esfera jurídica e administrativa, com natureza trabalhista, tributária e cível, conforme detalhado na Nota 20.

Dependendo da natureza da contingência, a Administração da Companhia faz uso de metodologia de avaliação estatística ou avaliação individual no cálculo de provisões para contingências. Em qualquer uma das metodologias a Companhia usa um conjunto de premissas, informação, avaliação de risco interna e externa e modelos estatísticos que entendem serem adequadas, incluindo a implementação com sucesso do Plano de Recuperação Judicial, no entanto é possível que as mesmas se alterem no futuro, podendo resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

(e) Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas que podem ser relevantes para Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 / CPC 48 - "Instrumentos financeiros" - a norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A referida norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018 e substitui as orientações do IAS 39 / CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A nova norma estabelece: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros, passando os ativos financeiros a serem classificados nas categorias de custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado, (ii) um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, (iii) e maior flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de "hedge", mais alinhada com as políticas de administração de risco.

A Companhia avaliou que não há mudança substancial na classificação e mensuração de seus ativos financeiros que impacte materialmente seu patrimônio líquido.

No que se refere ao novo modelo de perda esperada de crédito para redução ao valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia espera um aumento das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa. A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018 um acréscimo ao valor da provisão para perdas esperadas de créditos de clientes em contrapartida aos prejuízos acumulados, no montante líquido de impostos de R\$ 251 milhões.

-X- continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

	Consolidado				22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total	
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	446.580	174.884	1.346.118	1.967.582	(a) Capital social
Aquisição de investimentos	(392)	515.276	3.667	518.551	O capital social é de R\$ 11.661.092 (2016 - R\$ 11.661.092 e 01/01/2016 - R\$ 11.661.092), composto pelas seguintes ações sem valor nominal.
Adições / Reversões	211.034	120.185	486.165	817.384	
Atualização monetária	218.017	8.206	156.922	383.145	
Baixas por pagamento/encerramentos (i)	(62.454)	(100.414)	(392.970)	(555.838)	
Baixas	(286.195)	(98.874)	(148.694)	(534.763)	
Saldo em 2016 (Reapresentado)	526.590	619.263	1.450.208	2.596.061	
Adições / Reversões	21.652	227.366	4.561.165	4.810.183	
Atualização monetária	49.170	349.782	101.322	500.274	
Baixas por pagamento/encerramentos (i)	(65.043)	(113.006)	(220.592)	(398.641)	
Baixas		(18.615)	(3.259.496)	(3.278.111)	
Saldo em 2017	532.369	1.064.790	2.632.607	4.229.766	

(i) Conforme estabelecido nos procedimentos inerentes à Recuperação Judicial, a Companhia, não está realizando os pagamentos dos processos que demandam créditos sujeitos a esta, ainda que encerrados a partir de 20 de junho de 2016. Desta forma, o valor dos processos encerrados e não pagos foi transferido para o contas a pagar de Fornecedores da Companhia.

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes

Provisões**Tributárias:**

As provisões para contingências fiscais são calculadas de forma individual considerando a avaliação de risco da Administração e dos seus assessores legais. Estas contingências não estão abrangidas pelo Plano de Recuperação Judicial.

(i) Tributos estaduais - Exigência de ICMS sobre operações que, no entendimento da Companhia, não são passíveis de tributação por este imposto. Discussões sobre créditos de ICMS tomados pela Companhia, cuja validade ou legalidade é contestada pelos Fisco Estaduais.

(ii) ISS - A Companhia mantém provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência de ISS sobre diversos serviços de valor adicionado, técnicos e administrativos, além de locação de equipamentos.

(iii) ILL - A Companhia compensou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos.

(iv) INSS - Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.

(v) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social.

Trabalhistas:

A Companhia enfrenta um elevado volume de contingências trabalhistas calculando a provisão com base numa metodologia estatística que considera, entre outros, o total de processos existentes, a causa do processo, o valor do processo, os pagamentos históricos realizados e o parecer técnico dos assessores legais.

(i) Horas extras - Refere-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada.

(ii) Indenizações - Refere-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória.

(iii) Adicionais diversos - Refletem, substancialmente, as expectativas de perda nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de adicional de periculosidade para empregados que desempenham funções em um ambiente considerado perigoso, principalmente próximo às instalações de alta tensão.

(iv) Estabilidade / reintegração - Refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.

(v) Complemento de aposentadoria - Diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas.

Quantidade (em milhares de ações)			
2016			
2017	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Capital total em ações			
Ações ordinárias	154.032	154.032	154.032
Ações preferenciais classe A	190.465	190.465	190.465
Total em circulação	344.497	344.497	344.497

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 700 milhões de ações, ordinárias ou preferenciais, não havendo obrigatoriedade de guardar proporção entre elas, observado o limite legal de 2/3 para emissão de ações preferenciais sem direito a voto.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre outorga do plano de opção de compras de ações e excluir o direito de preferência para emissão de ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações.

(b) Reservas de capital**Reserva de ágio na subscrição de ações**

Representa o excesso do preço de emissão de novas ações em relação ao valor nominal da parcela destinada ao capital social.

A Companhia absorveu a reserva com o prejuízo apurado no exercício, conforme descrito no item (e).

Reserva de doações e subvenções para investimentos

O saldo refere-se, basicamente, a aplicações em incentivos fiscais - FINAM, FINOR, FUNRES e lucro da exploração (o último até 31 de dezembro de 2007).

A Companhia absorveu a reserva com o prejuízo apurado no exercício, conforme descrito no item (e).

Reserva especial Lei nº 8.200/1991

A reserva foi criada em virtude dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente, cuja finalidade foi a compensação das distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991. A reserva é realizada com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado que lhe deram origem.

(c) Reservas de lucros**Reserva legal**

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

Reserva de investimentos

A reserva de investimentos destina-se a reter recursos na Companhia para fazer face aos orçamentos de capital próprio e de suas controladas. Os recursos foram aplicados na expansão da planta de telefonia fixa, em conexão com as metas de universalização da ANATEL e investimentos na planta de telefonia móvel.

Reserva de incentivos fiscais

De acordo com o art. 195-A da Lei nº 6.404/76, instituído pela Lei nº 11.638/2007, a Assembleia Geral da Companhia poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

As reservas acima mencionadas foram absorvidas com o prejuízo apurado no exercício, conforme descrito no item (e).

(d) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido**(d.1) Ágio em transações de capital e variações de percentagens de participações**

Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICPQ 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

(d.2) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem itens de receita, despesa e ajustes de reclassificação, líquidos dos respectivos efeitos tributários, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

(e) Direito das ações, dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância

de saída de caixa futura descontada associada a cada uma das duas formas de pagamento previstas no PRJ para esta categoria de créditos (vide Nota 1). Em 31 de dezembro de 2017 o valor desta provisão era de R\$ 2.019. Para as contingências não sujeitas a recuperação judicial, a Companhia considera a avaliação da administração individual de cada descumprimento, baseada em pareceres de advogados externos. A Companhia discorda e contesta da existência de alguns dos descumprimentos, bem como contesta a desproporcionalidade e a falta de razoabilidade do valor de multas aplicadas face ao descumprimento identificado, mantendo registrado no balanço o valor que considera de perda provável. O PRJ estabelece em cláusula própria o tratamento a ser dado aos créditos das agências reguladoras. E de se ressaltar que o referido Plano foi aprovado pela ampla maioria dos credores em Assembleia Geral de Credores, e posteriormente homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Destaque-se, ainda, que a ANATEL interpôs o agravo de instrumento nº 001068-32.2018.8.19.0000 contra a decisão que homologou o PRJ, sustentando a invalidade da Cláusula nº 4.3.4, que dispõe acerca da forma de pagamento do crédito da referida autarquia.

(ii) Juizados Especiais Cíveis - Questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.

(iii) Demais ações - Referem-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra as controladas da Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais, para os quais a Administração e seus consultores jurídicos atribuem prognósticos de perda provável, entre outros.

Passivo contingente

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Tributárias:

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

(i) ICMS - Decorre de discussões acerca da incidência do referido imposto sobre prestações de atividades e/ou serviços como, por exemplo, a incidência de ICMS sobre atividades-meio, serviços suplementares, serviços prestados a clientes isentos, assinatura sem franquias ou ainda de glosa de créditos que os Estados entendem como indevidos, tais como, créditos de bens de ativo fixo, divergência sobre o cálculo do coeficiente de crediamento (CIAP), entre outros, no montante aproximado de R\$ 9.642.042 (2016 - R\$ 9.179.895 e 01/01/2016 - R\$ 8.751.765).

(ii) Tributos municipais - Autuações referentes a tributos lançados pelas autoridades municipais, dentre os quais se destacam aquelas pertinentes a aluguel de equipamentos, serviços despertador, entre outros serviços de comunicação. O montante total envolvido é de aproximadamente R\$ 2.995.106 (2016 - R\$ 2.991.406 e 01/01/2016 - R\$ 2.531.607), sendo que não estão provisionados por serem consideradas pelos advogados responsáveis com risco de perda possível, já que essas atividades não se enquadram na lista de incidência do ISS ou já são tribuídas pelo ICMS. Ademais, fortalecendo os argumentos de defesa, o STF decidiu no último trimestre de 2001 que o ISS não deve incidir sobre locação de equipamentos, sendo que parte substancial dos valores autuados refere-se a esta modalidade de receita.

(iii) INSS - Processos no montante aproximado de R\$ 333.893 (2016 - R\$ 653.915 e 01/01/2016 - R\$ 628.324) relacionados, principalmente, à responsabilidade subsidiária, percentual aplicável de SAT - Seguro de Acidente de Trabalho e verbas passíveis de incidência de contribuição previdenciária. Dentre os quais destaca-se a cobrança efetuada a Telemar pelas autoridades previdenciárias (NFDs de julho de 2005) que questiona a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados, cujo pagamento foi realizado nos termos da Lei nº 10.101 e do art. 7º da Constituição Federal de 1988, não devendo integrar a base de cálculo da referida contribuição. O valor referente a esta autuação monta a R\$ 177.081 (2016 - R\$ 146.088 e 01/01/2016 - R\$ 289.807).

(iv) Tributos federais - diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionados aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 8.151.400 (2016 - R\$ 7.098.163 e 01/01/2016 - R\$ 6.655.614).

Trabalhistas:

Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 553.990 (2016 - R\$ 412.585 e 01/01/2016 - R\$ 354.023).

Cíveis:

As principais ações não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 836.935 (2016 - R\$ 827.814 e 01/01/2016 - R\$ 861.120).

Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças controladas e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 corresponde a R\$ 7.167.372 (2016 - R\$ 7.278.499 e 01/01/2016 - R\$ 7.642.934) na controladora e R\$ 9.006.841 (2016 - R\$ 8.443.320 e 01/01/2016 - R\$ 9.478.726) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluidoras.

A seguir são apresentados os cálculos do prejuízo por ação básico e diluído:

	2017	2016 (Reapresentado)
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	4.271.512	(3.203.926)
Prejuízo alocado às ações ordinárias - básicas e diluídas	(1.909.885)	(1.432.544)
Prejuízo alocado às ações preferenciais - básicas e diluídas	(2.361.627)	(1.771.382)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)		
Ações ordinárias - básicas e diluídas	154.032	154.032
Ações preferenciais - básicas e diluídas	190.465	190.465
Prejuízo por ação (Em Reais):		
Ações ordinárias - básicas e diluídas	(12,40)	(9,30)
Ações preferenciais - básicas e diluídas	(12,40)	(9,30)

(g) Participação de não controladores

A participação de não controladores está representada, pela participação de 18,57% da Oi no capital da controlada Serde.

23. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Planos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria ("Planos de Pensão") a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2017.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi Móvel, BT Multimídia e Oi Internet	FATL
BTPREV	Oi Móvel, BT Multimídia e Oi Internet	FATL
TelemarPrev	Telemar, Oi Móvel e Oi Internet	FATL
PBS-A	Telemar	Sistel
PBS-Telemar	Telemar	FATL
PBS-TNC	Oi Móvel	Sistel
CELPREV	Oi Móvel	Sistel
PAMA	Oi e Telemar	Sistel

Sistel - Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL - Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Companhia, para efeitos de planos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como "Patrocinadora".

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, as avaliações atuariais foram realizadas pela PREVIEW Consultoria. Os estatutos sociais preveem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos.

A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custo.

Para os planos patrocinados, de benefício definido, que apresentem situação atuarial deficitária são constituídos os passivos atuariais. Para os planos que apresentem situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Provisões para planos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido de controladas, conforme demonstração a seguir:

	Consolidado		
	2017	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)
Plano BTPREV	385	334	288
Circulante	55	301	252
Não circulante	330	33	36

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

Ativo reconhecido por controladas relacionado ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído às patrocinadoras.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	Consolidado		
	2017	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)
Plano TCSPREV	3.864	4.518	4.892
Circulante	90	705	53
Não circulante	3.774	3.813	4.839

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

1) FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multipiano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Planos

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judi

CNPJ 33.000.118/0001-79

e no contrato de mobilidade e a receita de aparelhos deve aumentar pelo reconhecimento das receitas de vendas de aparelhos celulares, no momento da transferência do controle do bem ao cliente, enquanto as receitas de serviço devem ser reduzidas ao longo da transferência do serviço prometido. A receita total durante o contrato de prestação dos serviços não será alterada e não haverá alteração também no processo de faturamento com os clientes e tampouco no fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia não identificou impacto financeiro significativo, em 1 de janeiro de 2018, para venda de aparelhos celulares com descontos em virtude de o valor do desconto não ser relevante no universo das receitas da Companhia.

Receita de taxa de habilitação/installação do serviço

A taxa de habilitação/installação cobrada aos clientes no momento da assinatura do contrato, é não restituível, e se refere à atividade que a Companhia é obrigada a empreender na celebração do contrato, ou próximo a ela, para cumprir o contrato, essa atividade não resulta na transferência de bem ou serviço prometido ao cliente. A taxa é um pagamento antecipado por bens ou serviços futuros e, portanto, deve ser reconhecida como receita quando esses bens ou serviços forem fornecidos. Para fins de atendimento ao IFRS 15, considerando que tais taxas não são consideradas uma obrigação de desempenho distinta, a receita deve ser registrada em conjunto com a receita da referida prestação do serviço, deve ser diferida e reconhecida ao resultado ao longo do período do contrato.

A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um passivo contratual em contrapartida aos prejuízos acumulados, que irão gerar o diferimento de receita de taxa de habilitação/installação de acordo com o prazo do contrato (duração de 12 meses), no montante líquido de impostos de R\$ 615 milhões (R\$ 345 milhões na controladora).

Registro de custos incorridos no cumprimento do contrato

A Companhia deve reconhecer como ativo os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente que se espera recuperar e deve reconhecer perda por redução ao valor recuperável no resultado na medida em que o valor contábil do ativo reconhecido exceder o valor restante da contraprestação que a Companhia espera receber em troca dos bens e serviços ao qual o ativo se refere. A Companhia deve alocar certos custos que atualmente são registrados diretamente no resultado e reconhecê-los ao resultado em base sistemática que seja consistente com a transferência ao cliente dos bens e serviços ao qual o ativo se refere.

A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um ativo contratual em contrapartida aos prejuízos acumulados, que irão gerar o diferimento dos custos incorridos no cumprimento do contrato que será reconhecido ao resultado com base no prazo de transferência ao cliente dos bens e serviços ("churn"), no montante líquido de impostos de R\$ 78 milhões (R\$ 69 milhões na controladora).

A Companhia pretende aplicar a abordagem do método retrospectivo modificado, isto é, sem a reapresentação dos valores comparativos do ano anterior e com os impactos acumulados da adoção inicial lançados integralmente contra lucros acumulados em 1 de janeiro de 2018.

IFRS 16 - "Arrendamentos" - A nova norma elimina a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17 / CPC 06, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e no reconhecimento de passivos financeiros associados, podendo ficar de fora do escopo da norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. A norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 / CPC 06 e correspondentes interpretações. A Companhia ainda se encontra em fase inicial de avaliação de impacto do IFRS 16 e ainda não há estimativa de montante dos ativos de direito de uso e dos correspondentes passivos de locação que terão que ser reconhecidos na adoção inicial da nova norma e como isso pode afetar o resultado da Companhia e a classificação dos fluxos de caixa futuros.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS**3.1. Mensuração do valor justo**

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 - Os "inputs" são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos...

Não ocorreram transferências entre níveis no exercício de 3. No segundo e terceiro trimestres de 2016, em função da exp. a totalidade das operações de instrumentos financeiros de. A Companhia e suas controladas procederam a uma ava aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor jus avaliação apropriadas para cada situação, a saber:

(a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em mo a vista em Euros e em Dólares dos Estados Unidos da Amé Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo eq na data do encerramento do período multiplicado pelo núm Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise quando os mesmos se originaram. Quando as condições n desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de merca são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de (b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contratava operações com instrumentos fina principalmente risco de taxa de juros e risco de taxa câmbio da Companhia, em função da expectativa de renegociação c do segundo e terceiro trimestres de 2016. Na data de encer Companhia não possuía operações de derivativos contratad As operações com instrumentos financeiros derivativos, reco são apresentadas abaixo (vide Nota 7).

Cor

2017

Ganho (perda) com "swap" cambial
Operações de termo em moedas
Ganho (perda) com "swap" taxa de juros
Total

Face à inexistência de instrumentos financeiros derivativos e ções referentes aos "hedges" cambiais e "hedges" de taxa d registradas em outros resultados abrangentes.

3.2. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem i mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de ta fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liq financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, senc desses riscos. A Companhia e suas controladas podem utiliz exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela Diretoria de Tesou das pelo Conselho de Administração.

As Políticas de "Hedge" e de Investimentos, aprovadas pelo Co a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas o De acordo com a deliberação do Conselho de Administração, posteriormente, do protocolo do pedido de recuperação judic foi sendo revertido ao longo do segundo trimestre de 2016, até 3.2.1. Risco de mercado

Instrumentos financeiros derivativos	Custo amortizado	1.186.125	1.186.125	5.805.685	5.805.685
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	870.125	870.125	27.940	27.940
Ativo financeiro disponível para a venda (i)	Valor justo	89.198	89.198	89.198	89.198
Passivo					
Fornecedores (iv)	Custo amortizado	3.708.720	3.708.720	6.654.926	6.654.926
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	14.871.577	14.871.577	22.300.301	22.300.301
Debêntures	Custo amortizado	58.124	58.124	58.124	58.124
Instrumentos financeiros derivativos	Custo amortizado				
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	849.136	849.136	849.136	849.136
Autorizações e concessões a pagar (ii)	Custo amortizado			20.910	20.910
Programa de refinanciamento fiscal (ii)	Custo amortizado	338.160	338.160	392.309	392.309

- 2 - continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

Consolidado							Composição da dívida por indexador					
	Obras em andamento	Equipamentos de comunicação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infra-estrutura	Prédios	Outros ativos	Total	Indexador/Taxa	Controladora		Consolidado	
									2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
									(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Custo do imobilizado (valor bruto)								Taxa pré-fixada	2,25% a.a.			
Saldo em 01/01/2016								10,00% a.a.	660.544	630.138	1.005.578	7.746.177
(Reapresentado)	1.488.812	13.598.936	31.524.548	21.765.669	1.934.089	3.934.268	74.246.322	CDI	1,83% a.a.	6.667.852	6.031.730	5.011.489
Incorporação de controladas								Líbor	0,90% a.a.			
(Nota 26 (a))	4.840	261	300	1.045	1.438	72.190	80.074	Dólar	2,50% a.a.	4.725.685	4.482.646	5.186.468
Adições	3.245.822	65	245.257	3.230	16.934	24.429	3.535.737		0,07% a.a.			
Baixas	(15.216)		(5.029)	(115.220)	(788)	(504)	(136.757)	TJLP	4,08% a.a.	1.028.796	1.476.832	1.501.433
Transferências	(2.733.826)	76.416	1.685.103	887.390	425	84.492		IPCA	0,50% a.a.	1.246.824	1.126.245	970.234
Saldo em 2016								INPC	2,43% a.a.			
(Reapresentado)	1.990.432	13.675.678	33.450.179	22.542.114	1.952.098	4.114.875	77.225.376	Total		14.929.701	13.747.591	13.675.202
Adições	3.698.323	1.140	258.515	116.641	11.642	49.323	4.135.584	Garantias				
Baixas	(78.463)	(1.095)	(12.260)	(630.512)	(18.266)	(740.596)		Os financiamentos do BNDES possuem, originalmente, garantias em recebíveis da Companhia e de sua controlada Oi Móvel. A Companhia presta aval a sua controlada Oi Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 1.133 milhões. "Covenants"				
Transferências	(2.859.509)	32.009	1.573.155	799.412	102.588	352.345		A Companhia e sua controlada Oi Móvel, possuem obrigações no cumprimento de índices financeiros ("covenants") nos contratos de financiamento originais junto ao BNDES, outras instituições financeiras. Todos os instrumentos de dívida sofreram alterações em virtude da aprovação do Plano.				
Saldo em 2017	2.750.783	13.707.732	35.269.589	22.827.655	2.066.328	4.498.277	81.120.364	De acordo com os instrumentos de dívida originais, o cumprimento destes índices financeiros era apurado trimestralmente ou anualmente. Em razão do pedido de recuperação judicial, os passivos atrelados a estes instrumentos foram reclassificados para o passivo circulante. Neste sentido, os efeitos das cláusulas de "covenants" financeiros dos instrumentos de dívida originais não são aplicáveis, devendo ser observado o Plano de Recuperação Judicial.				
Depreciação acumulada								18. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR				
Saldo em 01/01/2016												
(Reapresentado)	(11.833.589)	(20.061.184)	(18.190.963)	(1.440.243)	(2.715.263)	(54.247.222)						
Incorporação de controladas												
(Nota 26 (a))	(108)	(163)	(504)	(626)	(30.074)	(31.475)						
Despesas de depreciação	(340.314)	(1.816.301)	(843.195)	(64.743)	(196.028)	(3.260.581)						
Baixas		4.220	102.983	534	503	108.240						
Transferências	(181)	(8.822)	8.811	318	(126)							
Saldo em 2016												
(Reapresentado)	(12.180.172)	(21.882.250)	(18.922.868)	(1.504.760)	(2.940.988)	(57.431.038)						
Despesas de depreciação	(305.817)	(1.713.048)	(808.388)	(50.017)	(360.396)	(3.237.666)						
Baixas	27	11.354	532.108	12.386	555.875							
Transferências		(676)	(452)	(54.131)	55.259							
Saldo em 2017	(12.485.962)	(23.584.620)	(19.199.600)	(1.608.908)	(3.233.739)	(60.112.829)						
Imobilizado líquido												
Saldo em 01/01/2016												
(Reapresentado)	1.488.812	1.759.357	11.463.364	3.574.706	493.846	1.219.005	19.999.100					
Saldo em 2016												
(Reapresentado)	1.990.432	1.495.506	11.587.929	3.619.246	447.338	1.173.887	20.294.338					
Saldo em 2017	2.750.783	1.221.770	11.684.969	3.628.055	457.420	1.264.538	21.007.535					
Taxa anual de depreciação (média)		10%	11%	9%	7%	13%						

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo residual dos bens reversíveis da Companhia tanto na controladora quanto no consolidado são de R\$ 4.902.617 (2016 - R\$ 4.978.905 e 01/01/2016 - R\$ 5.215.822) composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comunicação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos dos sistemas e suporte à operação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 9% a.a.

16. INTANGÍVEL

Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.865/2013

PTT (MP nº 766/2017) (i)

PERT (Lei nº 13.496/2017) (ii)

Total

Circulante

Não circulante

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, pela Medida Provisória nº 766/2017 e pela Lei nº 13.469/2017, segregados em principal, multas e juros incluindo-se, aí, os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão (ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009), levados a efeito pelas Leis nº 13.469/2017 e 13.496/2017.

	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Marcas e patentes	Outros ativos	Total
Custo do intangível						
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	31.286	5.478.506	3.453.477	7.252	1.706.479	10.677.000
Incorporação de controladas (Nota 26 (a))		30.732				30.732
Adições	357.537	24.241	84.312		56.332	522.422
Transferências	(368.030)	332.088	25	(1.111)	37.028	
Saldo em 2016 (Reapresentado)	20.793	5.865.567	3.537.814	6.141	1.799.839	11.230.154
Adições	332.276	4.300			74.704	411.280
Baixas		(1.115)				(1.115)
Transferências	(335.783)	345.682	743		(10.642)	
Saldo em 2017	17.286	6.214.434	3.538.557	6.141	1.863.901	11.640.319
Amortização acumulada						
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)		(4.209.557)	(2.527.021)	(5.336)	(1.117.040)	(7.858.954)
Incorporação de controladas (Nota 26 (a))		(14.774)				(14.774)
Despesas de amortização		(513.871)	(230.721)		(100.342)	(844.934)
Transferências		898	(1.553)		655	
Saldo em 2016 (Reapresentado)		(4.737.304)	(2.759.295)	(5.336)	(1.216.727)	(8.718.662)
Despesas de amortização		(462.259)	(173.790)		(85.517)	(721.566)
Baixas		55				55
Saldo em 2017		(5.199.508)	(2.933.085)	(5.336)	(1.302.244)	(9.440.173)
Intangível líquido						
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	31.286	1.268.949	926.456	1.916	589.439	2.818.046
Saldo em 2016 (Reapresentado)	20.793	1.128.263	778.519	805	583.112	2.511.492
Saldo em 2017	17.286	1.014.926	605.472	805	581.657	2.200.146
Taxa anual de amortização (média)		20%	9%		16%	
17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:						
Empréstimos e financiamentos por natureza						
Os contratos vigentes estabelecem que o pedido de recuperação judicial (ajuizado na Justiça Estadual do Rio de Janeiro em 20 de junho de 2016) constitui evento de inadimplimento. Entretanto, de acordo com a Lei nº 11.101/2005, os créditos sujeitos a recuperação judicial não podem ser demandados das Recuperandas durante o "stay period" previsto no aludido diploma legal e devem ser pagos exclusivamente na forma do plano de recuperação judicial aprovado e homologado, por força da novação operada pelo plano, de modo que não há mora ou inadimplimento por parte das Recuperandas. Para efeitos contábeis e de divulgação, os empréstimos e financiamentos exigíveis são apresentados no passivo circulante e estão sendo atualizados considerando os juros contratuais, bem como variação monetária e cambial do período. O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado em Assembleia Geral dos Credores, realizada nos dias 19 e 20 de dezembro de 2017 e em 8 de janeiro de 2018 o Juízo da Recuperação Judicial proferiu decisão em que homologou o Plano de Recuperação Judicial e concedeu a recuperação judicial ao Grupo OI, tendo a referida decisão sido publicada no dia 5 de fevereiro de 2018, de modo que os empréstimos e financiamentos foram renovados e os respectivos saldos devem ser recalculados de acordo com os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial, no curso do ano-calendário de 2018, em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação no curso do ano-calendário de 2018, em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação. Com a publicação da decisão que concedeu a recuperação judicial, foi dado início ao prazo para que os credores das Recuperandas possam escolher entre as opções de pagamento de seus respectivos créditos, na forma prevista no Plano de Recuperação Judicial, ("Plano" ou "PRJ"), o qual se encerrou no dia 26 de fevereiro de 2018. Para maiores informações, acerca do processo de Recuperação Judicial, vide Nota 1.						
	Controladora		Consolidado		Vencimento	
	2016	01/01/2016	2016	01/01/2016	Contratual	Juros
	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	Principal	
Instituições financeiras	10.601.470	9.849.397	11.064.559	11.917.040	11.055.452	12.344.194
CCB - Cédula de Crédito Bancário	2.873.716	2.598.001	2.416.314	2.873.716	2.598.001	2.416.314
CRI - Certificados de Recebíveis						
Imobiliários	1.206.850	1.095.597	947.240	1.206.850	1.095.597	947.240
Bancos de Desenvolvimento e Agências de Crédito à Exportação	6.520.904	6.155.799	7.701.005	7.836.474	7.361.854	8.980.640
Debêntures públicas	58.124	53.237	50.023	58.124	53.237	50.023
Mútuo e Debêntures com partes relacionadas (Nota 24)	4.360.441	3.954.353	2.684.640	10.474.975	8.952.421	3.164.547
Subtotal	15.020.035	13.866.987	13.799.222	22.450.139	20.061.110	15.558.764
Custos de transação	(90.334)	(119.396)	(124.020)	(117.114)	(121.556)	(126.960)
Total	14.929.701	13.747.591	13.675.202	22.338.425	19.939.554	15.431.804

da Medida Provisória nº 766/2017 ("PRT"), os casos administrativos cujo risco de perda era considerado provável, bem como aqueles em que, a despeito do respectivo risco ser considerado possível, a relação custo-benefício para a inclusão mostrou-se bastante vantajosa, em função dos benefícios do referido programa.

A Companhia esclarece que os débitos de natureza tributária, como é o caso daqueles incluídos em programas de refinanciamento, não estão sujeitos aos termos do processo de recuperação judicial.

A Companhia optou pela modalidade de pagamento que permita a quitação de 76% da dívida consolidada com créditos fiscais sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, no montante de R\$ 478 milhões, com o pagamento dos 24% restantes em 24 parcelas mensais no montante de R\$ 150 milhões, com o acréscimo de juros SELIC a partir do mês da adesão. Todos os procedimentos necessários à adesão da Companhia ao PRT foram concluídos dentro do prazo previsto na legislação, enquanto ainda vigia a MP nº 766/2017.

Posteriormente, em 1 de junho de 2017, a referida medida provisória teve prazo de vigência encerrado em razão da sua não conversão em lei no prazo constitucional. Contudo, como determina a Constituição Federal as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência de medida provisória não convertida em lei, como é o caso da adesão da Companhia ao PRT, continuam por ela regidas, exceto nos casos em que o Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, dispôr de modo distinto.

Ressalta-se que o PRT, disciplinado pela MP nº 766/2017, não se confunde com o parcelamento instituído pela MP nº 783/2017 ("PERT"), de 31 de maio de 2017, havendo peculiaridades em cada um dos atos a respeito das condições de pagamento, alcance dos programas e requisitos para adesão.

(ii) Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

A Companhia optou por incluir e quitar no PERT apenas débitos tributários que, somados, não excedessem o limite de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões) a que se refere o art. 3º, da Lei nº 13.496/2017.

Os débitos incluídos no referido programa foram aqueles cuja discussão em esfera administrativa tinha prognóstico de êxito baixo e que, com o encerramento desfavorável, demandariam discussão judicial - com todos os custos a ela atrelados, razão pela qual a relação custo-benefício para a inclusão mostrou-se bastante vantajosa, em função dos benefícios trazidos pelo PERT (em especial, o pagamento de apenas 5% do débito em espécie).

20. PROVISÕES

Composição do saldo

	Controladora		Consolidado			
	2016	01/01/2016	2016	01/01/2016		
	2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)		
Tributárias						
(i) ICMS	279.993	249.809	210.412	425.280	367.632	277.197
(ii) ISS	67.292	62.064	64.869	72.125	66.433	71.070
(iii) ILL		3.172	6.882		3.172	6.882
(iv) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	4.577	28.286	27.162	19.959	30.286	29.008
(v) Demais ações	7.611	49.786	54.678	15.005	59.067	62.423
Total	359.473	393.117	364.003	532.369	526.590	446.580
Trabalhistas						
(i) Horas extras	129.866	18.277	36.426	389.381	208.068	55.768
(ii) Indenizações	43.512	6.047	12.882	135.943	76.049	24.170
(iii) Adicionais diversos	59.777	11.351	23.712	186.143	123.717	35.106
(iv) Estabilidade / reintegração	36.085	5.480	10.178	113.366	66.655	17.986
Complemento de						
(v) aposentadoria	18.227	3.450	6.691	55.823	35.828	8.675
(vi) Diferenças salariais	10.547	1.532	3.284	32.725	17.248	5.312
(vii) Verbas rescisórias	7.935	1.165	2.370	25.441	15.343	4.923
(viii) Multas trabalhistas	7.469	1.253	2.492	22.529	13.666	3.561
Honorários advocatícios/ periciais						
(ix) Vínculo empregatício	8.009	1.617	2.828	24.027	16.678	3.732
(x) FGTS	2.189	322	673	7.349	4.062	1.187
(xi) Subsidiariedade	236	30	54	651	306	70
(xii) Demais ações	16.742	2.665	4.990	54.243	30.765	8.396
Total	344.736	53.946	110.124	1.064.790	619.263	174.884
(i) ANATEL	1.933.108	766.899	757.816	2.019.380	814.440	803.576
(ii) Juizado Especial	52.789	86.421	98.230	130.898	175.173	172.279
(iii) Demais ações	351.553	354.377	295.746	482.329	460.995	370.263
Total	2.337.450	1.209.697	1.151.792	2.632.607	1.450.208	1.346.118
Total das provisões	3.041.659	1.656.760	1.625.919	4.229.766	2.596.061	1.967.582
Circulante	155.138	176.907	293.613	352.713	287.514	398.782
Não circulante	2.886.521	1.479.853	1.332.306	3.877.053	2.308.547	1.568.800

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	Consolidado	
	2016	01/01/2016
2017	(Reapresentado)	(Reapresentado)

- continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

Classe I - Credores Trabalhistas

O pagamento dos Créditos Trabalhistas é descrito abaixo:

Regra geral: será feito o pagamento em 5 parcelas mensais iguais com 180 dias de carência após a Homologação Judicial do Plano. Os créditos trabalhistas, ainda não reconhecidos, serão pagos em 5 parcelas mensais iguais com 6 meses de carência, após trânsito em julgado da decisão que encerrar o processo e homologar o valor devido.

Credores Trabalhistas que tenham depósitos judiciais em garantia de suas reclamações:

- Será feito o pagamento da dívida mediante liberação imediata do valor depositado em juízo.
- Se o depósito for inferior à dívida listada pelo Grupo Oi, o depósito será utilizado para pagar parte da dívida, e o saldo será pago, após decisão do Juízo que homologar o valor devido, em 5 parcelas mensais iguais e após o decurso dos 180 dias de carência da Homologação Judicial do Plano. Se o depósito for superior à dívida, o Grupo Oi levantará a diferença a seu favor.

O pagamento dos Credores Trabalhista sem depósito em garantia de suas reclamações será feito mediante depósito judicial nos autos do respectivo processo.

Crédito da Fundação Atlântico:

- Será feito pagamento em 6 parcelas anuais e iguais, com 5 anos de carência, contados a partir da Homologação Judicial do Plano.
- Juros/atualização monetária: 5 anos de carência de juros. INPC + 5,5% ao ano, incidentes a partir da Homologação Judicial do Plano, sendo os juros/atualização monetária capitalizados, anualmente, durante o período de carência e serão pagos anualmente, a partir do 6º ano, em conjunto com as parcelas do principal.

Classe II - Créditos com Garantia Real

Os credores da Classe 2 serão pagos conforme abaixo:

O credor receberá o valor da dívida original, constado na Relação de Credores, corrigido pela taxa de juros/atualização monetária conforme abaixo:

O pagamento do principal será feito da seguinte forma:

- 72 meses de carência de principal contados a partir da data da Homologação Judicial do Plano;
- O principal será pago em 108 parcelas mensais, conforme descrito na tabela abaixo:

Meses	Percentual do valor a ser amortizado por mês
0 a 72ª	0,0%
73ª a 132ª	0,33%
133ª a 179ª	1,67%
180ª	1,71%

- 4 anos de carência de juros.

Juros: Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central, acrescido de 2,946372%, sendo que os juros incidentes ao longo dos 4 primeiros anos não serão pagos e serão capitalizados anualmente ao valor do principal.

Classes III e IV - Credores Quirografários e ME/EPP

A proposta de pagamento para os Credores Quirografários e ME/EPP é apresentada abaixo, conforme os limites estabelecidos no PRJ:

Pagamento linear Credores Quirografários: Credores Quirografários e ME/EPP, que sejam titulares de créditos no valor de até R\$ 1.000,00 (hum mil reais), foram pagos em uma única parcela, em até 20 dias úteis após a Homologação Judicial do Plano.

Credores Quirografários e ME/EPP, com créditos em valor superior a R\$ 1.000,00 (hum mil reais), poderão optar pelo recebimento em parcela única, desde que concordem em receber apenas o valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), como pagamento integral do seu respectivo crédito e custos correlatos, sendo o pagamento feito em até 20 dias úteis, contados do término do prazo para a escolha da opção de pagamento.

Credores Quirografários com Depósitos Judiciais: Os créditos Classe 3 e 4 de titularidade dos Credores Quirografários serão pagos após levantamento dos Depósitos Judiciais, respeitando o percentual de deságio da tabela abaixo:

Intervalo de Valor de Crédito	% de Deságio
Até R\$ 1.000,00	0%
R\$ 1.000,01 a R\$ 5.000,00	15%
R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00	20%
R\$ 10.000,01 a R\$ 150.000,00	30%
Acima de R\$ 150.000,00	50%

- Será feito o pagamento da dívida mediante liberação do valor depositado;

Se o depósito for inferior à dívida (conforme aplicável, após o deságio indicado acima), o depósito será utilizado

Geração de Caixa Excedente ("Cash Sweep")

Os Credores Quirografários, ME/EPP e Credores com Garantia Real poderão acelerar o recebimento de seus créditos contra o Grupo Oi com o "Cash Sweep", que será distribuído proporcionalmente entre os créditos, conforme as seguintes condições:

- Nos primeiros 5 anos após Homologação Judicial do Plano, o Grupo Oi destinará o equivalente a 100% do montante da receita líquida da venda de ativos que excederem US\$ 200 milhões.
- A partir do 6º ano após Homologação Judicial do Plano, o Grupo Oi destinará o montante equivalente a 70% do Saldo de Caixa que exceder o Saldo de Caixa Mínimo.
- O Saldo de Caixa Mínimo é definido como o maior valor dentre:
 - (i) 25% da soma de OPEX e CAPEX do ano anterior; ou
 - (ii) R\$ 5 bilhões.

Adicionalmente, quaisquer recursos oriundos de Aumento de Capital serão adicionados ao cálculo do Saldo de Caixa Mínimo.

Aumentos de Capital - Novos Recursos

Respeitado o direito de preferência dos acionistas, e atendendo as condições precedentes descritas no item a seguir, a Recuperanda se obriga a realizar o Aumento de Capital - Novos Recursos no montante total de R\$ 4.000.000.000. O Preço de Emissão das Novas Ações Ordinárias II será calculado pela divisão do valor de R\$ 3.000.000.000 pelo número de ações da Oi em circulação no dia útil imediatamente anterior ao aumento de capital.

Será devido um prêmio de compromisso de 8% em Dólares Norte-Americanos ou 10% em ações de emissão da Recuperanda aos investidores identificados no Contrato de "Backstop", que se comprometeram a prontamente fornecer ou obter compromissos firmes de garantia da subscrição integral do aumento de capital, conforme definido no mencionado Contrato de "Backstop". Determinados aspectos relacionados ao Contrato de "Backstop" podem vir a sofrer alterações em razão da decisão que homologou o plano de recuperação judicial, contra a qual foram opostos embargos de declaração, notadamente por ter sido determinada a extensão do prêmio de compromisso aos demais credores da mesma natureza que estejam nas mesmas condições dos investidores identificados no Contrato de "Backstop".

Obrigações Adicionais e outras situações relevantes:

Restrição a Pagamentos de Dividendos: O Grupo Oi não poderá declarar ou efetuar o pagamento de qualquer dividendo, retorno de capital ou realizar qualquer outro pagamento ou distribuição sobre (ou relacionado) às ações de suas emissões (incluindo qualquer pagamento em relação a qualquer fusão ou consolidação envolvendo qualquer Recuperanda), exceto nas hipóteses previstas no Plano.

As Recuperandas somente realizarão qualquer distribuição de dividendos aos seus acionistas da seguinte forma: (i) até o 6º aniversário da data de Homologação Judicial do Plano, conforme aplicável, as Recuperandas não realizarão qualquer pagamento de dividendos; e (ii) após o 6º aniversário da data de Homologação Judicial do Plano, conforme aplicável, as Recuperandas estarão autorizadas a pagar dividendos somente se o quociente dívida líquida consolidada da Oi / EBITDA for igual ou inferior a 2, após o encerramento do exercício social relevante.

Suspensão de Obrigações: Começando no dia de um Evento de Suspensão de Obrigações e terminando em uma Data de Reversão (conforme definido abaixo) ("Período de Suspensão") no que se refere aos Créditos Concursais, as seguintes obrigações não serão mais aplicáveis aos Créditos Concursais a serem renegociados e pagos na forma do Plano (para fins desta cláusula, "Obrigações Suspensas"):

- Resgate anual antecipado com Geração de Caixa Excedente;
- Restrição a Pagamento de Dividendos.

As Recuperandas serão integralmente isentas de qualquer responsabilidade por quaisquer atos ou eventos tomados ou incorridos durante o Período de Suspensão ou, ainda, qualquer obrigação contratual anterior a uma Data de Reversão (como se, nesse período de tempo, esses atos, eventos ou obrigações contratuais, estivessem permitidos).

Em qualquer período de tempo, caso 2 (duas) agências de "rating" classifiquem a Oi com grau de investimento e; nenhum descumprimento tenha ocorrido, as obrigações listadas acima estarão suspensas ("Evento de Suspensão de Obrigações"). Se em qualquer data subsequente ("Data de Reversão"), 1 (uma) ou ambas as agências de "rating" cancelar os "ratings" de grau de investimento ou reduzir os "ratings" da Oi abaixo de grau de investimento, as obrigações suspensas voltam a ser aplicáveis.

Condições Precedentes: O PRJ, no anexo da cláusula 4.3.3.5, estabelece um conjunto de condições precedentes resolutivas e suspensivas que precisam ser verificadas ou formal e expressamente dispensadas pelos credores quirografários qualificados até à efetiva conversão dos créditos em títulos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017 a Administração não tem conhecimento de que exista qualquer descumprimento destas condições.

Alienação de Bens do Ativo Permanente: O PRJ, no anexo da cláusula 3.1.3, lista um conjunto de bens do ativo permanente que a Administração pode alienar como forma de obter recursos adicionais. A Administração da Companhia

O principal será pago em 24 parcelas semestrais e sucessivas, conforme tabela abaixo:

Semestres	Percentual do valor a ser amortizado por semestre
0 a 10 ^a	0,0%
11 ^a a 20 ^a	2,0%
21 ^a a 30 ^a	5,7%
31 ^a	5,9%

- Juros de 1,25% ao ano, capitalizados anualmente ao valor do principal e pagos semestralmente a partir do 66^o mês da Homologação do Plano, sendo que:
- durante o período de carência de principal serão pagos semestralmente 10% do valor total de juros, enquanto que os 90% restantes serão capitalizados ao principal anualmente. Após esse período 100% do valor total de juros serão pagos semestralmente.
- uma vez atingido os limites estabelecidos nesta oferta, os saldos remanescentes dos créditos que optaram por esta oferta, serão pagos conforme Modalidade de Pagamento Geral, mencionada abaixo.
- a cessão dos direitos dos credores que optaram por esta oferta somente poderá ocorrer mediante consentimento prévio da Oi.

Reestruturação dos "Bonds":

Reestruturação dos "Bonds" não-qualificados:

- Esta oferta só está disponível para os "bondholders" com créditos de até USD750.000,00, sendo que o limite máximo dessa oferta é de USD500.000.000,00.
- Deságio de 50%, o qual será aplicado primeiramente aos juros e, após, à parcela principal.
- Carência do Principal: 6 anos a partir da homologação do Plano.
- O principal será equivalente a 50% dos créditos dos "bondholders" não-qualificados, limitado ao valor de USD250.000.000,00, e será amortizado em 12 parcelas semestrais e sucessivas, conforme a tabela abaixo:

Semestres	Percentual do valor a ser amortizado por semestre
0 a 12 ^a	0,0%
13 ^a a 18 ^a	4,0%
19 ^a a 23 ^a	12,66%
24 ^a	12,70%

- Juros: 6% ao ano em Dólares Norte-Americanos, capitalizado anualmente ao valor do principal e pago a partir do 78^o mês contado da homologação judicial do Plano.

Reestruturação dos "Bonds" qualificados:

- Esta oferta só está disponível para os "bondholders" com créditos acima de USD750.000,00, sendo que receberão o seguinte:

o Ações ordinárias emitidas pela Oi e deidas pela PTIF;

o Um pacote com:

• Novas "Notes";

• Novas Ações Ordinárias I; e

• Bônus de Subscrição.

• Razões de troca: para cada USD664.578,98:

o 9.137 ações ordinárias emitidas pela Oi e deidas pela PTIF;

o Novas "Notes", emitidas ao preço global de USD145.262, o qual compreende o valor de face de USD130.000 e um prêmio de emissão de USD15.262;

o 119.017 Novas Ações Ordinárias I;

o 9.155 Bônus de Subscrição.

OBS: as razões de troca pressupõem que a quantidade de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Oi é de 925.760.902.

• As Novas "Notes" serão emitidas em múltiplos de USD1.000, e terão o valor de face máximo de R\$ 6.300.000.000, equivalente ao valor de face máximo de USD1.918.100.167,45.

o Vencimento: 7^o ano após a sua data de emissão.

o Principal: será pago em parcela única com vencimento no 84^o mês após a data de emissão;

o Juros: pode acontecer de uma das formas abaixo:

• 10% ao ano, pagos semestralmente; ou

• Durante os 3 primeiros anos contados da homologação do plano, juros de 12% pagos semestralmente, sendo 6% dos juros anuais pagos em dinheiro semestralmente, e os 4% restantes capitalizados semestralmente e pagos no 36^o mês após a data de emissão das Novas "Notes", e a partir do 4^o ano incidência de juros de 10% ao ano, pagos semestralmente.

• As Novas Ações Ordinárias I serão deidas em razão do aumento do capital, mediante a capitalização de créditos:

o Serão emitidas até 1.756.054.163 Novas Ações Ordinárias I, com um preço unitário entre R\$ 6,70 e R\$ 7, de modo que o montante total será entre R\$ 11.756.562.892,10 e R\$ 12.292.379.141.

• Bônus de subscrição: serão emitidos até 135.081.089 Bônus de Subscrição.

Oferta 4: Modalidade de Pagamento Geral

Esta oferta será aplicada aos credores que não se enquadrarem nas condições das ofertas anteriores ou caso as ofertas, destacadas acima, atingirem seus limites e o credor ainda tiver saldo a receber.

o O pagamento do principal será feito em 5 parcelas anuais, iguais e sucessivas após o prazo de carência de 20 anos.

• Juros/atualização monetária:

• TR ao ano, em caso de créditos quirografários que optem por receber o pagamento de seus respectivos créditos em reais, incidentes a partir da Homologação Judicial do Plano, sendo que o valor total dos juros e atualização monetária acumulados no período será pago somente, e em conjunto, com a última parcela de principal.

• Sem juros em caso de créditos quirografários que optem por receber o pagamento de seus respectivos créditos em Dólares Norte-Americanos ou Euros.

• A Recuperanda terá a opção de quitar antecipadamente por meio do pagamento de 15% do valor do principal e juros capitalizados.

• Limite de pagamento: R\$ 70.000.000.000, subtraído o valor dos créditos concursais que forem reestruturados de outra forma nos termos do plano.

Oi Paraguay Comunicações SRL

Empresa	Atividade	Direta 2017	Indireta 2017	Direta 2016	Indireta 2016
Oi Paraguay	Tráfego de dados	100%		100%	
Pointer Networks S.A. ("Pointer")	Internet Wifi	100%		100%	
VEX Venezuela C.A.	Internet Wifi	100%		100%	
VEX Ukraine LLC	Internet Wifi	40%		40%	
VEX USA Inc	Internet Wifi	100%		100%	
VEX Wifi Canada Ltd	Internet Wifi	100%		100%	
Pointer Networks S.A. - SUC Argentina	Internet Wifi	100%		100%	
Pointer Peru S.A.C	Internet Wifi	100%		100%	
Bryophyta SP Participações S.A.(i)	Investimentos em propriedades	0,20%		0,20%	

(i) A Oi Móvel alienou as ações que detinha da Bryophyta SP Participações S.A. para a Oi. As participações em negócios em conjunto e participações em coligadas são avaliadas por equivalência patrimonial e estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta 2017	Indireta 2017	Direta 2016	Indireta 2016
Companhia AIX de Participações ("AIX")	Tráfego de dados	50%		50%	
Pago Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Pago Soluções")	Financeira		50%		50%
Hispamar Satelites S.A. ("Hispamar")	Operação de Satélites	19,04%		19,04%	
	Serviço de TV por assinatura, exceto programadoras		29,90%		29,90%

Gamecorp S.A. ("Gamecorp")

Continuidade das operações

As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial.

A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas Oi. Tal continuidade foi reforçada com a aprovação do PRJ pela ampla maioria de credores, em Assembleia Geral de Credores realizada em 20 de dezembro de 2017, aprovação esta homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial, em 8 de janeiro de 2018. Referida decisão foi publicada no dia 5 de fevereiro de 2018, de modo que os empréstimos e financiamentos foram renovados e os respectivos saldos devem ser recalculados de acordo com os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial, no curso do ano-calendário de 2018, em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação.

Adicionalmente o Conselho de Administração da Companhia tem uma expectativa razoável de que as Empresas Oi poderão manter suas atividades habituais, esperando que seus contratos permaneçam válidos e eficazes durante todo o processo de implementação das medidas aprovadas no PRJ. Além disso, foi contratado um avaliador independente para emitir laudo de avaliação da viabilidade econômico-financeira das empresas Recuperandas no âmbito do PRJ, em consonância com a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 que regula a recuperação judicial. O Laudo de viabilidade econômico-financeira emitido encontra-se arquivado nos autos da RJ. A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de recuperação judicial e da concretização de outras previsões das Empresas Oi. Até o momento, conforme reforçado em manifestação protocolada nos autos da RJ em 10 de abril de 2018 por "Bondholders" qualificados que já optaram pela conversão dos seus créditos em ações da Companhia na forma da Clausula 4.3.3.2 do Plano, não apenas as Recuperandas, mas também importantes credores têm trabalhado em conjunto para cumprir satisfatoriamente todos os prazos, requisitos legais e obrigações a que estão sujeitos no âmbito do processo de recuperação judicial.

Embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se que essas condições e circunstâncias indicam a existência de incerteza significativa que poderá afetar o êxito da recuperação judicial e suscitar dúvidas sobre a capacidade das Empresas Oi de continuarem em operação, incluindo o cumprimento nas condições precedentes resolvidas ou suspensivas incluídas no PRJ. Em 31 de dezembro de 2017, o total do patrimônio líquido é de R\$ 5.676.706 (R\$ 5.815.602 na controladora), o prejuízo líquido do exercício é de R\$ 4.333.855 (R\$ 4.271.512 na controladora) e o capital circulante líquido negativo é de R\$ 11.916.600 (R\$ 9.724.552 na controladora). Em 31 de dezembro de 2016, o total do patrimônio líquido reapresentado é de R\$ 10.008.847 (R\$ 10.085.400 na controladora), o prejuízo líquido do exercício reapresentado é de R\$ 3.414.777 (R\$ 3.203.926 na controladora) e o capital circulante líquido negativo reapresentado é de R\$ 8.716.424 (R\$ 7.731.232 na controladora), vide Nota 27.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

(a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

Nos termos do CPC 26 (IAS 1) a Companhia entende que a homologação do Plano de Recuperação Judicial é um evento de 2018 e não reconheceu qualquer impacto do mesmo nos passivos financeiros abrangidos pelo Plano e registrados em 31 de dezembro de 2017, tendo divulgado os impactos estimados a registrar em 2018 na Nota 27. Já no que se refere à avaliação das provisões para contingências registradas em 31 de dezembro de 2017 a Companhia entende ter base contábil para refletir nessa avaliação os efeitos da Recuperação Judicial conforme determinado no CPC 25 (IAS 37).

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2016.

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as IFRS - "International Financial Reporting Standards" emitidas pela IASB - "International Accounting Standards Board" e adotadas pelas companhias registradas no CFC - Comitê de

-2- continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

Componentes de despesas (receitas) dos benefícios

	Controladora			
	2017			
	Planos de Pensão		Planos de Assistência Médica	
	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMA
Custo do serviço corrente	33	1.304		89
Juros sobre obrigações atuariais	31.697	372.039	393.424	234.464
Rendimento dos ativos do plano	(34.945)	(412.261)	(615.098)	(271.857)
Juros sobre o passivo oneroso	3.236	40.222	221.674	37.393
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(21)	(1.304)		(89)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados				
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes				
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido				
Total da despesa (receita) reconhecida				

	Controladora			
	2016 (Reapresentado)			
	Planos de Pensão		Planos de Assistência Médica	
	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMA
Custo do serviço corrente	24	1.586		37
Juros sobre obrigações atuariais	29.768	328.145	367.355	136.029
Rendimento dos ativos do plano	(34.062)	(385.326)	(638.954)	(258.724)
Juros sobre o passivo oneroso	4.282	57.180	271.599	122.695
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(12)	(1.585)		(37)
Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados				
Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes				
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido				
Total da despesa (receita) reconhecida				

	Consolidado						
	2017						
	Planos de Pensão			Planos de Assistência Médica			
	BRT-PREV	TCS-PREV	PBS-Telemar	Telemar Prev	PBS-A	CEL-TNC	PAMA
Custo do serviço corrente	23	56	33	1.506		48	89
Juros sobre obrigações atuariais	173	311	31.697	381.256	393.424	3.328	234.464
Rendimento dos ativos do plano	(134)	(846)	(34.946)	(422.327)	(615.098)	(6.343)	(301)
Juros sobre o passivo oneroso			3.236	41.071	221.674	3.014	286
Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido			(20)	(1.506)		(47)	(89)

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas (até o nível da "holding" Oi)

	Controladora			Consolidado		
	2016			2016		
	01/01/2016			01/01/2016		
	2017	(Reapresentado)	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ativo						
Títulos de emissão de partes relacionadas ("Senior Notes")				61.487		61.487
Oi Holanda				61.487		61.487
Contas a receber	1.890.194	1.089.829	954.947	577.782	800.637	399.093
Oi	121.174	71.623	58.507	577.589	800.276	398.135
Rio Alto	193	361	958	193	361	958
Oi Móvel	1.653.217	977.124	862.318			
Brt Multimídia	52.787	21.796	16.228			
Oi Internet	62.622	18.921	15.857			
Seride	155	2	79			
Paggo Administradora	46	2				
Créditos com controladas	173	157	23.979	4.619.733	4.143.112	25.715
Oi				4.619.733	4.142.241	1.668
Oi Serviços Financeiros			23.847		871	23.847
Oi Móvel	173	157	132			
Debêntures	1.185.952	1.075.514	939.723	1.185.952	1.075.514	939.723
Oi	1.185.952	1.075.514	939.723	1.185.952	1.075.514	939.723
Dividendos a receber	870.125	1.166.950	184.485	27.940	27.940	27.940
Brt Multimídia	127.596	87.593	20.500			
Brt Serviços Financeiros	2.457	1.856	1.165			
Oi Móvel	348.590	348.590	1.214			
Copart 5	27.940	27.940	27.940	27.940	27.940	27.940
Oi Internet	363.142	700.971	133.666			
Demais ativos	380.112	258.147	124.603	58.265	79.382	210.748
Oi	8.596	3.685	124.500	58.265	79.382	210.748
Oi Móvel		56.846	103			
Seride	138.862	39.455				
Brt Multimídia	29	514				
Oi Internet		24.959				
Rede Conecta	232.625	132.688				
Passivo						
Fornecedores	1.449.294	1.230.778	537.149	596.615	432.122	1.071.077
Oi	220.365	191.581	183.709	596.615	432.122	1.071.077
Oi Móvel	85.948	104.206	129.731			
Seride	121.160	81.686	15.421			
Paggo Administradora	20.136	13.821	5.674			
Brt Multimídia	697	573	230			
Oi Internet	834.918	595.841	202.384			
Rede Conecta	166.069	243.070				
Empréstimos e						

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NIRE: 333.0015258-0 Protocolo: 00-2018/132119-0 Data do protocolo: 20/06/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 26/06/2018 SOB O NÚMERO 00003218179 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: ED1CD3A6AF164CA0F4BAAF25083BD4D6DCC1922C1675DB1968E7C84F336F4115

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.

Pag. 23/57



- continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

28 de março de 2017 e 30 de março de 2016, respectivamente, em consonância com os requerimentos previstos do CPC 23 (IAS 8) - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros para refletir os seguintes ajustes:

(a) Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração (CPC 01 R1 / IAS 36).

Com a aprovação e homologação do PRJ (Nota 1), a Companhia entendeu estarem reunidas as condições necessárias à fundamentação das premissas para a avaliação do valor recuperável dos ativos de longa duração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 1 de janeiro de 2016 nos termos do CPC 01 R1 (IAS 36) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia reconheceu uma perda estimada para desvalorização de ativos não financeiros ("impairment") em 1 de janeiro de 2016 de R\$ 239 milhões (R\$ 222 milhões na controladora).

(b) Reconhecimento de tributos diferidos (CPC 32 / IAS 12 e ICMV 37/1/2002).

Em decorrência das projeções de expectativa de lucro tributável à época estimadas com base nos eventos e condições existentes em cada data base, a Companhia em 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 registrou uma redução do valor do tributo diferido anteriormente reconhecido no balanço em R\$ 1.663 milhões (R\$ 1.179 milhões na controladora) e R\$ 1.190 milhões (R\$ 455 milhões na controladora), respectivamente. O resultado líquido de 2016 foi aumentado em R\$ 473 milhões, pela revisão da expectativa de realização dos tributos diferidos. Esse aumento do resultado líquido foi ocasionado pela adequação do reconhecimento da perda devida em 2015 anteriormente reconhecida em 2016.

(c) Baixa de depósitos judiciais e aumento de provisões para contingências

Com o Pedido de Recuperação Judicial, a Companhia identificou a necessidade e conseguiu atuar no escrutínio e conciliação dos saldos contábeis e valores de depósitos judiciais e respectiva provisão para contingências. Tal revisão foi possível através de uma cobrança de forma mais efetiva de extratos junto dos bancos credores da RJ e que são detentores dos depósitos judiciais, digitalização de processos e possibilidade de uso de ferramenta informatizada nos sites dos Tribunais de Justiça, suspensão de créditos judiciais que restringiu a realização de novos depósitos e bloqueios e redução do número de entrada de novos processos judiciais.

Neste contexto a Companhia criou grupos internos interdisciplinares e contratou consultorias externas independentes para auxiliar na revisão dos controles e processos, incluindo reconciliações sobre os saldos de depósitos judiciais. Deste trabalho e em virtude do encerramento de processos e consequente expedição de alvará judicial para levantamento, resultou a necessidade de baixar os saldos de depósitos judiciais levantados em anos anteriores pelo autor, que não eram do conhecimento da Companhia até este momento ou não estavam disponíveis todos os elementos para a correspondente conclusão de eventual ajuste.

Adicionalmente, em função da alteração das premissas estatísticas baseadas no histórico de encerramento de processos foi necessário aumentar as provisões para contingências de natureza cível e trabalhista existentes à época. (Nota 20).

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia em 1 de janeiro de 2016, reconheceu uma baixa de depósitos judiciais não existentes e a redução da provisão para contingências em R\$ 968 milhões (R\$ 877 milhões na controladora) e R\$ 37 milhões (R\$ 98 milhões na controladora), respectivamente e em 31 de dezembro de 2016 reconheceu uma baixa de depósitos judiciais não existentes e a redução da provisão para contingências em R\$ 491 milhões (R\$ 499 milhões na controladora) e R\$ 35 milhões (R\$ 50 milhões na controladora), respectivamente. O resultado líquido de 2016 foi reduzido em R\$ 456 milhões pelo reconhecimento de perda adicional sobre o saldo dos depósitos judiciais, aumento de provisão para contingências e correção da atualização monetária sobre os saldos de depósitos e de provisões para contingências.

(d) Realização de saldos entre empresas do Grupo.

A Companhia realizou procedimentos adicionais para a obtenção dos suportes e conciliação de saldos entre empresas do grupo, tendo concluído pela necessidade de reconhecimento de passivos e baixa de contas a receber nas demonstrações financeiras.

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia reconheceu em 1 de janeiro de 2016 a baixa de contas a receber de R\$ 176 milhões (R\$ 146 milhões na controladora), e aumento de fornecedores em R\$ 186 milhões (R\$ 1 milhão na controladora).

(e) Realização de Créditos Tributários

A Companhia identificou, nas correspondentes datas bases, que o saldo de tributos diretos e indiretos a recuperar incluía valores prescritos ou sem documentação suficiente para a contestação junto das autoridades competentes.

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia registrou em 1 de janeiro de 2016 a baixa de saldos de tributos não recuperáveis, reconhecidos nas rubricas tributos e outros ativos em R\$ 198 milhões (R\$ 138 milhões na controladora) e R\$ 43 milhões (R\$ 43 milhões na controladora), respectivamente e em 31 de dezembro de 2016 a baixa de saldos de tributos não recuperáveis reconhecidos nas rubricas de tributos em R\$ 214 milhões (R\$ 140 milhões na controladora).

O resultado líquido de 2016 foi reduzido pela reconhecimentos de perdas.

Conciliação do Patrimônio líquido em 1 de janeiro de 2016:

	Controladora	Consolidado
Patrimônio líquido originalmente apresentado em 1 de janeiro de 2016	16.821.814	16.821.814
(a) Redução do valor recuperável de ativos de longa duração		(239.182)
(b) Reconhecimento de tributos diferidos	(1.179.493)	(1.662.976)
(c) Baixa de depósitos judiciais e aumento de provisões para contingências	(779.017)	(931.275)
(d) Realização de saldos entre empresas do Grupo	(147.153)	(363.040)
(e) Realização de Créditos Tributários	(181.313)	(242.165)
(f) Estimativa inadequada de receita por serviços prestados e não faturados	(39.036)	(159.609)
(g) Equivalência patrimonial sobre os ajustes	(1.255.066)	
Patrimônio líquido reapresentado em 1 de janeiro de 2016	13.240.736	13.223.567

Os ajustes procedidos no patrimônio líquido foram lançados aos prejuízos acumulados

Conciliação do Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora	Consolidado
Patrimônio líquido originariamente apresentado em 31 de dezembro de 2016	14.515.111	14.629.803
(a) Redução do valor recuperável de ativos de longa duração		(239.182)
(b) Reconhecimento de tributos diferidos	(455.362)	(1.190.049)
(c) Baixa de depósitos judiciais e aumento de provisões para contingências	(1.227.373)	(1.387.680)
(d) Realização de saldos entre empresas do Grupo	(147.153)	(363.040)
(e) Realização de Créditos Tributários	(183.457)	(257.525)
(f) Estimativa inadequada de receita por serviços prestados e não faturados	(39.034)	(159.609)
(g) Conciliação de contas a receber		(86.458)
(h) Realização de ações da Rede Conecta		(937.403)
(i) Equivalência patrimonial sobre os ajustes	(2.377.332)	
Patrimônio líquido reapresentado em 31 de dezembro de 2016	10.085.400	10.008.847

Os ajustes registrados diretamente no patrimônio líquido foram lançados aos prejuízos acumulados (ajustes de exercícios anteriores em 1 de janeiro de 2016) e resultado do exercício nos montantes de R\$ 3.598.247 e R\$ 1.022.709, respectivamente.

Conciliação do Resultado líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora					
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	(b)	(c)	(e)	(f)	Saldos reapresentados em 31/12/2016
Receita de venda de bens e/ou serviços	9.298.084					9.298.084
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(7.690.650)					(7.690.650)
Resultado bruto	1.607.434					1.607.434
Despesas/Receitas operacionais	(936.928)	(263.322)	(2.144)	(1.122.264)		(2.324.656)
Resultado de equivalência patrimonial	1.543.498			(1.122.264)		421.234
Despesas com vendas	(1.649.181)					(1.649.181)
Despesas gerais e administrativas	(999.699)					(999.699)
Outras receitas operacionais	918.790					918.790
Outras despesas operacionais	(750.336)	(263.322)	(2.144)			(1.015.802)
Resultado antes dos tributos do resultado financeiro e dos tributos	670.506	(263.322)	(2.144)	(1.122.264)		(717.224)
Resultado financeiro	(1.565.312)			(185.033)		(1.750.345)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(894.806)	(448.355)	(2.144)	(1.122.264)		(2.467.569)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(1.460.487)	724.130				(736.357)
Prejuízo do exercício	(2.355.293)	724.130	(448.355)	(2.144)	(1.122.264)	(3.203.926)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(2.355.293)	724.130	(448.355)	(2.144)	(1.122.264)	(3.203.926)
						Consolidado

	218.858	(177.016)	41.842		apresentados em 31/12/2016	(b)	(c)	(e)	(f)	reapresentados em 31/12/2016
Ativo não circulante					(2.355.293)	724.130	(448.355)	(2.144)	(1.122.264)	(3.203.926)
Ativo total	453.819	(192.007)	261.812	Prejuízo do exercício	86.872					86.872
Passivo circulante	665.907	203.266	869.173	Ganho (Perda) de contabilidade de "hedge"	(309)					(309)
Passivo não circulante	303.998		303.998	Ganho (Perda) atuarial reflexo	(8.541)					(8.541)
Patrimônio líquido	(516.086)	(395.273)	(911.359)	Variação de participação de investimentos	(2.272.271)	724.130	(448.355)	(2.144)	(1.122.264)	(3.125.904)
Passivo total	453.819	(192.007)	(607.361)	Resultado abrangente antes dos impostos						
Valor de aquisição				Eleito dos impostos sobre outros resultados abrangentes:						
Patrimônio líquido	(516.086)	(395.273)	(911.359)	Contabilidade de "hedge"	(29.537)					(29.537)
Ágio	516.086	395.273	911.359	Ganho atuarial reflexo	105					105
(h2) Realização do ágio da Rede Conecta e da Telemont				Total do resultado abrangente do exercício	(2.306.703)	724.130	(448.355)	(2.144)	(1.122.264)	(3.155.336)
Com o objetivo de correção de erro, em 31 de dezembro de 2016 a Companhia, de forma consistente com o assunto mencionado no ajuste (a), reconheceu uma perda no valor recuperável do ágio calculado, nos termos do CPC 15 (IFRS 3), no âmbito da alocação do preço de compra da adquirida Rede Conecta e da Telemont no montante de R\$ 937 milhões.				Resultado abrangente atribuído ao acionista controlador	(2.306.703)	724.130	(448.355)	(2.144)	(1.122.264)	(3.155.336)
(i) Equivalência patrimonial sobre os ajustes				Resultado abrangente atribuído ao acionista não controlador						
Refere-se a equivalência patrimonial reflexa sobre os ajustes provenientes de controladas decorrentes dos assuntos acima descritos. Em 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 a rubrica de investimentos foi reduzida em R\$ 1.255 milhões e R\$ 2.377 milhões, respectivamente e o resultado líquido de 2016 foi reduzido em R\$ 1.122 milhões. Os efeitos dos referidos ajustes são demonstrados nos quadros abaixo:										

	Controladora		Consolidado			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 01/01/2016	Ajustes	Saldos originalmente apresentados em 01/01/2016	Ajustes	Saldos originalmente apresentados em 01/01/2016	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016
Ativo circulante	7.750.966	(318.569)	7.432.397	(513.830)	12.539.573	(2.394.738)	472.926	(456.405)
Contas a receber	3.921.861	(184.707)	3.737.154	(336.458)	6.645.602	86.872		
Tributos correntes a recuperar (b)	165.976	4.280	170.256	21.622	544.018	(309)		
Outros tributos (e)	419.953	(138.142)	281.811	(198.994)	513.389	(8.541)		
Outros ativos	3.243.176		3.243.176	4.836.564	4.836.564	(2.316.715)	472.926	(456.405)
Ativo não circulante	29.910.577	(3.359.018)	26.551.559	(2.935.065)	30.348.144	(2.346.148)	472.926	(456.405)
Tributos diferidos a recuperar (a) (b)	1.547.687	(1.183.774)	363.913	2.400.949	(1.684.600)	(2.306.703)	472.926	(456.405)
Depósitos e bloqueios judiciais (c)	3.810.900	(877.008)	2.933.892	4.692.293	(968.114)			
Investimento (f)	9.567.099	(1.255.067)	8.312.032	140.817	140.817	(39.445)		
Intangível (a)	609.809		609.809	3.057.228	(239.182)			
Outros ativos (d) (e)	14.375.082	(43.169)	14.331.913	22.991.922	(43.169)			
Ativo total	37.661.543	(3.677.587)	33.983.956	(3.448.895)	42.887.717	(2.346.148)	472.926	(456.405)
Passivo circulante	6.149.118	1.483	6.150.601	12.526.613	186.193	(2.306.703)	472.926	(456.405)
Fornecedores (d)	1.860.118	1.483	1.861.601	4.995.973	186.193			
Outros passivos	4.289.000		4.289.000	7.530.640	7.530.640			
Passivo não circulante	14.690.611	(97.992)	14.592.619	16.988.185	(36.841)			
Provisões (c)	1.430.298	(97.992)	1.332.306	1.605.641	(36.841)			
Outros passivos	13.260.313		13.260.313	15.382.544	15.382.544			
Patrimônio líquido	16.821.814	(3.581.078)	13.240.736	16.821.814	(3.581.078)			
Prejuízo do exercício		(3.581.078)			(3.581.078)			
Outros	16.821.814		16.821.814		16.821.814			
Participação dos não controladores				(17.169)	(17.169)			
Passivo total	37.661.543	(3.677.587)	33.983.956	(3.448.895)	42.887.717			

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	Ajustes a 2015	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	Ajustes a 2015	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016
Ativo circulante	7.679.544	(318.569)	7.360.975	(513.830)	13.475.888	(894.806)	(1.572.763)	(2.467.569)	(10.960)	(1.495.635)
Contas a receber	3.546.804	(184.707)	3.362.097	(336.458)	6.810.927					
Tributos correntes a recuperar (b)	339.529	4.280	357.590	21.622	800.391					
Outros tributos (e)	535.776	(138.142)	395.430	(198.994)	677.863					
Outros ativos (h1)	3.257.435		3.257.435	5.201.700	5.186.707					
Ativo não circulante	28.846.991	(3.359.018)	25.487.973	(2.935.065)	56.486					
Tributos diferidos a recuperar (b)	119.989	(1.183.774)	1.063.785	418.200	(1.684.600)					
Depósitos e bloqueios judiciais (c) (h1)	4.161.342	(877.008)	(498.615)	5.329.309	(968.114)					
Investimentos (f)	10.775.861	(1.255.067)	(1.122.264)	8.398.530	121.580					
Intangível (a) (h1) (h2)	443.171		443.171	3.292.804	(239.182)					
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social										
Itens de resultado que não afetam o caixa										
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	110.705	31.660	142.365	(742.548)	(43.998)					
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (g)	154.743		154.743	443.389	86.465					
Provisões (c)	273.655	263.322	536.977	494.183	323.200					
Equivalência patrimonial (h)	(1.543.498)	1.122.264	(421.234)	(1.392)	(1.392)					
Atualização monetária de provisões (c)	148.588	153.373	301.961	205.942	177.203					
Outros itens de resultado que não afetam o caixa	3.112.772		3.112.772	4.516.585	4.516.585					
Mutuações patrimoniais										
Tributos (b) (d)	(312.128)	2.144	(309.984)	(245.408)	15.360					
Outras mutuações patrimoniais	(419.177)		(419.177)	(3.310.134)	937.405					
Fluxo de caixa das atividades operacionais	630.854		630.854	1.349.653	1.349.653					
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(1.929.548)		(1.929.548)	(6.324.505)	(6.324.505)					
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	715.654		715.654	5.873.649	5.873.649					
Variação cambial sobre equivalentes de caixa	(2.966)		(2.966)	(154.850)	(154.850)					
Fluxo de caixa do exercício	(586.006)		(586.006)	743.947	743.947					
Variação no exercício	(586.006)		(586.006)	743.947	743.947					
Não há impacto nos totais das atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.										

continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica do Participante do grupo BTPREV será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPBT (Unidade Previdenciária B-T). Não existe contrapartida da Patrocinadora relativamente à Contribuição Voluntária ou Esporádica de Participante.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(ii) PBS-Telemar

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0015-56.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) 0,5% a 1,5% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 1% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a 8% da folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iii) TelemarPrev

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0065-74.

A Contribuição Normal do Participante é composta de duas parcelas: (i) Básica - equivalente a 2% do Salário-de-Participação, e (ii) Padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do Salário-de-Participação e a Parcela Previdenciária. A Contribuição Extraordinária Adicional do Participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do Salário-de-Participação, e por prazo não inferior a 6 (seis) meses. A Contribuição Extraordinária Eventual do Participante, também em caráter facultativo, não poderá ser inferior a 5% do total do Salário-de-Participação.

O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras, até o limite de 8% do Salário-de-Participação, observando que a Patrocinadora não é obrigada a acompanhar as Contribuições Extraordinárias feitas pelo Participante. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(iv) TCSPREV

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Variável, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0028-38.

A Contribuição Básica mensal e obrigatória do Participante do grupo TCSPREV corresponde ao resultado obtido com a aplicação de um percentual, em números inteiros, escolhido pelo Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - taxa de contribuição básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - taxa de contribuição básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - taxa de contribuição básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - taxa de contribuição básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - taxa de contribuição básica de 7% a 8% do SP; e (vi) Idade de 46 ou mais anos - taxa de contribuição básica de 8% do SP. Observados os critérios regulamentares, as contribuições das Patrocinadoras, relativas a cada Participante do grupo TCSPREV, cessarão, automaticamente, no mês subsequente àquele em que o Participante completar 60 anos de idade, 10 anos de Serviço Creditado e 10 anos de vinculação ao Plano.

Para os participantes migrados, as contribuições das Patrocinadoras cessarão no mês subsequente àquele em que o Participante completar 57 anos de idade, 10 anos de vinculação ininterrupta ao PBS-TCS e ao Plano TCSPREV, 10 anos de Serviço Creditado na Patrocinadora e 35 anos de vinculação ao regime da Previdência Social.

A Contribuição Voluntária de Participante do grupo TCSPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento), em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Esporádica de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV). Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntária ou Esporádica do Participante. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

(v) PBS-TNC

É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, inscrito no CNPB sob o nº 2000.0013-19.

A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-TNC corresponde ao somatório de: (i) 0,28% a 0,85% incidente sobre o Salário-de-Participação, de acordo com a idade do Participante na data de inscrição; (ii) 11% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão.

Controladora
01/01/2016 (Reapresentado)

Planos de Pensão			Planos de Assistência Médica
PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMA

Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	242.108	2.704.907	3.048.999	
Juros sobre obrigações atuariais	27.446	308.055	343.562	
Custo do serviço corrente	80	2.157		
Contribuições de participantes verbas no ano	43			
Benefícios pagos líquidos	(19.368)	(206.501)	(294.854)	
Constituição de obrigação atuarial				1.070.450
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(11.869)	(195.295)	(140.674)	
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	238.440	2.613.323	2.957.033	1.070.450
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	251.978	2.920.300	5.868.212	
Rendimentos dos ativos do plano	28.622	333.537	677.075	
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	114			
Pagamento de benefícios	(19.368)	(206.501)	(294.854)	
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos			(1.675.895)	2.007.048
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	9.788	2.479	455.770	
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	271.134	3.049.815	5.030.308	2.007.048
(=) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido	(32.694)	(436.492)	(2.073.275)	(936.598)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	32.694	436.492	2.073.275	936.598
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾				

Consolidado

2017

Planos de Pensão			Planos de Assistência Médica
BTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	PBS-TNC

Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.538	2.696	279.148	3.346.198	3.486.769	29.204	133	2.075.073
Juros sobre obrigações atuariais	173	311	31.697	381.256	393.424	3.328	15	234.464
Custo do serviço corrente	23	56	32	1.506		48	7	89
Contribuições de participantes verbas no ano			41			7		
Benefícios pagos líquidos	(88)	(11)	(22.480)	(253.289)	(344.256)	(2.354)		(170.127)
Constituição de obrigação atuarial								
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(99)	(474)	11.770	189.610	154.173	1.705	(114)	416.473
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.547	2.578	300.208	3.665.281	3.690.110	31.938	41	2.556.972

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NIRE: 333.0015258-0 Protocolo: 00-2018/132119-0 Data do protocolo: 20/06/2018

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 26/06/2018 SOB O NÚMERO 00003218179 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: ED1CD3A6AF164CA0F4BAAF25083BD4D6DCC1922C1675DB1968E7C84F336F4115

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 27/57

de Auxílio-Doença, corresponderá a um percentual sobre a folha de Salário-de-Participação dos Participantes Não Migrantes. O regime financeiro de determinação do custeio do Plano é o de capitalização.

2) SISTEL

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não-lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir e operar planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

Planos

(i) PBS-A

O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2017, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

(ii) PAMA

O PAMA é um plano de assistência à saúde ao aposentado que tem por objetivo a cobertura de assistência médica aos participantes assistidos, com a coparticipação e a contribuição destes, desde que vinculados aos planos de benefícios de previdência do tipo Benefício Definido administrados pela Sistel.

Até 2014, a Companhia não considerava os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.

No entanto, a partir do posicionamento da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, de que a Sistel é uma estipulante de plano de assistência à saúde adaptados à Lei nº 9.656/1998 e, consequentemente, não se enquadra como operadora de plano de saúde, a Fundação passa, a ter de manter um fluxo de obrigações mesmo que não haja uma correspondente receita contributiva. Assim, não é mais possível a manutenção da configuração de plano de contribuição definida.

Em outubro de 2015, em cumprimento de determinação judicial, a Sistel transferiu parte do excedente de recursos do plano de benefícios PBS-A, no montante de R\$ 3.042 milhões, para solvência do PAMA. Do total transferido, R\$ 1.676 milhões estão relacionados aos planos patrocinados pela Companhia. O valor foi estabelecido com base em estudos atuariais elaborados por consultoria externa mediante premissas aderentes à massa de usuários do PAMA, bem como avaliação do crescimento das despesas médicas inerentes a esta massa. A partir da referida determinação judicial, a Companhia passou a calcular e divulgar as informações sobre as obrigações atuariais do PAMA, de acordo com as regras do CPC 33 (CVM 695).

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social

Movimentações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Controladora			
	2017			
	Planos de Pensão			Planos de Assistência Médica
	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMA
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	279.147	3.265.462	3.486.769	2.075.073
Juros sobre obrigações atuariais	31.697	372.039	393.424	234.464
Custo do serviço corrente	33	1.304		89
Contribuições de participantes vertidas no ano	41			
Benefícios pagos líquidos	(22.480)	(247.566)	(344.255)	(170.127)
Constituição de obrigação atuarial				
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	11.770	184.763	154.172	416.473
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	300.208	3.576.002	3.690.110	2.555.972
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	306.505	3.505.460	5.360.600	2.398.818
Rendimentos dos ativos do plano	34.946	412.261	615.098	271.857
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	114			
Pagamento de benefícios	(22.480)	(247.566)	(344.256)	(170.127)
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos				
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	32.880	102.673	258.697	165.266
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	351.965	3.872.828	5.890.139	2.665.814
(=) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido	(51.757)	(296.826)	(2.200.029)	(109.842)
Eleito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso	51.757	296.826	2.200.029	109.842
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ¹⁾				

	Controladora			
	2016 (Reapresentado)			
	Planos de Pensão			Planos de Assistência Médica
	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMA

Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	238.440	2.613.323	2.957.032	1.070.450
Juros sobre obrigações atuariais	29.768	328.145	367.355	136.029

	Planos de Pensão								assistência Médica
	PBS-		Telemar		PBS-		PAMA		
	BrTPREV	TCSPREV	Telemar	Prev	PBS-A	TNC		CELPREV	
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.439	2.291	238.440	2.679.359	2.957.032	24.918	89	1.070.450	
Juros sobre obrigações atuariais	178	293	29.768	336.455	367.355	3.125	11	136.029	
Custo do serviço corrente	39	62	24	1.912		38	4	37	
Contribuições de participantes vertidas no ano			42			9	1		
Benefícios pagos líquidos	(83)	(10)	(21.115)	(235.978)	(292.754)	(2.325)		(136.107)	
Constituição de obrigação atuarial									
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(35)	60	31.989	564.450	455.136	3.439	28	1.003.664	
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.538	2.696	279.148	3.346.198	3.486.769	29.204	133	2.075.073	
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.151	7.183	271.134	3.134.969	5.030.307	50.269	2.501	2.007.048	
Rendimentos dos ativos do plano	141	934	34.062	396.140	638.954	6.449	327	258.724	
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora									
Contribuições normais recebidas pelo plano			115			21	2		
Patrocinadora			73			12	1		
Participantes			42			9	1		
Pagamento de benefícios	(83)	(10)	(21.115)	(235.978)	(292.755)	(2.325)		(135.107)	
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos									
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(5)	583	22.310	398.247	(15.906)	270	(277)	268.153	
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.204	8.690	306.506	3.693.378	5.360.600	54.684	2.553	2.398.818	
(=) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido	334	(5.994)	(27.358)	(347.180)	(1.873.831)	(25.480)	(2.420)	(323.745)	
Eleito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso		1.476	27.358	347.180	1.873.831	25.480	2.420	323.745	
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ¹⁾	334	(4.518)							

Consolidado							
01/01/2016 (Reapresentado)							

	Planos de Pensão							Planos de Assistência Médica
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	Telemar Prev	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAMA
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.478	2.006	242.108	2.769.924	3.048.999	25.842		94
Juros sobre obrigações atuariais	165	236	27.446	315.487	343.562	2.940		10
Custo do serviço corrente	33	58	80	2.600		62		4
Contribuições de participantes vertidas no ano			43			18		1
Benefícios pagos líquidos	(74)	(12)	(19.368)	(211.326)	(294.854)	(1.967)		
Constituição de obrigação atuarial								1.070.450
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(163)	3	(11.869)	(197.326)	(140.674)	(1.977)	(20)	
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.439	2.291	238.440	2.679.359	2.957.033	24.918	89	1.070.450
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.132	5.730	251.978	2.994.597	5.868.212	48.794	2.367	
Rendimentos dos ativos do plano	124	676	28.622	342.065	677.075	5.658	279	
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora								
Contribuições normais recebidas pelo plano			114			35		4
Patrocinadora			71			17		3

- continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

28 de março de 2017 e 30 de março de 2016, respectivamente, em consonância com os requerimentos previstos do CPC 23 (IAS 8) - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros para refletir os seguintes ajustes:

(a) Redução do valor recuperável de ativos de longa duração (CPC 01 R1 / IAS 36).

Com a aprovação e homologação do PRJ (Nota 1), a Companhia entendeu estarem reunidas as condições necessárias à fundamentação das premissas para a avaliação do valor recuperável dos ativos de longa duração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 1 de janeiro de 2016 nos termos do CPC 01 R1 (IAS 36) - Redução do Valor Recuperável de Ativos.

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia reconheceu uma perda estimada para desvalorização de ativos não financeiros ("impairment") em 1 de janeiro de 2016 de R\$ 239 milhões (R\$ 222 milhões na controladora).

(b) Reconhecimento de tributos diferidos (CPC 32 / IAS 12 e ICMV 371/2002).

Em decorrência das projeções de expectativa do lucro tributável à época estimadas com base nos eventos e condições existentes em cada data base, a Companhia em 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 registrou uma redução do valor do tributo diferido anteriormente reconhecido no balanço em R\$ 1.663 milhões (R\$ 1.179 milhões na controladora) e R\$ 1.190 milhões (R\$ 455 milhões na controladora), respectivamente. O resultado líquido de 2016 foi aumentado em R\$ 473 milhões, pela revisão da expectativa de realização dos tributos diferidos. Esse aumento do resultado líquido foi ocasionado pela adequação do reconhecimento da perda devida em 2015 anteriormente reconhecida em 2016.

(c) Baixa de depósitos judiciais e aumento de provisões para contingências

Com o Pedido de Recuperação Judicial, a Companhia identificou a necessidade e conseguiu atuar no escrutínio e conciliação dos saldos contábeis e valores de depósitos judiciais e respectiva provisão para contingências. Tal revisão foi possível através de uma cobrança de forma mais efetiva de extratos junto dos bancos credores da RJ e que são detentores dos depósitos judiciais, digitalização de processos e possibilidade de uso de ferramenta informatizada nos sites dos Tribunais de Justiça, suspensão de créditos judiciais que restringiu a realização de novos depósitos e bloqueios e redução do número de entrada de novos processos judiciais.

Neste contexto a Companhia criou grupos internos interdisciplinares e contratou consultorias externas independentes para auxiliar na revisão dos controles e processos, incluindo reconciliações sobre os saldos de depósitos judiciais. Deste trabalho e em virtude do encerramento de processos e consequente expedição de alvará judicial para levantamento, resultou a necessidade de baixar os saldos de depósitos judiciais levantados em anos anteriores pelo autor, que não eram do conhecimento da Companhia até este momento ou não estavam disponíveis todos os elementos para a correspondente conclusão de eventual ajuste.

Adicionalmente, em função da alteração das premissas estatísticas baseadas no histórico de encerramento de processos foi necessário aumentar as provisões para contingências de natureza cível e trabalhista existentes à época. (Nota 20).

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia em 1 de janeiro de 2016, reconheceu uma baixa de depósitos judiciais não existentes e a redução da provisão para contingências em R\$ 968 milhões (R\$ 877 milhões na controladora) e R\$ 37 milhões (R\$ 98 milhões na controladora), respectivamente e em 31 de dezembro de 2016 reconheceu uma baixa de depósitos judiciais não existentes e a redução da provisão para contingências em R\$ 491 milhões (R\$ 499 milhões na controladora) e R\$ 35 milhões (R\$ 50 milhões na controladora), respectivamente. O resultado líquido de 2016 foi reduzido em R\$ 456 milhões pelo reconhecimento de perda adicional sobre o saldo dos depósitos judiciais, aumento de provisão para contingências e correção da atualização monetária sobre os saldos de depósitos e de provisões para contingências.

(d) Realização de saldos entre empresas do Grupo.

A Companhia realizou procedimentos adicionais para a obtenção de suportes e conciliação do saldos entre empresas do grupo, tendo concluído pela necessidade de reconhecimento de passivos e baixa de contas a receber nas demonstrações financeiras.

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia reconheceu em 1 de janeiro de 2016 a baixa de contas a receber de R\$ 176 milhões (R\$ 146 milhões na controladora), e aumento de fornecedores em R\$ 186 milhões (R\$ 1 milhão na controladora).

(e) Realização de Créditos Tributários

A Companhia identificou, nas correspondentes datas bases, que o saldo de tributos diretos a indiretos a recuperar incluía valores prescritos ou sem documentação suficiente para a contestação junto das autoridades competentes.

Com o objetivo de correção de erro, a Companhia registrou em 1 de janeiro de 2016 a baixa de saldos de tributos não recuperáveis, reconhecidos nas rubricas tributos e outros ativos em R\$ 198 milhões (R\$ 138 milhões na controladora) e R\$ 43 milhões (R\$ 43 milhões na controladora), respectivamente e em 31 de dezembro de 2016 a baixa de saldos de tributos não recuperáveis reconhecidos nas rubricas tributos e outros ativos em R\$ 214 milhões (R\$ 138 milhões na controladora), respectivamente.

Conciliação do Patrimônio líquido em 1 de janeiro de 2016:

	Controladora	Consolidado
Patrimônio líquido originalmente apresentado em 1 de janeiro de 2016 ¹	16.821.814	16.821.814
(a) Redução do valor recuperável de ativos de longa duração		(239.182)
(b) Reconhecimento de tributos diferidos	(1.179.493)	(1.682.976)
(c) Baixa de depósitos judiciais e aumento de provisões para contingências	(779.017)	(931.275)
(d) Realização de saldos entre empresas do Grupo	(147.153)	(363.040)
(e) Realização de Créditos Tributários	(181.313)	(242.165)
(f) Estimativa inapropriada de receita por serviços prestados e não faturados	(39.036)	(159.609)
(g) Equivalência patrimonial sobre os ajustes	(1.255.066)	
Patrimônio líquido reapresentado em 1 de janeiro de 2016	13.240.736	13.223.567

¹ Os ajustes procedidos no patrimônio líquido foram lançados aos prejuízos acumulados

Conciliação do Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora	Consolidado
Patrimônio líquido originalmente apresentado em 31 de dezembro de 2016 ¹	14.515.111	14.529.803
(a) Redução do valor recuperável de ativos de longa duração		(239.182)
(b) Reconhecimento de tributos diferidos	(455.382)	(1.190.049)
(c) Baixa de depósitos judiciais e aumento de provisões para contingências	(1.227.373)	(1.387.680)
(d) Realização de saldos entre empresas do Grupo	(147.153)	(363.040)
(e) Realização de Créditos Tributários	(183.457)	(257.525)
(f) Estimativa inapropriada de receita por serviços prestados e não faturados	(39.036)	(159.609)
(g) Conciliação de contas a receber		(86.468)
(h) Realização de ágio da Rede Conecta		(937.403)
(i) Equivalência patrimonial sobre os ajustes	(2.377.332)	
Patrimônio líquido reapresentado em 31 de dezembro de 2016	10.085.400	10.008.847

¹ Os ajustes registrados diretamente no patrimônio líquido foram lançados aos prejuízos acumulados (ajustes de exercícios anteriores em 1 de janeiro de 2016) e resultado do exercício nos montantes de R\$ 3.598.247 e R\$ 1.922.709, respectivamente.

Conciliação do Resultado líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora					
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2016	(b)	(c)	(d)	(e)	Saldos reapresentados em 31/12/2016
Receita de venda de bens e/ou serviços	9.298.084					9.298.084
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(7.690.650)					(7.690.650)
Resultado bruto	1.607.434					1.607.434
Despesas/Receitas operacionais	(336.928)	(263.322)	(2.144)	(1.122.264)		(2.324.656)
Resultado de equivalência patrimonial	1.543.498			(1.122.264)		421.234
Despesas com vendas	(1.649.181)					(1.649.181)
Despesas gerais e administrativas	(999.699)					(999.699)
Outras receitas operacionais	918.790					918.790
Outras despesas operacionais	(750.336)	(263.322)	(2.144)			(1.015.802)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	670.506	(263.322)	(2.144)	(1.122.264)		(717.224)
Resultado financeiro	(1.565.312)			(185.033)		(1.750.345)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(894.806)	(448.355)	(2.144)	(1.122.264)		(2.467.569)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(1.480.487)	724.130				(736.357)
Prejuízo do exercício	(2.355.293)	724.130	(448.355)	(2.144)	(1.122.264)	(3.203.926)
Atribuição a sócios da empresa controladora	(2.355.293)					(2.355.293)



Demas ativos	239.040	289.895	122.021	239.319	102.770	214.545
Investimentos	14	8.048.392	8.398.530	8.312.032	122.438	121.580
Imobilizado	15	12.408.503	11.872.581	11.729.055	21.007.535	20.294.338
Intangível	16	265.326	443.171	609.809	2.200.146	2.511.492
		28.090.465	24.930.879	26.551.559	33.627.833	32.567.501
Total do ativo		32.287.130	32.303.491	33.983.956	46.224.023	46.043.489

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO						DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016						EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016					
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma						Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
	Nota	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)			2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Receitas de vendas e/ou serviços	4	7.696.270	9.298.084	19.946.302	20.767.012	Atividades operacionais					
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	5	(6.882.689)	(7.690.650)	(13.310.415)	(13.774.752)	Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(4.555.046)	(2.467.569)	(4.453.239)	(1.506.595)	
Lucro bruto		813.581	1.607.434	6.635.887	6.992.260	Itens de resultado que não afetam o caixa					
Receitas (despesas) operacionais						Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	919.406	142.365	1.991.972	(786.546)	
Resultado de equivalência patrimonial	14	(201.739)	421.234	(1.091)	1.392	Depreciação e amortização	2.002.421	2.247.106	3.959.232	4.106.515	
Despesas com vendas	5	(1.576.210)	(1.649.181)	(3.976.149)	(3.834.254)	Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	241.013	154.743	630.901	529.850	
Despesas gerais e administrativas	5	(814.918)	(909.699)	(2.175.965)	(2.432.095)	Provisões	4.508.315	536.977	4.810.183	817.383	
Outras receitas operacionais	6	1.020.521	918.790	1.650.272	1.267.753	Ajuste a valor presente (Nota 1 e 7)	(3.184.388)		(3.261.008)		
Outras despesas operacionais	6	(5.288.590)	(1.015.802)	(7.144.103)	(3.020.445)	Provisão para fundos de pensão	23		130	101	
		(6.858.936)	(2.324.658)	(11.847.036)	(8.017.649)	Equivalência patrimonial	201.739	(421.234)	1.091	(1.392)	
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		(6.045.355)	(717.224)	(5.011.149)	(1.025.389)	Perda na baixa de ativo permanente	171.490		184.721		
Receitas financeiras	7	3.873.029	498.030	4.874.435	1.407.396	Taxa de Promoção do Contrato de Concessão - ANATEL	43.414	55.804	59.675	60.746	
Despesas financeiras	7	(2.382.720)	(2.248.375)	(4.316.525)	(1.888.602)	Participação de empregados e administradores	107.496	24.015	236.412	62.036	
Resultado financeiro	7	1.490.309	(1.750.345)	557.910	(481.206)	Operações de instrumentos financeiros derivativos		973.875		973.875	
Prejuízo antes das tributações		(4.555.046)	(2.467.569)	(4.453.239)	(1.506.595)	Atualização monetária de créditos com partes relacionadas e debêntures privadas	(110.454)	(138.675)	(588.022)	(630.923)	
Imposto de renda e contribuição social						Atualização monetária de provisões	284.920	301.961	500.274	383.145	
Corrente	8	(125.852)	(48.545)	(728.293)	(397.606)	Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal	6.598	5.536	9.558	8.918	
Diferido	8	409.386	(687.812)	847.677	(1.513.246)	Dividendos prescritos		(1.479)		(1.479)	
		283.534	(736.357)	119.384	(1.910.852)	Outros	153.387	(53.410)	232.732	(62.204)	
Prejuízo do exercício		(4.271.512)	(3.203.926)	(4.333.855)	(3.417.447)		790.334	1.360.015	4.314.612	3.952.430	
Prejuízo atribuído aos controladores		(4.271.512)	(3.203.926)	(4.271.512)	(3.203.926)	Mutações patrimoniais					
Prejuízo atribuído aos não controladores				(62.343)	(213.521)	Contas a receber	(183.725)	220.314	(201.991)	(495.275)	
Prejuízo básico e diluído por ação (ordinária e preferencial) (R\$)	22(f)	(12,40)	(9,30)	(12,40)	(9,30)	Estoques	(46.531)	28.360	108.672	(59.279)	
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.						Tributos	520.854	(309.984)	107.245	(230.048)	
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE						Aplicações financeiras mantidas para negociação	(4.105)	(223.624)	(536.860)	(1.490.729)	
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016						Resgates de aplicações financeiras mantidas para negociação	4.718	290.216	727.304	1.505.986	
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma						Fornecedores	175.461	278.463	42.917	(1.080.782)	
						Salários, encargos sociais e benefícios	20.495	(68.203)	(46.674)	(36.853)	
						Provisões	(149.725)	(272.930)	(331.174)	(462.591)	
						Outras contas ativas e passivas	(75.500)	(106.333)	14.984	1.065.150	
							261.942	(162.721)	(115.377)	(1.343.421)	
						Encargos financeiros pagos	(90.621)	(404.344)	(76.929)	(889.350)	
						Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	(4.679)	(38.759)	(266.161)	(197.790)	
						Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	(126.152)	(124.500)	(192.736)	(172.216)	
						Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	1.080.076	1.183			
							795.624	(566.440)	(535.828)	(1.259.356)	
						Fluxo de caixa das atividades operacionais	1.847.900	630.854	3.663.409	1.349.653	
						Atividades de investimentos					
						Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(1.948.973)	(1.409.608)	(3.568.085)	(2.579.607)	
						Créditos com partes relacionadas - Liberações		(197.846)		(4.207.247)	
						Créditos com partes relacionadas - Recebimentos		25.035	963	584.982	
						Recursos obtidos na venda de investimentos, imobilizado e intangível	48	130.936	11	133.988	
						Depósitos e bloqueios judiciais	(95.221)	(265.405)	(178.013)	(489.362)	
						Resgates de depósitos e bloqueios judiciais	99.687	136.226	166.613	200.853	
						Aumento/Redução dos investimentos permanentes		(99)		12.088	
						Aumento de capital em controladas		(348.787)			
						Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(1.944.459)	(1.929.548)	(3.578.511)	(6.324.505)	
						Atividades de financiamentos					
						Captações líquidas de custos	55.442	1.933.084	45.569	8.589.965	
						Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e leasing		(1.191.356)	(31.031)	(2.480.310)	
						Autorizações e concessões	(66.915)	(74.125)	(103.338)	(31.205)	

seus clientes, dentro das regras e compromissos assumidos com a ANATEL; (ii) preservar o valor das Empresas Oi; (iii) manter a continuidade de seu negócio e sua função social, protegendo assim de forma organizada os interesses das Empresas Oi, de seus clientes, de seus acionistas e demais partes interessadas; e (iv) proteger o caixa das Empresas Oi.

O ajuizamento do pedido de recuperação judicial foi mais um passo na direção da reestruturação financeira da Companhia, que continua trabalhando para conquistar novos clientes, mantendo suas vendas de serviços e produtos para todos os segmentos de mercado em todos os seus canais de distribuição e atendimento. As atividades de instalação, manutenção e reparo também continuam sendo desempenhadas prontamente pelas Empresas Oi e suas subsidiárias. Toda a força de trabalho da Oi vem mantendo normalmente sua atuação, com suas atividades comerciais, operacionais e administrativas. A Oi mantém o foco nos investimentos em projetos estruturantes que visam promover melhoria de qualidade na prestação de seus serviços, de forma a continuar levando avanços tecnológicos, alto padrão de atendimento e inovação aos clientes.

Em 22 de junho de 2016, o Tribunal Federal de Falências no Distrito Sul de Nova York ("Corte de Falências dos Estados Unidos") deferiu o pedido de tutela provisória requerido pela Oi, Telemar, Oi Holanda e Oi Móvel (as quais, em conjunto, designadas como "Devedoras") nos processos ajuizados em 21 de junho de 2016, nos termos previstos no Capítulo 15 do Código de Falências dos Estados Unidos.

A decisão da tutela impede os credores de iniciarem ações contra as Devedoras ou seus bens localizados dentro da jurisdição territorial dos Estados Unidos, e de rescindir os contratos existentes regidos pelas leis dos Estados Unidos dos quais as Devedoras sejam parte.

Em 23 de junho de 2016, a Suprema Corte de Justiça da Inglaterra e País de Gales emitiu ordens reconhecendo, com relação à Oi, Telemar e Oi Móvel, o pedido de recuperação judicial formulado no Brasil nos termos da Lei nº 11.101/2005 como procedimento principal estrangeiro segundo a Legislação Modelo da UNCITRAL - "United Nations Commission on International Trade Law" sobre Insolvência Transfronteiriça, conforme estabelecido no Anexo 1 do Regulamento de Insolvência Transfronteiriça de 2006 (S.I. 2006 Nº 1030) ("Ordens de Reconhecimento").

As Ordens de Reconhecimento estabelecem que o início ou prosseguimento de procedimentos (incluindo quaisquer ações de execução) na Inglaterra e País de Gales com relação aos ativos, direitos, obrigações e responsabilidades da Oi, Telemar e Oi Móvel está suspenso a partir de 23 de junho de 2016.

Em 29 de junho de 2016, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Juízo da Recuperação Judicial") deferiu o processamento da recuperação judicial das Empresas Oi.

A decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial das Empresas Oi determinou que todos os prazos processuais fossem contados em dias úteis. A esse respeito, embora a decisão tenha determinado que o Plano de Recuperação Judicial (PRJ ou "Plano") fosse apresentado em 60 dias úteis, o Ministério Público interps agravo de instrumento requerendo fosse esse prazo contado em dias corridos. Diante do agravo interposto pelo Ministério Público, o Juízo da Recuperação Judicial reconsiderou sua decisão, determinando que o PRJ fosse apresentado em 60 dias corridos, contados da publicação da decisão de deferimento do processamento da recuperação judicial.

Em 21 de julho de 2016, foi realizada uma audiência para que a Corte de Falências dos Estados Unidos apreciasse os pedidos das Devedoras e, tendo em vista que nenhuma objeção ao reconhecimento foi apresentada, a Corte de Falências dos Estados Unidos proferiu decisão reconhecendo o processo de recuperação judicial como um procedimento principal estrangeiro com relação a cada uma das Devedoras. Como consequência do reconhecimento, uma suspensão foi aplicada automaticamente, impedindo o ajuizamento de ações nos Estados Unidos contra as Devedoras e seus bens localizados em território norte-americano, incluindo ações para rescindir ou de outro modo interferir nos contratos operacionais de telecomunicações das Devedoras nos Estados Unidos.

Em 22 de julho de 2016, o pedido de recuperação judicial foi ratificado pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária da Oi.

Os acionistas também autorizaram a administração da Oi a tomar todas as providências e praticar os atos necessários com relação à recuperação judicial das Empresas Oi, bem como ratificaram todos os atos tomados até esta data.

Em 22 de julho de 2016, o Juízo da Recuperação Judicial nomeou a PricewaterhouseCoopers Assessoria Empresarial Ltda. para exercer a função de administrador judicial financeiro, e o Escritório de Advocacia Arnoldo Wald para exercer a função de administrador judicial legal (em conjunto, o "Administrador Judicial") das Empresas Oi.

Diante da retratação do Juízo da Recuperação Judicial sobre a forma de contagem do prazo para apresentação do plano, conforme acima referido, em 5 de setembro de 2016 as Empresas Oi protocolaram o PRJ, no qual foram estabelecidos os termos e condições para reestruturação do endividamento das Empresas Oi, bem como as principais medidas que poderão ser adotadas com vistas à superação da atual situação econômico-financeira das Empresas Oi e à continuidade de suas atividades, inclusive por meio de (i) reestruturação e equalização de seu passivo; (ii) prospeção e adoção de medidas durante a recuperação judicial visando à obtenção de novos recursos; e (iii) potencial alienação de bens do ativo permanente.

Em 20 de setembro de 2016, foi publicada a primeira lista de credores apresentada pelas Empresas Oi ("Primeira Lista de Credores"). O total dos créditos com pessoas não controladas pela Oi, conforme a Primeira Lista de Credores somava, aproximadamente, R\$ 65,1 bilhões. A partir desta publicação, os credores tiveram um prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentar ao Administrador Judicial (i) uma habilitação de crédito (a "Habilitação de Crédito" ou "Habilitação"), se o crédito não fosse incluído na Primeira Lista de Credores, ou (ii) uma divergência (a "Divergência"), se, de acordo com o credor, o valor na Primeira Lista de Credores estivesse incorreto, ou o crédito fosse classificado incorretamente. O prazo para apresentação de Habilitação e/ou Divergência pelos credores encerrou-se no dia 11 de outubro de 2016.

Em 2 de março de 2017, o Juízo de Comércio de Lisboa – Juiz 3 do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, emitiu decisão reconhecendo, com relação à Oi e a Telemar, a decisão que deferiu o processamento do pedido de recuperação judicial formulado no Brasil.

Em 22 de março de 2017, o Conselho de Administração da Oi aprovou as condições financeiras básicas a serem ajustadas no PRJ, bem como autorizou a Diretoria e os assessores da Oi a apresentarem, assim que possível, aditivo ao PRJ ao Juízo da Recuperação Judicial, conforme divulgado pela Oi em Fato Relevante na mesma data, tendo tais condições sido apresentadas em juízo em 28 de março de 2017. O PRJ aditado foi apresentado em juízo no dia 11 de outubro de 2017.

Em 31 de março de 2017, o Juízo da Recuperação Judicial proferiu uma decisão substituindo a PricewaterhouseCoopers Assessoria Empresarial Ltda. de sua função de administrador financeiro pelo Consórcio BDOPro, o qual declinou da nomeação. Assim, em 10 de abril de 2017, o Escritório de Advocacia Arnoldo Wald foi nomeado como único administrador judicial da Recuperação Judicial das Empresas Oi.

Conforme divulgado nas Informações Trimestrais do período findo em 31 de março de 2017, o Administrador Judicial revisou a Primeira Lista de Credores e, após revisar a mesma, levando em consideração as Habilitações de Crédito e Divergências, apresentou a relação de credores publicada no Edital de 29 de maio de 2017 ("Relação de Credores").

A partir da publicação da Relação de Credores, tiveram início dois prazos para os credores: (i) um prazo de 10 dias úteis para que apresentem em juízo suas impugnações à Relação de Credores (a "Impugnação"); e (ii) um prazo de 30 dias úteis

e nas condições previstos no Programa para Acordo com Credores e o excedente do crédito será pago na forma do Plano. O Programa para Acordo com Credores beneficiou os Credores Oi participantes na medida em que possibilitou a antecipação de parte do valor objeto do Programa.

O Programa foi temporariamente suspenso por força de decisão judicial, tendo tal decisão sido revertida em favor da validade do Programa para Acordo com Credores, por força de julgamento do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, ocorrido em 29 de agosto de 2017. Dessa forma, o Programa para Acordo com Credores foi implementado a partir desta data, tendo sido encerrado em 8 de dezembro de 2017.

O Programa para Acordo com Credores teve aderência de aproximadamente 35 mil credores, sendo cerca de 30 mil no Brasil e 5 mil em Portugal, tendo sido disponibilizados aproximadamente R\$ 360 milhões para o pagamento dos acordos celebrados no âmbito do Programa.

Créditos Concursuais Agências Reguladoras

A Companhia entende que a imposição pela ANATEL de multas administrativas com valores desproporcionais e não razoáveis, constituiu um dos elementos determinantes para o agravamento da crise financeira do Grupo Oi que culminou, consequentemente, com o pedido de recuperação judicial.

A Companhia informa que tem conhecimento de processos administrativos sancionatórios e judiciais que podem atingir o patrimônio de cerca de R\$ 6,7 bilhões, em 30 de junho de 2016, considerando-se, para cômputo desse valor, multas aplicadas e processos ainda em tramitação administrativa sem aplicação de multa (valor estimado), contra o Grupo Oi, dos quais vinha-se reconhecendo como provisão para contingências os montantes de R\$ 1.933.108 e R\$ 2.019.380, respectivamente individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2017 (Nota 20). A Companhia discorda e contesta da existência de relevante parcela dos descumprimentos apontados pela ANATEL, bem como se insurge contra a desproporcionalidade das medidas sancionatórias aplicadas, ressaltando a sua falta de razoabilidade, mantendo registrado no balanço o valor que considera a melhor estimativa de desembolso na data do balanço.

Cumprir ressaltar que a ANATEL, no âmbito do processo de recuperação judicial do Grupo Oi, insurgiu-se, dentre outras, contra a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, assim como contra a instauração de procedimentos de mediação entre as Recuperandas e a ANATEL, por meio dos agravos de instrumento nº 0043065-84.2016.8.19.0000 e 0060963-13.2016.8.19.0000. Quanto ao agravo nº 0043065-84.2016.8.19.0000, interposto contra a decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, o recurso foi julgado no sentido de manter-se a submissão dos créditos da ANATEL à recuperação. O agravo interposto contra a instauração de mediação entre as Recuperandas e a ANATEL aguarda julgamento. De qualquer sorte, tendo em vista a ausência de interesse da ANATEL no procedimento de mediação em questão, o Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro proferiu decisão, em 26 de fevereiro de 2018, na qual determinou a suspensão do procedimento de mediação entre a ANATEL e a Companhia.

Resalte-se, ainda, que além do parecer do Administrador Judicial sobre a concursalidade dos créditos da ANATEL, a Companhia cuidou de pedir a elaboração de mais três pareceres de renomados juristas nacionais, todos no sentido da manutenção dos créditos da ANATEL no âmbito da recuperação judicial.

A ANATEL se insurgiu, ainda, contra a submissão de seus créditos ao processo de recuperação judicial por meio do agravo de instrumento nº 0057446-63.2017.8.19.0000, interposto contra a decisão proferida nos autos de sua impugnação de crédito, por meio da qual o Juízo da Recuperação Judicial reformou o entendimento sobre a concursalidade dos créditos não tributários da agência reguladora. Ao apreciar o pedido de tutela recursal formulado pela ANATEL, o Desembargador Cezar Augusto Rodrigues Costa, Relator na ocasião, determinou que fosse mantida a submissão à recuperação judicial e concedeu parcial efeito suspensivo para determinar a exclusão de eventuais créditos tributários titularizados pela ANATEL, assim como os encargos legais provenientes de sua cobrança e as respectivas multas punitivas por infrações tributárias. Atualmente, aguarda-se o julgamento do agravo interno interposto pela ANATEL contra a referida decisão, bem como o julgamento do mérito recursal, pela 8ª Câmara Cível. Soma-se a isso, o entendimento firmado pelo Ministro Marco Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça, no âmbito do Conflito de Competência nº 154.977/RJ, apoiado por parecer do Ministério Público Federal, o qual, em decisão monocrática, reconheceu que a submissão do crédito da ANATEL deverá ser discutida nos autos da recuperação judicial, por meio de recurso próprio.

Além dos recursos citados, a ANATEL interps o agravo de instrumento nº 0048971-21.2017.8.19.0000, contra a decisão que recebeu, sem apreciar o mérito, sua objeção ao plano de recuperação judicial. Nesse recurso foi concedido, parcialmente, pelo Desembargador Cezar Augusto, da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o efeito suspensivo requerido pela Agência, para determinar a suspensão da aplicação à ANATEL das cláusulas 4.3.2.8 e subitens 4.3.2.8.1 e 4.3.2.8.2 do PRJ que então havia sido apresentado pelas Recuperandas. As referidas cláusulas tratavam sobre a forma de pagamento dos créditos concursais da ANATEL, e sobre a instauração de mediação entre as Recuperandas e a ANATEL. A Oi, de todo modo, modificou os termos do PRJ, que mantém previsão de tratamento concursal aos créditos da ANATEL e foi aprovado pela ampla maioria dos credores em Assembleia Geral de Credores dos dias 19 e 20 de dezembro de 2017, e homologado, no dia 8 de janeiro de 2018, pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A ANATEL também interps o agravo de instrumento nº 0055283-13.2017.8.19.0000, contra decisão proferida nos autos da recuperação judicial, por meio da qual foi designada a realização da Assembleia Geral de Credores do Grupo Oi sem que fosse acolhido o pedido da ANATEL de exclusão de todos os seus créditos. O recurso não foi conhecido e, atualmente, aguarda-se o julgamento do agravo interno interposto pela ANATEL, pela 8ª Câmara Cível.

O Novo Plano apresentado e aprovado na AGC dos dias 19 e 20 de dezembro de 2017, o qual restou homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018, prevê a seguinte forma de pagamento dos Créditos Concursais Agências Reguladoras, o que inclui créditos não tributários da ANATEL no valor de cerca de R\$ 8,7 bilhões, em 30 de junho de 2016:

(i) Pagamento dos créditos concursais não tributários, cuja gestão seja de competência da Advocacia Geral da União (AGU), em 240 (duzentos e quarenta) parcelas, a contar de 30 de junho de 2018, da seguinte forma: (i) da 1ª a 60ª prestação: 0,160%; (ii) da 61ª a 120ª prestação: 0,330%; (iii) da 121ª a 180ª prestação: 0,500%; (iv) da 181ª a 239ª prestação: 0,680%; e (v) a 240ª prestação: o saldo devedor remanescente. As primeiras parcelas serão integralmente pagas mediante a conversão em renda de valores depositados judicialmente para garantia desses créditos, a ser complementado, caso necessário em moeda corrente. A partir do mês subsequente, a Oi pagará as demais parcelas em moeda corrente. A partir da segunda parcela, as parcelas mensais serão corrigidas de acordo com a variação SELIC.

Os demais créditos concursais não tributários das agências reguladoras, objeto de questionamento administrativo, por serem ilíquidos até esta data, serão pagos nos termos da cláusula 4.3.6 do PRJ, modalidade geral de pagamento de créditos quinquenários.

O Plano ainda prevê a possibilidade de a Companhia aderir a nova regra legal que venha a ser publicada no sentido de equacionar os créditos de agências reguladoras não tributários e sujeitos ao Plano.

Destaque-se, contudo, que a ANATEL interps o agravo de instrumento nº 001068-32.2018.8.19.0000, contra a decisão que

☆ continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

exploração do serviço. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e/ou alto risco estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

Modalidade de seguro	Consolidado	
	2017	2016 (Reapresentado)
Riscos operacionais e lucros cessantes	700.000	700.000
Incêndio - estoques	150.000	150.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	264.640	260.728
Roubo - estoques	20.000	20.000
Responsabilidade civil - geral	20.000	20.000
Responsabilidade civil - veículos	3.000	3.000

(*) conforme cotação do câmbio do dia 31 de dezembro de 2017 (ptax): R\$ 3,3080 = US\$ 1,00

26. OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Aquisição de investimentos****ARM Engenharia/Rede Conecta**

Em outubro de 2012, a Companhia e algumas de suas subsidiárias celebraram contrato de prestação de serviços com a ARM Tecnologia e Serviços de Engenharia S.A. ("ARM Engenharia") para a instalação, operação e manutenção corretiva e preventiva relativas à planta externa e equipamentos associados da Oi e suas subsidiárias, telefones públicos e redes de fibra ótica e comunicação de dados (incluindo serviços de acesso a banda larga) nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina e, em janeiro de 2012 no Estado de São Paulo.

Em abril e maio de 2016, a Serede, subsidiária direta da Companhia, adquiriu os estabelecimentos empresariais da ARM Engenharia nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e passou a administrar e conduzir tais operações. Também em maio de 2016, a Serede celebrou com os acionistas da ARM Engenharia contrato para a aquisição da totalidade das ações de emissão da referida sociedade. A operação foi concluída em 27 de junho de 2016, após o cumprimento das condições precedentes previstas em contrato, comuns em operações da mesma natureza, incluindo a conclusão de auditoria jurídica e financeira na ARM Engenharia e a obtenção de aprovação pelo Conselho Administrativo para Defesa Econômica. Na mesma data, a denominação da ARM Engenharia foi alterada para Rede Conecta - Serviços de Rede S.A..

Telemont - RJ

Em outubro de 2015, a Serede, controlada direta da Companhia, adquiriu e incorporou as operações da Telemont no Estado do Rio de Janeiro. A Telemont mantém a prestação de serviços de planta externa nos demais estados onde possui parceria com a Companhia.

Ativos e passivos adquiridos

A aquisição dos ativos e passivos da ARM e Telemont - RJ, bem como do controle da Rede Conecta, foi registrada como operação separada de uma combinação de negócios, considerando relacionamento preexistente entre a Companhia e a adquirida, conforme estabelecido pelo CPC 15 e IFRS 3, sendo os valores dos ativos e passivos adquiridos indenificáveis até a data do balanço apresentados abaixo:

	ARM Engenharia / Rede Conecta	Telemont - RJ
Ativo circulante	219.970	3.126
Ativo não circulante	41.692	14.245
Ativo total	261.662	17.371
Passivo circulante	665.907	77.852
Passivo não circulante	507.265	27.164
Patrimônio líquido	(911.510)	(87.645)
Passivo total	261.662	17.371

b) Celebração de Memorando de Entendimento - Oi S.A. e Tim S.A.

Em 26 de fevereiro de 2018, a Oi celebrou um memorando de entendimento ("Memorandum of Understanding" - MOU)

27. EVENTOS SUBSEQUENTES**Incorporação da Oi Internet pela Oi Móvel**

No dia 1 de março de 2018 foi realizada a incorporação da Oi Internet pela Oi Móvel, ambas subsidiárias indiretas da Companhia, em cumprimento ao disposto nas cláusulas 3.1.6 e 7.1 do PRJ da Oi e de suas subsidiárias Oi Móvel, Telemar, Copart 4, Copart 5, PTIF e Oi Holanda. A incorporação constitui uma das etapas do processo de reestruturação societária e patrimonial das Recuperandas previsto expressamente no PRJ e tem como objetivo a otimização das operações e incremento dos resultados das Recuperandas e demais subsidiárias diretas e indiretas da Oi. Além disso, a unificação das operações da Oi Internet e Oi Móvel, mediante a consolidação das atividades desenvolvidas, trará consideráveis benefícios de ordem administrativa, econômica e fiscal, com a redução de custos e geração de ganhos de sinergia para maior eficiência na oferta de serviços.

Efeitos estimados do PRJ

Como resultado da aprovação do PRJ em AGC realizada nos dias 19 e 20 de dezembro de 2017 e a posterior homologação pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018, com publicação no Diário Oficial em 5 de fevereiro de 2018, iniciou-se a reestruturação dos passivos submetidos à Recuperação Judicial, nas condições previstas no PRJ e resumidas na Nota 1, o que deverá resultar em significativa redução de tais passivos.

Nos termos do CPC 26 (IAS 1) a Companhia entende que a homologação do Plano de Recuperação Judicial é um evento de 2018 e não reconheceu qualquer impacto do mesmo nos passivos financeiros abrangidos pelo Plano e registrados em 31 de dezembro de 2017. Já no que se refere à avaliação das provisões para contingências registradas em 31 de dezembro de 2017 a Companhia entende ter base contábil para refletir nessa avaliação os efeitos da recuperação judicial conforme determinado no CPC 25 (IAS 37).

Não obstante os passivos financeiros registrados no balanço de 31 de dezembro de 2017 não estarem afetados pelos efeitos do PRJ e não estarem reunidas todas as condições para concluir sobre a avaliação desses efeitos e sobre o momento do seu reconhecimento, a Administração entende ser relevante, nos termos do CPC 26 (IAS 1), proceder à divulgação da sua melhor estimativa dos efeitos do PRJ nesta data.

A Administração da Companhia ressalva, no entanto, que os efeitos ora divulgados foram determinados com base: (i) em indicadores financeiros (taxa de juro, taxa de câmbio, etc); (ii) na informação das escolhas dos credores sobre a forma de pagamento; e (iii) no cumprimento das condições precedentes de implementação do PRJ, os quais não dependem inteiramente da Companhia e podem ser alterados, o que poderá resultar em diferenças, face ao efetivo registro contábil dos efeitos do PRJ, que se estima ocorrer ao longo do exercício fiscal de 2018, em função do sucesso no atingimento das condições precedentes (Nota 1).

Em 30 de junho de 2016 os créditos incluídos no PRJ e o valor justo estimado pela Administração dos créditos reestruturados em 31 de dezembro de 2017, é como segue:

Valores em R\$ milhões (Consolidado)	Rubricas contábeis correspondentes	Estimativa da valor dos créditos alocados por opção em		Estimativa do valor justo dos créditos reestruturados ¹
		20/06/2016	Saldo em contábeis em 31/12/2017	
Classe I - Credores				
Trabalhistas	Contas a pagar e provisões (Notas 16 e 20)	145	145	145
Classe II - Créditos com Garantia Real ⁽²⁾	Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	2.476	2.865	2.476
Classes III e IV - Credores				
Quirografários				
Empréstimos e Financiamentos ⁽¹⁾	Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	8.293	9.070	2.878
Mútuos	Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	9.193	10.475	529
Agências Regulatórias	Provisões (Nota 20)	9.549	2.105	2.105
Total		29.656	24.660	8.131

¹ Desde 20 de junho de 2016 a Companhia vem mantendo para efeitos contábeis o registro da provisão para juros não pagos (Nota 17).

² O valor justo estimado dos créditos reestruturados, exclui o valor justo dos instrumentos de capital a emitir no âmbito da permuta de dívida por ações. Valor justo estimado na data-base de 31 de dezembro de 2017 / 5 de fevereiro de 2018.

AFAC

seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, que acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para Nota 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 4.333.855 mil (R\$ 4.271.512 mil na controladora), durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 11.916.600 mil (R\$ 9.724.552 mil na controladora). Conforme apresentado na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, esses eventos ou condições juntamente com a necessidade de manutenção e o cumprimento do plano de recuperação judicial aprovado pelos credores em 20 de dezembro de 2017 e homologado pelo Juízo da 7ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro em 8 de janeiro de 2018 e o atendimento das condições precedentes a conversão de dívidas em ações como definido no referido plano, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

razoável, as demonstrações econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luís Claudio França de Araújo

Contador CRC RJ-091559/O-4.

COM ITAÚ

Kroton anuncia parceria para o Cubo Education

Espaço destinado aos edtechs buscará conhecimento tecnológico ao desenvolvimento da educação no país

A Kroton anunciou uma parceria com o Cubo Itaú, que dará origem à vertical "Cubo Education", um espaço dedicado ao fomento de edtechs - tecnologia aplicada à educação. O espaço para um avanço significativo de startups, as empresas pretendem construir um centro de criação e distribuição de conteúdo aliado a tecnologias educacionais disruptivas", escreveu a empresa. A iniciativa contribuirá para um avanço significativo de trabalhar, além de investir em processos que aprimorem a experiência do aluno e a proposta de valor oferecida a eles. A empresa planeja também oferecer aos seus alunos soluções mais adaptadas às neces-

NA SEQUÊNCIA

Demanda por bens industriais aumenta pelo segundo mês

A demanda por bens industriais cresceu em abril pelo segundo mês seguido. É o que mostra o Indicador Ipea Mensal de Consumo Aparente de Bens Industriais. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em abril houve avanço 1,2%, na comparação com março.

De acordo com o Ipea,

relação ao trimestre terminado em janeiro. Isso porque nesse cálculo foi considerado o "ótimo resultado de dezembro de 2017", com crescimento de 2%. "Desse modo, as altas nos meses de março e abril não foram suficientes para salvar a média do trimestre", explicou. Os dois componentes do consumo aparente apresen-

bens duráveis (0,2%) e semi e não-duráveis (1,7%). Em relação a abril de 2017, todos os segmentos avançaram.

Ao se avaliar as classes da indústria, embora a extrativa-mineral tenha sofrido recuo de 5% em abril, a demanda por bens da indústria de transformação avançou 1,4%.

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NIRE: 333.0015258-0 Protocolo: 00-2018/132119-0 Data do protocolo: 20/06/2018

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 26/06/2018 SOB O NÚMERO 00003218179 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: ED1CD3A6AF164CA0F4BAAF25083BD4D6DCC1922C1675DB1968E7C84F336F4115

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 34/57



-a continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

judicial em 20 de junho de 2016 - conforme mencionado na Nota 1, os passivos financeiros atrelados a taxas de juros flutuantes da Companhia fazem parte da lista de credores sujeita a renegociação. Condicionado ao sucesso da implementação da referida negociação, os cenários abaixo descritos não deverão representar risco de fluxo de caixa. No período compreendido entre o protocolo, aprovação e a homologação do plano de recuperação judicial pelos credores ficam suspensas as exigibilidades de pagamento de juros e do principal dos empréstimos e financiamentos da Companhia. Para efeito da referida Instrução, no entanto, tais taxas foram atreladas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Cabe ressaltar, que, a TJLP manteve-se estável em 7,5% a.a. durante todo o ano de 2016 até 31 de março de 2017. A partir de 1 de abril de 2017, a TJLP reduziu para 7,0% a.a., mantendo-se neste patamar até 31 de dezembro de 2017. Antes do encerramento do trimestre, por sua vez, o Conselho Monetário Nacional havia decidido por uma redução desta taxa, desta vez para 6,75% a.a.

2017							
Cenários de taxas de juros							
Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto			
CDI	TJLP	CDI	TJLP	CDI	TJLP	CDI	TJLP
6,89%	7,00%	6,61%	8,75%	10,34%	10,50%	10,34%	10,50%

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

2017							
Controladora				Consolidado			
Risco individual		Cenário Provável		Cenário Possível		Cenário Remoto	
Descrição		Provável	Possível	Provável	Possível	Remoto	
Dividas em CDI		399.869	417.592	435.151	399.869	417.592	435.151
Dividas em TJLP		656.103	820.130	984.156	411.634	514.543	617.452
Dividas em US\$ LIBOR		374.109	403.995	433.990	374.109	403.995	433.990
Total Ativo/Passivo atrelado a taxa de juros		1.430.080	1.641.717	1.853.187	1.185.611	1.336.130	1.485.493
Total (ganho) perda		211.637	421.107	150.519	300.872		

3.2.2. Risco de crédito: A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos da liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações. As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "ratings" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 31 de dezembro de 2017, aproximadamente 98,6 % das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de "rating" AAA, AA, A e de risco soberano. **3.2.3. Risco de liquidez:** O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede e investir em novos negócios. A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede. Face ao atual cenário de recuperação judicial, conforme mencionado na Nota 1, as obrigações da Companhia relativas aos vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, serão negociados com os credores no âmbito do plano de recuperação judicial.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

Controladora		Consolidado	
2016		2016	
2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Receita bruta de vendas e/ou serviços	11.196.163	13.751.473	30.594.804
Deduções da receita bruta	(3.499.893)	(4.463.389)	(10.848.502)
Tributos	(2.989.450)	(2.864.301)	(6.127.168)
Outras deduções	(800.433)	(1.539.086)	(4.521.334)
Receitas de vendas e/ou serviços	7.896.270	9.294.694	19.946.302

5. DESPESAS POR NATUREZA

Controladora		Consolidado	
2016		2016	
2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Serviços de terceiros	(1.944.930)	(2.163.961)	(5.401.658)
Depreciação e amortização	(2.002.421)	(2.247.106)	(3.959.232)
Aluguéis e seguros	(1.571.036)	(1.732.951)	(3.737.975)
Pessoal	(678.982)	(767.573)	(2.511.945)
Serviço de manutenção da rede	(1.760.109)	(1.635.338)	(924.910)
Interconexão	(692.581)	(1.252.775)	(718.789)
Despesas para créditos de liquidação duvidosa	(241.013)	(154.743)	(630.901)
		(118.410)	(569.390)

de pagamento previstas no PRJ (Nota 20). (g) Vide Nota 3.1 item (f). **8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO:** Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%. Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

Controladora		Consolidado	
2016		2016	
2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			
Tributos correntes	(125.852)	(48.545)	(729.293)
Tributos diferidos	409.386	(867.812)	842.677
Total	283.534	(736.357)	119.384

Controladora		Consolidado	
2016		2016	
2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Prejuízo antes das tributações	(4.555.046)	(2.467.563)	(4.453.209)

Prejuízo antes das tributações

Controladora		Consolidado	
2016		2016	
2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
IRPJ e CSLL			
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	1.548.716	838.973	1.514.101
Equivalência patrimonial	(58.591)	143.220	(371)
Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio	(25.241)	(167.110)	
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	450	997	13.435
Adições permanentes (ii)	(403.801)	560.582	(459.657)
Provisão para perdas de créditos fiscais diferidos (iii)	(767.999)	(2.112.989)	(698.733)
Alíquota fiscal diferida não constituída (iv)		(258.597)	(203.595)
Efeitos de Taxas de Impostos diferenciadas (v)		(794)	(1.265)
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	283.534	(736.357)	119.384

(i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado da Companhia e da controlada Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007. (ii) Os principais itens de efeitos tributários de adições permanentes em 2017 e 2016 são: multas indevidíveis, patrocinadas e doações indevidíveis, receitas, prescrição de dividendos, baixa de créditos fiscais não recuperáveis e contingências ANATEL. (iii) Refere-se a provisão para perda ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (Nota 11). (iv) Refere-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência de controladas que não constituam crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa. (v) Esta rubrica corresponde aos efeitos da diferença entre a taxa de imposto aplicável no Brasil e as taxas de imposto aplicáveis a outras empresas do Grupo sediadas no exterior. **9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS:** As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e em 1 de janeiro de 2016, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Controladora		Consolidado	
2016		2016	
2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Caixa e contas bancárias	73.462	77.024	195.166
Equivalentes de caixa	563.651	739.474	1.207.336
Total	637.113	816.498	1.402.504

Controladora		Consolidado	
2016		2016	
2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Operações compromissadas	520.679	627.141	331.635
CDB - Certificado de Depósito Bancário	42.017	111.070	104.798
"Time Deposits"	914	1.215	749.415
Outros	41	48	21.490
Equivalentes de caixa	563.651	739.474	1.207.336

(b) Aplicações financeiras

Controladora		Consolidado	
2016		2016	
2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Títulos privados			
Títulos públicos	577	6.293	7.080
Outros		61.486	
Aplicações financeiras	577	67.779	91.789
Circulante	577	67.779	7.080
Não circulante		84.729	

10. CONTAS A RECEBER

Controladora		Consolidado	
2016		2016	
2017	(Reapresentado)	2017	(Reapresentado)
Serviços faturados	3.464.200	3.394.933	3.792.279

Taxa de promulgação do contrato de concessão - ANATEL	(43.414)	(55.804)	(59.675)	(60.745)	Subtotal:	3.768.591	3.698.093	4.082.944	7.153.915	7.416.266	7.289.346
Outros custos e despesas	(28.558)	(23.116)	(77.092)	(51.258)	Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(463.784)	(335.996)	(345.790)	(768.739)	(607.339)	(843.744)
Total	(9.273.817)	(10.339.530)	(19.462.529)	(20.041.101)	Total	3.304.807	3.362.097	3.737.154	6.384.176	6.810.927	6.445.602
Classificados como:					* Este montante inclui saldos com partes relacionadas conforme Nota 24. A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:						
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(6.882.689)	(7.690.650)	(13.310.415)	(13.774.752)							
Despesas com vendas	(15.766.210)	(1.649.181)	(3.976.149)	(3.834.254)							
Despesas gerais e administrativas	(814.918)	(999.699)	(2.175.965)	(2.432.095)							
Total	(9.273.817)	(10.339.530)	(19.462.529)	(20.041.101)							
6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS											
				Controladora		Consolidado					
				2016		2016					
				2017		2017					
				(Reapresentado)		(Reapresentado)					
Outras receitas operacionais					A vencer	2.989.523	2.768.745	3.251.500	5.117.642	5.448.946	5.639.478
Recuperação de tributos e despesas recuperadas	238.010	156.425	672.781	270.183	Vencidas até 60 dias	383.547	455.451	431.038	682.800	774.424	672.210
Aluguel de infraestrutura operacional e outros	587.168	520.458	641.711	553.305	Vencidas de 61 a 90 dias	57.076	82.120	88.876	107.383	139.431	112.217
Multas	64.482	73.283	116.436	112.556	Vencidas de 91 a 120 dias	42.809	65.304	56.232	95.964	109.482	94.501
Serviços técnicos e administrativos	18.417	25.059	26.277	33.397	Vencidas de 121 a 150 dias	39.688	50.899	65.398	100.230	94.433	102.325
Receita na alienação de bens	48	130.926	11	133.388	Vencidas acima de 150 dias	255.949	235.544	209.900	1.947.896	851.550	868.415
Outras receitas	112.396	14.029	193.056	164.014	Total	3.768.591	3.698.093	4.082.944	7.153.915	7.416.266	7.289.346
Total	1.020.521	918.730	1.650.272	1.267.753	As movimentações de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:						
Outras despesas operacionais					Controladora		Consolidado				
Provisões/reversões	(4.508.315)	(536.977)	(4.810.183)	(1.754.786)	2016		2016				
Tributos	(393.128)	(208.345)	(1.274.785)	(752.511)	2017		2017				
Participação de empregados e administradores	(107.496)	(24.015)	(336.412)	(82.336)	(Reapresentado)		(Reapresentado)				
Baixa de imobilizado	(115.241)	(26.128)	(118.797)	(45.380)	01/01/2016		01/01/2016				
Multas	(73.001)	(13.902)	(103.329)	(42.672)	2017		2017				
Descontos concedidos	(2.307)	(3.523)	(4.557)	(4.853)	(Reapresentado)		(Reapresentado)				
Provisão para fundo de pensão e outros correlatos	(23)		(130)	(101)	01/01/2016		01/01/2016				
Outras despesas	(87.079)	(172.912)	(595.911)	(358.406)	2016		2016				
Total	(5.286.593)	(1.015.802)	(7.144.103)	(3.020.445)	2017		2017				
7. RESULTADO FINANCEIRO											
				Controladora		Consolidado					
				2016		2016					
				2017		2017					
				(Reapresentado)		(Reapresentado)					
Receitas financeiras					Tributos correntes a recuperar						
Ajuste a valor presente (i)	3.184.389		3.261.908		CS a recuperar (i)	10.065	2.269	115.129	105.357	78.289	
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	494.348	268.277	510.934	472.585	IR a recuperar (i)	43.435	15.792	325.857	277.248	221.704	
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	112.742	141.460	589.144	632.582	IRRF / CS - Impostos						
Rendimentos de aplicações financeiras	68.746	46.569	297.328	222.384	retribuição na fonte (ii)	91.814	339.529	170.256	206.140	417.786	244.105
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	81	(6.538)	550	(5.877)	Circulante	145.314	357.590	170.256	547.126	800.391	544.018
Dividendos recebidos		10.305	10.305	10.305	Tributos diferidos a recuperar						
Outras receitas	12.724	38.057	115.471	74.807	IR e CS sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais (iii)			363.913		716.349	
Total	3.873.029	498.030	4.874.435	1.407.296	Não circulante			363.913		716.349	
Despesas financeiras e outros encargos											
a) Despesas com empréstimos e financiamentos					Ativo		Passivo				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(458.846)	(398.847)	(1.620.116)	547.382	Controladora		Consolidado				
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(669.231)	(788.496)	(844.389)	(934.189)	2016		2016				
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(67.241)	923.125	(57.325)	921.800	2017		2017				
Juros sobre debêntures	(4.636)	(3.214)	(4.888)	(3.214)	(Reapresentado)		(Reapresentado)				
Operações de instrumentos financeiros derivativos		(973.875)		(973.875)	01/01/2016		01/01/2016				
Sub-total:	(1.200.304)	(1.241.307)	(2.536.916)	(442.096)	2017		2017				
b) Outros encargos					(Reapresentado)		(Reapresentado)				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(536.633)	(256.291)	(666.845)	(380.165)	2016		2016				
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(177.911)	(244.540)	(362.263)	(417.380)	2017		2017				
Avaliação monetária de provisões	(284.920)	(301.961)	(500.274)	(383.145)	01/01/2016		01/01/2016				
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(6.598)	(5.538)	(9.558)	(8.918)	2017		2017				
Desvalorização com ativo financeiro disponível para venda (iv)	25.154	(39.456)	24.254	(39.921)	(Reapresentado)		(Reapresentado)				
Outras despesas	(201.508)	(159.284)	(261.903)	(207.277)	2016		2016				
Sub-total:	(1.182.416)	(1.007.068)	(1.779.609)	(1.446.506)	2017		2017				
Total	(2.382.720)	(2.248.375)	(4.316.525)	(1.888.602)	01/01/2016		01/01/2016				
Resultado financeiro	1.490.309	(1.750.345)	557.910	(481.206)	2017		2017				

(i) Referem-se ao ajuste a valor presente decorrente da revisão dos cálculos da provisão para contingências relacionadas a processos administrativos e judiciais no âmbito da ANATEL, calculado considerando a melhor estimativa de saída de caixa futura, nas formas

Tributos correntes a recuperar

CS a recuperar (i)

IR a recuperar (i)

IRRF / CS - Impostos retribuição na fonte (ii)

Circulante

Tributos diferidos a recuperar

IR e CS sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais (iii)

Não circulante

(i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente. (ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, multas, dividendos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos impostos e CS retribuída na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos. (iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos do imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente. (iv) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, que serão compensadas com tributos federais. O estoque de prejuízos fiscais é de aproximadamente R\$ 8.751.528 e correspondem a R\$ 2.975.520 de tributos diferidos ativos, que não expiram e que poderão ser compensados no futuro. O total de tributos diferidos ativos, R\$ 363.915 (2016 - R\$ 531.046 e 01/01/2016 - R\$ 1.161.894) foram reconhecidos por apresentar histórico de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros futuros.

(i) Refere-se ao ajuste a valor presente decorrente da reversão dos cálculos da provisão para contingências relacionadas a processos administrativos e judiciais no âmbito da ANATEL, calculado considerando a melhor estimativa de saída de caixa futura, nas formas

* continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

de financiamento originais junto ao BNDES, outras instituições financeiras. Todos os instrumentos de dívida sofreram alterações em virtude da aprovação do Plano. De acordo com os instrumentos de dívida originais, o cumprimento destes índices financeiros era apurado trimestralmente ou anualmente. Em razão do pedido de recuperação judicial, os passivos atrelados a estes instrumentos foram reclassificados para o passivo circulante. Neste sentido, os efeitos das cláusulas de "covenants" financeiras dos instrumentos de dívida originais não são aplicáveis, devendo ser observado o Plano de Recuperação Judicial.

18. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
SMP			4.549	935.651
Concessões STFC	55.804		16.261	73.882
Total	55.804		20.810	81.494
Circulante	55.804		20.306	77.421
Não Circulante			504	4.073

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de licitações. A Companhia liquidou em 2016 o valor remanescente das licenças 3G conforme previsto no cronograma de pagamentos. 18. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL: O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	01/01/2016	2016	01/01/2016
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.865/2013	230.447	249.702	270.218	314.172
PRT (MP nº 766/2017) (i)	105.259		119.528	
PERT (Lei nº 13.496/2017) (ii)	2.424		2.956	
Total	338.130	249.702	392.702	314.172
Circulante	115.114	318.777	131.660	48.542
Não Circulante	223.016	217.925	260.649	265.630

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, pela Medida Provisória nº 766/2017 e pela Lei nº 13.496/2017, segregados em principal, multas e juros incluindo-se, aí, os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão (ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009), levadas a efeito pelas Leis nºs 12.865/2013 e 12.895/2014, são compostos como segue:

	Consolidado				01/01/2016	
	2017				(Reapresentado)	(Reapresentado)
	Principal	Multas	Juros	Total	Total	Total
COFINS	24.862	1.751	103.807	130.430	146.659	161.287
Imposto de renda	43.238	2.259	32.454	77.950	80.825	83.112
PIS	15.883		16.259	32.142	33.301	34.243
Contribuição social	11.671	714	7.420	19.805	20.522	21.083
INSS	1.004	611	1.414	3.029	14.121	6.221
PRT - Demais Débitos - RFB	7.328	10.501	94.563	112.392		
PERT - Previdenciário - INSS	5.117		673	5.790		
PERT - Demais Débitos - RFB	2.959			2.959		
Outros	696	517	6.189	7.402	16.744	9.488
Total	112.758	16.362	263.189	392.309	314.172	315.434

A seguir, está apresentado o cronograma de pagamento:

	Controladora	Consolidado
2018	115.114	131.560
2019	60.046	69.130
2020	33.724	33.625
2021	33.724	33.625
2022	33.724	33.625
2023 a 2024		7.254
Total	338.180	392.309

A Companhia esclarece que os débitos da natureza tributária, como é o caso daqueles incluídos em programas de refinanciamento, não estão sujeitos aos termos do processo de recuperação judicial. (i) Programa de Regularização Tributária - PRT: A Companhia optou por iniciar e quitar no referido programa de parcelamento instituído pela União Federal, por meio da Medida Provisória nº 766/2017 ("PRT"), os casos administrativos cujo risco da perda era considerado provável, bem como aqueles em que, a despeito do respectivo risco ser considerado possível, a relação custo-benefício para a inclusão mostrou-se bastante vantajosa, em função dos benefícios do referido programa. A Companhia esclarece que os débitos da natureza tributária, como é o caso daqueles incluídos em

	Consolidado			Total
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	446.580	174.884	1.346.118	1.967.582
Aquisição de investimentos	(382)	515.276	3.967	518.551
Adições / Reversões	211.034	120.185	486.165	817.384
Atualização monetária	218.017	8.296	156.922	383.145
Baixas por pagamento/encargamentos (i)	(52.454)	(100.414)	(382.970)	(535.838)
Baixas	(285.195)	(96.874)	(149.694)	(531.763)
Saldo em 2016 (Reapresentado)	526.590	615.263	1.450.208	2.592.061
Adições / Reversões	21.652	227.356	4.561.165	4.810.173
Atualização monetária	49.170	349.782	101.322	500.274
Baixas por pagamento/encargamentos (i)	(65.043)	(113.305)	(220.592)	(398.940)
Baixas	(18.515)	(3.259.496)	(3.278.111)	(6.656.122)
Saldo em 2017	532.369	1.064.790	2.632.607	4.229.766

(i) Conforme estabelecido nos procedimentos inerentes à Recuperação Judicial, a Companhia, não está realizando os pagamentos dos processos que demandem créditos sujeitos a esta, ainda que encerrados a partir de 20 de junho de 2016. Desta forma, o valor dos processos encerrados e não pagos foi transferido para o contas a pagar de Fornecedores da Companhia. Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes: Provisões: Tributárias: As provisões para contingências fiscais são calculadas de forma individual considerando a avaliação de risco da Administração e dos seus assessores legais. Estas contingências não estão abrangidas pelo Plano de Recuperação Judicial. (i) Tributos estaduais - Exigência de ICMS sobre operações que, no entendimento da Companhia, não são passíveis de isenção por este imposto. Discussões sobre créditos de ICMS tomados pela Companhia, cuja validade ou legalidade é contestada pelos Fisco Estaduais. (ii) ISS - A Companhia mantém provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência de ISS sobre diversos serviços de valor adicionado, técnicos e administrativos, além de locação de equipamentos. (iii) ILL - A Companhia compensou o valor do ILL recolhido ao ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização desses créditos. (iv) INSS - Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbais indenizatórias. (v) Demais ações - Referem-se, substancialmente, a provisões para fazer face à autuações fiscais de IPTU e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social. Trabalhistas: A Companhia enfrenta um elevado volume de contingências trabalhistas calculando a provisão com base numa metodologia estatística que considera, entre outros, o total de processos existentes, a causa do processo, o valor do processo, os pagamentos históricos realizados e o parecer técnico dos assessores legais. (i) Horas extras - Referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente controlada. (ii) Indenizações - Referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória. (iii) Adicionais diversos - Referem, substancialmente, às expectativas de perda nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de adicional de produtividade para empregados que desempenham funções em um ambiente considerado perigoso, principalmente próximo às instalações de alta tensão. (iv) Estabilidade / reintegração - Referem-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantida pela impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa. (v) Complemento de aposentadoria: Diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbais trabalhistas. (vi) Diferenças salariais - Referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os efeitos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado. (vii) Verbas rescisórias - Referem-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças. (viii) Multas trabalhistas - Valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas. (ix) Vínculo empregatício - Reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de intermediação ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta. (x) FGTS - Reclamações referentes às diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e, ainda, diferenças oriundas dos depósitos infocionários nas contas de FGTS em função das perdas monetárias geradas pelos Planos Econômicos das décadas de 80 e 90, bem como a consequente diferença no pagamento da multa de 40% do FGTS prevista nas demissões sem justa causa, provenientes desses mesmos depósitos. (xi) Subsidiariedade - Reclamações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária pelos créditos porventura devidos e não liquidados pelas empresas terceirizadas, normalmente em decorrência do encerramento das atividades destas empresas. (xii) Demais ações - Referem-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros. Cíveis: (i) ANATEL - Em 30 de junho de 2016 encontravam-se na esfera da ANATEL e AGU processos administrativos e judiciais por descumprimentos no montante total estimado de R\$ 8,7 bilhões, os quais foram inscritos no PRJ como elegíveis para pagamento na forma do Plano (vide Nota 1). Nesta data, havia R\$ 5,3 bilhões em processos líquidos e R\$ 3,5 bilhões em processos líquidos. No que diz respeito aos processos inscritos no PRJ e considerando a publicação da decisão que concedeu a recuperação judicial em 5 de fevereiro de 2018, a Companhia revisou os critérios de cálculo da provisão para estas contingências reguladoras, passando a considerar a melhor estimativa de saldo de caixa futura descontada associada a cada uma das duas formas de pagamento previstas no PRJ para esta categoria de créditos (vide Nota 1). Em 31 de dezembro de 2017 o valor desta provisão era de R\$ 2.019. Para as contingências não sujeitas a recuperação judicial, a Companhia considera a avaliação da administração individual de cada descumprimento, baseada em pareceres de advogados externos. A Companhia discorda e contesta a existência de alguns dos descumprimentos, bem como contesta a desproporcionalidade e a falta de razoabilidade do valor de multas aplicadas face ao descumprimento identificado.

milhões, com o acréscimo de juros SELIC a partir do mês de adesão. Todos os procedimentos necessários à adesão da Companhia ao PPT foram concluídos dentro do prazo previsto na legislação, enquanto ainda vigia a MP nº 769/2017. Posteriormente, em 1 de junho de 2017, a referida medida provisória teve prazo de vigência encerrado em razão da sua não conversão em lei no prazo constitucional. Contudo, como determina a Constituição Federal as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência da medida provisória não convorirão em lei, como é o caso da adesão da Companhia ao PPT, continuam por vigorar, exceto nos casos em que o Congresso Nacional, por meio de decreto legislativo, dispôr de modo distinto. Ressalta-se que o PPT, disciplinado pela MP nº 769/2017, não se confunde com o parcelamento instituído pela MP nº 753/2017 ("PERT"), de 31 de maio de 2017, havendo peculiaridades em cada um dos atos a respeito das condições de pagamento, alcance dos programas e exigências para adesão. (i) Programa Especial de Regularização Tributária - PERT: A Companhia optou por incluir e quitar no PERT apenas débitos tributários que, somados, não excedessem o limite de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões) e que se relate o art. 9º da Lei nº 13.496/2017. Os débitos incluídos no referido programa foram aqueles cuja discussão em esfera administrativa tinha prognóstico de êxito baixo e que, com o encerramento desfavorável, demandariam discussão judicial - com todos os custos e ela atrelados, razão pela qual a relação custo-benefício para a inclusão mostrou-se bastante vantajosa, em função dos benefícios trazidos pelo PERT (em especial, o pagamento de apenas 5% do débito em espécie).

20. PROVISÕES: Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)
Tributárias				
(i) ICMS	279.993	243.809	210.412	425.280
(ii) ISS	61.292	62.064	64.938	72.125
(iii) IRL		3.172	6.882	3.172
(iv) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	4.577	28.285	27.182	19.859
(v) Demais ações	7.511	49.786	54.578	15.005
Total	359.473	393.117	364.003	532.369
Trabalhistas				
(i) Horas extras	128.896	18.277	36.426	389.381
(ii) Indenizações	43.512	6.047	12.892	135.943
(iii) Adicionais diversos	59.777	11.351	23.712	186.143
(iv) Estabilidade / reintegração	36.085	5.480	10.178	113.366
(v) Complemento de aposentadoria	18.227	3.450	6.591	55.823
(vi) Diferenças salariais	10.547	1.532	3.284	32.775
(vii) Verbas rescisórias	7.835	1.155	2.370	25.441
(viii) Multas trabalhistas	7.469	1.253	2.492	22.529
Honorários advocatícios/periciais	4.142	757	3.544	17.159
(ix) Vinculo empregatício	8.009	1.617	2.828	24.027
(x) FGTS	2.189	322	673	7.349
(xi) Subordinação	235	30	54	661
(xii) Demais ações	16.742	2.665	4.890	54.243
Total	344.736	53.946	110.124	1.064.790
(i) ANATEL	18.33.108	766.899	757.816	2.019.380
(ii) Juizado Especial	88.421	98.230	130.898	175.173
(iii) Demais ações	35.153	354.377	295.746	482.329
Total	2.337.480	1.209.697	1.151.792	2.632.607
Total das provisões	3.041.659	1.656.760	1.625.919	4.229.766
Circulante	155.138	176.907	253.613	352.713
Não circulante	2.886.521	1.479.853	1.372.306	3.877.053

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente. Detalhamento do passivo contingente, por natureza: A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	Consolidado	
	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)
Tributária	21.122.441	19.823.379
Trabalhista	535.990	412.585
Cível	836.935	827.814
Total	22.495.366	21.163.778

Resumo das movimentações dos saldos de provisões

	Controladora				Quantidade (em milhares de ações)			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	2017 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	364.003	110.124	1.151.792	1.625.919				
Adições / Reversões	178.285	94.930	273.792	546.997				
Atualização monetária	190.527	5.853	106.571	302.951				
Baixas por pagamento/encerramentos (i)	(62.225)	(56.291)	(222.627)	(341.143)				
Baixas	(277.473)	(90.650)	(98.831)	(466.954)				
Saldo em 2016 (Reapresentado)	393.117	53.946	1.209.697	1.656.760				
Adições / Reversões	14.730	137.415	4.356.170	4.508.315				
Atualização monetária	27.037	187.940	69.943	284.920				
Baixas por pagamento/encerramentos (i)	(75.411)	(12.840)	(113.412)	(201.763)				
Baixa		(21.625)	(3.184.948)	(3.206.573)				
Saldo em 2017	359.473	344.736	2.337.480	3.041.659				
Capital total em ações								
Ações ordinárias					154.032	154.032	154.032	
Ações preferenciais classe A					190.465	190.465	190.465	
Total em circulação					344.497	344.497	344.497	

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: (a) Capital social: O capital social é de R\$ 11.661.092 (2016 - R\$ 11.661.092 e 01/01/2016 - R\$ 11.661.092), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

continua ->

continue...

—*— continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.119/0001-79

Informações financeiras resumidas				16. INTANGÍVEL								
Controladas e Negócios em conjunto				2017			Controladora					
	Ativos	Passivos	Recetas				Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Marcas e patentes	Outros ativos	Total
OI Internet	2.630.342	1.243.448	2.470.551									
Seride	994.870	1.742.821	1.580.865									
OI Móvel	22.223.105	15.938.081	9.146.126									
BT Multimídia	531.323	366.038	159.343									
BT Call Center	182.071	197.225	479.454									
BT Card	10.464	2.492										
Dommo	111	200										
Hispamar	389.786	173.646	274.719									
AIX	35.994	6.675	42.840									
Controladas e Negócios em conjunto				2016 (Reapresentado)								
	Ativos	Passivos	Recetas									
OI Internet	2.490.666	1.411.070	1.779.339									
Seride	1.256.121	1.668.356	978.439									
OI Móvel	22.093.347	14.722.847	9.969.295									
BT Multimídia	510.315	233.524	181.897									
BT Call Center	252.349	259.581	547.741									
BT Card	10.047	1.919										
Dommo	34	107										
Hispamar	325.054	154.710	274.719									
AIX	33.215	9.443	42.840									
Controladas e Negócios em conjunto				01/01/2016 (Reapresentado)								
	Ativos	Passivos										
OI Internet	1.558.484	628.749										
Seride	221.687	154.285										
OI Móvel	16.694.424	9.871.138										
BT Multimídia	559.483	173.917										
BT Call Center	187.914	182.044										
BT Card	9.383	1.269										
Dommo	142	53										
Hispamar	339.892	137.763										
AIX	29.675	9.476										
15. IMOBILIZADO												
				Controladora								
	Equipamentos de comunicação e outros (1)	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infra-estrutura	Prédios	Outros ativos	Total						
	Outros em andamento											
Custo do imobilizado (valor bruto)												
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	1.256.737	10.248.097	17.927.502	21.672.321	2.232.074	1.997.415	55.394.146					
Adições	2.013.711	65	132.184	1.658	9.227	12.945	2.169.790					
Baixas	(8.597)	(2.179)	(116.220)	(104)	(205)	(126.294)						
Transferências	(1.561.732)	30.919	590.508	987.513	533	52.199						
Saldo em 2016 (Reapresentado)	1.700.129	10.279.061	18.644.016	22.446.272	2.241.790	2.062.354	57.377.842					
Adições	2.214.372	1.106	146.470	43.343	5.360	11.757	2.528.008					
Baixas	(71.827)	(1.095)	(1.039)	(630.319)	(3.262)	(707.342)						
Transferências	(1.535.896)	15.274	597.700	891.496	102.476	128.952						
Saldo em 2017	2.306.976	10.294.366	19.391.147	22.656.792	2.350.126	2.199.801	59.199.208					
Depreciação acumulada												
Saldo em 01/01/2016 (Reapresentado)	(9.789.616)	(13.680.959)	(17.126.232)	(1.664.245)	(1.374.039)	(43.695.091)						
Despesas de depreciação	(150.347)	(928.873)	(782.613)	(55.802)	(106.928)	(2.004.563)						
Baixas		1.410	102.902	104	177	104.593						
Transferências	(181)	80	15	248	(142)							
Saldo em 2016 (Reapresentado)	(9.940.144)	(14.588.362)	(17.785.928)	(1.769.695)	(1.480.932)	(45.505.061)						

— 200 —

* continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

Não há impacto nos totais das atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (c). Principais políticas contábeis: Critérios de consolidação das controladas pelo método integral: A consolidação integral foi elaborada de acordo com o IFRS 10 / CPC 26 (R2) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são: * soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil; * eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas; * eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas; * destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e * consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 9). Moeda funcional e de apresentação: A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadores no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas no respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$). Transações e saldos: As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificados como contabilidade de "hedge" ("hedge accounting") e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de "hedge" do fluxo de caixa. Empresas do grupo com moeda funcional diferente: Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue: * os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço; * receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio; * todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, em "outros resultados abrangentes"; e * ajuiz e ajustes de valor justo decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento. Combinações de negócios: A Companhia utiliza o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos. A contraprestação transferida inclui o valor justo dos ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data de aquisição. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perda no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a alteração da redução do valor recuperável dos ativos e para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("goodwill"), a Companhia testa anualmente o valor recuperável. Caixa e equivalentes de caixa: Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não supõem o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo. Aplicações financeiras: As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda. As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus saldos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzido de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável. Contas a receber: As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das faturas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não latentes até a data de encerramento dos exercícios, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, "simcard" e acessórios. A estimativa das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência. Ativo financeiro disponível para venda: Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como (a) empréstimos e contas a receber, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. A Companhia registra ativos financeiros disponíveis para venda inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo a cada mudança, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. Investimentos: Nas Demonstrações Financeiras individuais de controladas as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. As demonstrações financeiras de controladas são consolidadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os investimentos em controladas em conjunto são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo método de equivalência patrimonial. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Imobilizado: O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e

fundo não dispor de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras esperadas utilizando a projeção da taxa de inflação acessível de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais resultantes das alterações nas avaliações atuariais dos planos de aposentadoria, cujas obrigações atuais ou ativos atuariais são registrados pela Companhia, são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido (Nota 23). O ativo reconhecido no balanço corresponde ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de restituições ou de reduções em contribuições futuras para o plano. * Participações dos empregados no resultado - A provisão referente ao programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência e a determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera um conjunto de metas operacionais e financeiras aprovadas junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico. Esse custo é registrado anualmente em despesa de pessoal. Reconhecimento das receitas: As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas. A receita é reconhecida quando o valor de mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia. As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são laticadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes. As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às moedas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Passivos decorrentes do recebimento de créditos de clientes, em que tais créditos já haviam sido lançados a perda definitiva por não pagamento, mas recuperados e recebidos no processo de cobrança, são reconhecidos no resultado em outras receitas operacionais. Reconhecimento das despesas: As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração. Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas e receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras estão representadas principalmente, por juros de ativos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos. Incluem também taxas e despesas bancárias, custos de intermediação financeira na arrecadação de contas a receber de clientes e outras transações financeiras. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferidos: O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados afetáveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e despesas negativas da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado. Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinados pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia, dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente convertíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. (d) Estimativas e julgamentos contábeis críticos: Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração dos resultados forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir: Reconhecimento de receita e contas a receber: A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso de rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o prazo de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fossem com

produção de um ativo qualificável são capitalizados no custo inicial desses ativos. Os ativos qualificáveis são aqueles que necessariamente demandam um tempo substancial para ficarem prontos para uso. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados no resultado durante o período em que ocorrem, enquanto os custos capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou de vida útil econômica. Os bens afetados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente. Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. As licenças registrais, da operação dos serviços de telefonia móvel, são reconhecidas ao custo de aquisição e amortizadas pelo prazo de vigência das respectivas licenças. **Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o *diólio*, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa, o qual é identificado de acordo com o segmento operacional. Para fins de teste, o *diólio* é alocado na Unidade Geradora de Caixa que se beneficia da combinação de negócios da qual o *diólio* se originou. **Ajuste a valor presente:** A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil são ajustados a valor presente. Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo de operação. Na avaliação da Companhia, aceita pelas receitas a apropriar provenientes da cessão de torres fixas, nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 1 de janeiro de 2016 é sujeito ao ajuste a valor presente tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; e (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embudidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais. **Deterioração de ativos financeiros:** A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados. No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acréscimos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício. Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos. Desde a entrada em recuperação judicial, os empréstimos e financiamentos passaram a ser classificados como passivos correntes. **Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio:** Os instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação. **Provisões:** O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos. Para a mensuração do valor das provisões a Companhia adota essencialmente duas metodologias: (i) modelo de mensuração estatística e (ii) modelo de mensuração individual. Para a determinação da metodologia a usar a Companhia considera entre outros critérios, a quantidade de processos, o valor do processo, o valor estimado do eventual pagamento e a natureza do processo. O modelo de mensuração estatística é habitualmente usado nas situações em que existe (i) um volume significativo de processos administrativos ou judiciais com natureza semelhante; (ii) os processos tem individualmente um valor reduzido e (iii) é possível determinar um modelo estatístico com base em informação histórica sobre taxas de condenação, montante dos pagamentos e movimentação do número de processos. Habitualmente neste modelo a Companhia faz uso do cálculo do valor separado conforme determinado pelo parágrafo 39 do CPC 25 (IAS 37) "sem recorrer a pareceres e especialistas externos para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as tributárias e cíveis trabalhistas e cíveis (PEX e JEC). O modelo de mensuração individual é habitualmente usado nas situações em que (i) o processo tem um elevado valor, (ii) é possível de forma razoável fazer uma avaliação do risco individual do dispêndio a realizar e (iii) não existe semelhança de natureza nos processos. Neste modelo a Companhia faz uso de pareceres externos de acordo com as áreas abrangidas para avaliação do risco de perda. As principais contingências objeto deste modelo são as tributárias e cíveis trabalhistas e cíveis (PEX e JEC). O Plano de Recuperação Judicial, aprovado em 9 de janeiro de 2013, inclui um conjunto de propostas de pagamento de dívidas decorrentes de contingências. Nos termos do IAS 1, a Companhia entende que ainda em se tratando de um evento subsequente, a aprovação do Plano de Recuperação Judicial tem um efeito no fluxo de pagamentos futuros das contingências, tendo em vista o efeito da extinção das dívidas incluídas na recuperação judicial por conta da renovação, nos termos da Lei 11.101/2018, a Companhia passou a considerar nas estimativas das provisões para contingências registradas em 31 de dezembro de 2017 os efeitos do Plano de Recuperação Judicial. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **Benefícios a empregados:** Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são avaliados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência. A Companhia e suas controladas contam com planos de benefícios definidos e contribuições definidas. No caso de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal de pagar contribuições adicionais, caso o

ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL. **Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa:** As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que provavelmente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias. **Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida:** Os ativos de vida útil definida do imobilizado e intangíveis são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 15 e 16, respectivamente. As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos. **Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração:** Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia oferece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode afetar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras. Para fins de avaliação do valor recuperável de Unidade Geradora de Caixa - UGC, a Companhia definiu o valor em uso dos ativos. Ao mensurar o valor em uso, a Companhia se baseou nas premissas de fluxos de caixa de acordo com as projeções dos orçamentos mais recentes aprovados pela Administração que estão em linha com o fluxo de caixa aprovado no PRU. Tais projeções abrangem um período de 10 anos, considerando a vida útil média dos ativos, o prazo do fluxo de caixa do PRU e sendo consistentes com os anos anteriores. Em 2017, a taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado de 11,11% (2016 - 11,3% / 01/01/2016 - 13,2%), o qual é revisado anualmente pela Companhia. De acordo com o CPC 01 (IF 11) (IAS 36), uma perda por desvalorização deve ser alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade geradora de caixa, primeiramente para reduzir o valor contábil de qualquer ativo por expectativa de rentabilidade futura e a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo da unidade. Com o objetivo de correção de erro, a Companhia reconheceu uma perda estimada para desvalorização de ativos não financeiros ("impairment") em 1 de janeiro de 2016 de R\$ 238 milhões (R\$ 222 milhões na controladora) (Nota 2). **Provisões:** A Companhia reconhece, nos termos do CPC 25 (IAS 37), provisões para contingências originadas essencialmente na esfera jurídica e administrativa, com natureza trabalhista, tributária e cível, conforme detalhado na Nota 20. Dependendo da natureza da contingência, a Administração da Companhia faz uso de metodologia de avaliação estatística ou avaliação individual no cálculo de provisões para contingências. Em qualquer uma das metodologias a Companhia usa um conjunto de premissas, informação, avaliação de risco interna e externa e modelos estatísticos que entende serem adequadas, incluindo a implementação com sucesso do Plano de Recuperação Judicial, no entanto é possível que as mesmas se alterem no futuro, podendo resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apuradas de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos. A Companhia revisa regularmente os ativos e passivos tributários diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos. **Benefícios a empregados:** A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não foram precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia. (a) **Novas normas, alterações e interpretações de normas:** As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo: A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. IFRS 9 / CPC 48 - "Instrumentos financeiros" - a norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A norma é relevante para os efeitos financeiros em 1 de janeiro de 2018 e substitui as orientações do IAS 39 / CPC 38 "Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A nova norma estabelece: (i) novas critérios de classificação de ativos financeiros, passando os ativos financeiros a serem classificados nas categorias de custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado; (ii) um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros; (iii) a maior flexibilização das regras para adoção da contabilidade de "hedge", mais alinhada com as políticas de administração de risco. A Companhia avaliou que não há mudança substancial na classificação e mensuração de seus ativos financeiros que impacte materialmente seu patrimônio líquido. No que se refere ao novo modelo de perda esperada de crédito para redução ao valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia espera um aumento das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa. A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um acréscimo ao valor da provisão para perdas esperadas de créditos de clientes em contrapartida aos prejuízos acumulados, no montante líquido de impostos de R\$ 251 milhões (R\$ 135 milhões na controladora). Atualmente, a Companhia não possui relações de cobertura de "hedge" para avaliação da aplicação da norma, mas aplicará os novos termos quando da contratação de novos instrumentos de "hedge". A Companhia pretende aplicar a opção que permite não representar os períodos comparativos ao ano de adoção inicial IFRS 15 / CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes" - a norma estabelece que a entidade reconheça o montante da receita referindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substitui o princípio de riscos e benefícios. A nova norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2018. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A administração espera os seguintes impactos da adoção do IFRS 15 em 1 de janeiro de 2018: (i) da aplicação de juros com desconto: A Companhia oferece aos seus clientes, que estão em determinado pacote de serviços, ainda em determinados contratos de mobilidade aparelhos com desconto. Como equipamento (aparelho celular) não é condição legal para prestação do serviço e não há qualquer customização por parte da Companhia para oferecer o serviço através de telefonia, a Companhia considera tal venda como uma obrigação de desempenho distinta. De acordo com o IFRS 15 e tendo em vista a alocação do desconto entre as obrigações de desempenho na venda de pacotes

continua ->

-2- continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-78

	Consolidado 2017								Componentes de despesas (receitas) dos benefícios				Controladora 2017			
	Planos de Pensão								Planos de Assistência Médica				Planos de Assistência Médica			
	BRT- PREV	TCS- PREV	PBS- Telemar	Telemar Prev	PBS- A	TNC	CELPREV	PAMA					PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PAMA
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.538	2.596	279.148	3.346.198	3.486.769	29.204	133	2.075.073	Custo do serviço corrente				33	1.334		89
Juros sobre obrigações atuariais	173	311	31.697	381.256	393.424	3.328	15	234.464	Juros sobre obrigações atuariais	31.697	372.039	393.424				234.464
Custo do serviço corrente	23	56	32	1.506		48	7	59	Rendimentos dos ativos do plano	(34.345)	(412.261)	(615.058)				(271.857)
Contribuições de participantes verificados no ano			41			7			Juros sobre o passivo oneroso	3.236	40.222	221.674				37.993
Benefícios pagos líquidos	(88)	(11)	(22.480)	(253.288)	(344.256)	(2.354)		(170.127)	Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido	(21)	(1.384)					(89)
Constituição de obrigação atuarial									Despesa (receita) reconhecida na demonstração de resultados							
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(89)	(474)	11.770	183.610	154.173	1.705	(114)	416.473	Despesa (receita) reconhecida em outros resultados abrangentes							
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.547	2.578	300.208	3.665.281	3.690.110	31.938	41	2.558.972	Efeito do ativo atuarial líquido não reconhecido							
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.204	8.890	366.505	3.693.378	5.390.600	54.654	2.553	2.398.818	Total da despesa (receita) reconhecida							
Rendimentos dos ativos do plano	134	1.021	34.946	422.327	615.038	6.343	301	271.857								
Contribuições amortizadas recebidas da patrocinadora																
Contribuições normais recebidas pelo plano																
Patrocinadora																
Participantes																
Pagamento de benefícios	(88)	(11)	(22.480)	(253.288)	(344.256)	(2.354)		(170.127)								
Aumento (redução) decorrente de transferência de recursos																
Resultado da obrigação do benefício incluído em outros resultados abrangentes	(88)	(1.644)	32.880	101.102	258.897	1.030	(174)	165.286								
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.162	8.056	361.965	3.963.518	5.850.139	58.722	2.682	2.555.814								
(+) Valor do passivo(ativo) atuarial líquido	365	(5.178)	(51.737)	(304.237)	(2.200.029)	(27.784)	(2.641)	(109.842)								
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso			1.614	51.757	304.237	2.200.029	27.784	2.641								
(-) Passivo(Ativo) atuarial líquido reconhecido ¹⁾	365	(3.864)														

	Consolidado 2016 (Reapresentado)								Controladora 2016 (Reapresentado)			
	Planos de Pensão								Planos de Assistência Médica			
	BRT- PREV	TCS- PREV	PBS- Telemar	Telemar Prev	PBS- A	TNC	CELPREV	PAMA				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.433	2.291	236.440	2.879.338	2.967.082	24.918	89	1.070.450				
Juros sobre obrigações atuariais	178	283	23.768	336.455	367.355	3.125	11	136.029				
Custo do serviço corrente	39	62	24	1.512		38	4	37				
Contribuições de participantes verificados no ano			42			9	1					
Benefícios pagos líquidos	(83)	(10)	(21.115)	(236.978)	(282.754)	(2.325)		(105.107)				
Constituição de obrigação atuarial												
Resultado da obrigação do benefício												

	Consolidado 2017								Controladora 2017			
	Planos de Pensão								Planos de Assistência Médica			
	BRT- PREV	TCS- PREV	PBS- Telemar	Telemar Prev	PBS- A	TNC	CELPREV	PAMA				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.433	2.291	236.440	2.879.338	2.967.082	24.918	89	1.070.450				
Juros sobre obrigações atuariais	178	283	23.768	336.455	367.355	3.125	11	136.029				
Custo do serviço corrente	39	62	24	1.512		38	4	37				
Contribuições de participantes verificados no ano			42			9	1					
Benefícios pagos líquidos	(83)	(10)	(21.115)	(236.978)	(282.754)	(2.325)		(105.107)				
Constituição de obrigação atuarial												
Resultado da obrigação do benefício												



JUCERJA
assinado digitalmente ✓

-continuação-

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

o no contrato de mediabilidade e a receita de aparelhos deve aumentar pelo reconhecimento das receitas de vendas de aparelhos celulares, no momento da transferência do controle do bem ao cliente, enquanto as receitas de serviço devem ser reduzidas ao longo da transferência do serviço prometido. A receita total durante o contrato de prestação dos serviços não será alterada e não haverá alteração também no processo de faturamento com os clientes e tampouco no fluxo de caixa da Companhia. A Companhia não identificou impacto financeiro significativo, em 1 de janeiro de 2016, para venda de aparelhos celulares com descontos em virtude de o valor do desconto não ser relevante no universo das receitas da Companhia. Receita de taxa de habilitação/instalação do serviço: A taxa de habilitação/instalação cobrada aos clientes no momento da assinatura do contrato, é não restituível e se refere à atividade que a Companhia é obrigada a empreender na celebração do contrato, ou próximo a ela, para cumprir o contrato, essa atividade não resulta na transferência de bem ou serviço prometido ao cliente. A taxa é um pagamento antecipado por bens ou serviços futuros e, portanto, deve ser reconhecida como receita quando esses bens ou serviços forem fornecidos. Para fins de atendimento ao IFRS 15, considerando que tais taxas não são consideradas uma obrigação de desempenho distinta, a receita deve ser registrada em conjunto com a receita da prestação do serviço, deve ser diferida e reconhecida ao resultado ao longo do período do contrato. A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um passivo contratual em contrapartida aos prejuízos acumulados, que irão gerar o diferimento de receita de taxa de habilitação/instalação de acordo com o prazo do contrato (duração de 12 meses), no montante líquido de impostos de R\$ 615 milhões (R\$ 345 milhões na controladora). Esgotamento de custos incorridos no cumprimento do contrato: A Companhia deve reconhecer como ativo os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente que se espera recuperar e deve reconhecer perda por redução ao valor recuperável no resultado na medida em que o valor contábil do ativo reconhecido exceder o valor restante da contraprestação que a Companhia espera receber em troca dos bens e serviços ao qual o ativo se refere. A Companhia deve ativar certos custos que atualmente são registrados diretamente no resultado e reconhecidos ao resultado em base sistemática que seja consistente com a transferência ao cliente dos bens e serviços ao qual o ativo se refere. A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2018, um ativo contratual em contrapartida aos prejuízos acumulados, que irão gerar o diferimento dos custos incorridos no cumprimento do contrato que será reconhecido ao resultado com base no prazo de transferência ao cliente dos bens e serviços ("churn"), no montante líquido de impostos de R\$ 78 milhões (R\$ 39 milhões na controladora). A Companhia pretende aplicar e aborçagem do método retrospectivo modificado, isto é, sem a representação dos valores comparativos do ano anterior e com os impactos acumulados da adoção inicial lançados integralmente contra lucros acumulados em 1 de janeiro de 2018. IFRS 16 - "Arrendamentos" - A nova norma elimina a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requirida pelo IAS 17 / CPC 06, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e no reconhecimento de passivos financeiros associados, podendo ficar de fora do escopo da norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. A norma é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 / CPC 06 e correspondentes interpretações. A Companhia ainda se encontra em fase inicial de avaliação de impacto do IFRS 16 e ainda não há estimativa de montante dos ativos de direito de uso e dos correspondentes passivos de locação que terão que ser reconhecidos na adoção inicial da nova norma e como isso pode afetar o resultado da Companhia e a classificação dos fluxos de caixa futuros. 3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS: 3.1. Mensuração do valor justo: O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pelo pagamento da transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração. A norma estabelece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor próprio a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados não observáveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("nonperformance risk"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo. O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "input" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis da hierarquia: Nível 1 - Os "inputs" são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração. Nível 2 - Os "inputs" são diferentes dos preços negociados em mercados ativos idênticos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "inputs" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos, ou "inputs" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para, substancialmente, toda parte do ativo ou passivo. Nível 3 - Os "inputs" para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses "inputs" representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando métodos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa. A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos. Como resultado da implementação das medidas aprovadas no Plano de Recuperação Judicial homologado em 8 de janeiro de 2018 e do respectivo registro contábil no ano-calcendário 2016, alguns dos passivos financeiros registrados a custo amortizado serão reenumerados em função do seu valor justo (Nota 27). Os valores contábeis e os valores justos estimados de nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2017/2016 e de 1 de janeiro de 2018 são resumidos como segue:

Hierarquia do valor justo	Controladora		Consolidado	
	Valor justo 2017	Valor justo 2016 (Reapresentado)	Valor justo 2017	Valor justo 2016 (Reapresentado)
	Valor justo 2017	Valor justo 2016 (Reapresentado)	Valor justo 2017	Valor justo 2016 (Reapresentado)
Nível 1	73.462	77.024	195.166	168.184
Nível 2	563.651	739.474	1.207.338	2.776.233
Nível 2	577	67.778	91.789	260.725
Nível 2		1.547.290		1.547.290
Nível 3	89.198	64.044	89.198	64.044

Não ocorreram transferências entre níveis no exercício de 31 de dezembro de 2017, de 2016 e de 1 de janeiro de 2016. No segundo e terceiro trimestres de 2016, em função da expectativa de renegociação de dívida, a Companhia reverteu a totalidade das operações de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação, a saber: (a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em depósitos a vista em Euros e em Dólares dos Estados Unidos da América ("Dólar" ou "Dólares"). Para ativos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data de encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação. Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte. (b) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia controlava operações com instrumentos financeiros derivativos para gerenciar riscos de mercado, principalmente risco de taxa de juros e risco de taxa de câmbio. No seguimento de decisão do Conselho de Administração da Companhia, em função da expectativa de renegociação de dívidas tais operações foram sendo revertidas ao longo do segundo e terceiro trimestres de 2016. Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui operações de derivativos controladas vigentes. As operações com instrumentos financeiros derivativos, reconhecidas no resultado financeiro no decorrer do exercício, são apresentadas abaixo (vide Nota 7).

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (Reapresentado)	2017	2016 (Reapresentado)
Ganho (perda) com "swap" cambial		(822.039)		(822.039)
Operações de termo em moedas		(152.265)		(152.265)
Ganho (perda) com "swap" taxa de juros		429		429
Total		(973.875)		(973.875)

Faço à inexistência de instrumentos financeiros derivativos em carteira em 2017, não houve movimentações de operações referentes aos "hedges" cambiais e "hedges" de taxa de juros designados para fins de contrapartida de "hedges" registrados em outros resultados abrangentes. 3.2. Administração do risco financeiro: As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas realidades, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A Companhia e suas controladas podem utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a esses riscos. O gerenciamento de risco é realizado pela Diretoria de Tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. As Políticas de "Hedge" e de Investimentos, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. De acordo com a deliberação do Conselho de Administração, em função da expectativa de renegociação de dívidas e, posteriormente, do protocolo do pedido de recuperação judicial da Companhia, o portfólio de derivativos da Companhia foi sendo revertido ao longo do segundo trimestre de 2016, até ser liquidado em sua totalidade em julho do mesmo ano. 3.2.1. Risco de mercado: (a) Risco de taxa de câmbio: Ativos financeiros: A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada a ativos financeiros em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2017, exceto no que diz respeito aos ativos mantidos para venda, para os quais não realizamos quaisquer operações para cobertura de risco cambial. Passivos financeiros: A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os valores dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 40,6% (2016 - 41,2% e 01/01/2016 - 49,1%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos. Os passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço (incluindo saldos com empresas do grupo):

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (Reapresentado)	01/01/2016 (Reapresentado)	

continua --☆

-☆ continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

(b) **Reservas de capital:** Reserva de ação na subscrição de ações: Representa o excesso do preço de emissão de novas ações em relação ao valor nominal da parcela destinada ao capital social. A Companhia absteveu a reserva com o prejuízo apurado no exercício, conforme descrito no item (e). Reserva de doações e subvenções para investimentos: O saldo refere-se, basicamente, a aplicações em instrumentos financeiros - FINAM, FINOR, FUNRES e lucro da exploração (o último até 31 de dezembro de 2007). A Companhia absteveu a reserva com o prejuízo apurado no exercício, conforme descrito no item (e). **Reserva especial Lei nº 8.200/1991:** A reserva foi criada em virtude dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente, cuja finalidade foi a compensação das distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991. A reserva é realizada com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado que lhe deram origem. (c) **Reservas de lucros:** Reserva legal: De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos. Reserva de investimentos: A reserva de investimentos destina-se a reter recursos na Companhia para fazer face aos orçamentos de capital próprio e de suas controladas. Os recursos foram aplicados na expansão da planta de telefonia fixa, em conexão com as metas de universalização da ANATEL e investimentos na planta de telefonia móvel. **Reserva de incentivos fiscais:** De acordo com o art. 195-A da Lei nº 6.404/76, instituído pela Lei nº 11.638/2007, a Assembleia Geral da Companhia poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. As reservas acima mencionadas foram absorvidas com o prejuízo apurado no exercício, conforme descrito no item (e). (d) **Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido:** (d.1) **Ação em transações de capital e variações de porcentagens de participação:** Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICPJ 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. (d.2) **Outros resultados abrangentes:** Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes que incluem itens de receita, despesa e ajustes de reclassificação, líquidos dos respectivos efeitos tributários, não reconhecidos nas demonstrações do resultado. (e) **Direito das ações, dividendos e juros sobre o capital próprio:** Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei nº 6.404/76. Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9, parágrafo 7, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 35 do estatuto social. As ações preferenciais classe "A" não possuem direito a voto e a elas são assegurados, (i) após pagos os dividendos prioritários a que fazem jus as ações preferenciais classe "B" e em igualdade de condições com as ações preferenciais classe "C" até o pagamento do dividendo mínimo a elas atribuído; prioridade no recebimento do dividendo mínimo e não cumulativo de 3% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da Companhia; (ii) uma vez pagos os dividendos prioritários para todas as ações preferenciais, são assegurados direitos a dividendos 10% superiores aos dividendos distribuídos às ações ordinárias, desde que o valor total de dividendos pagos às ações preferenciais classe "A" na forma dos itens (i) e (ii) acima não supere o valor de dividendos prioritários pagos às ações preferenciais classe "B", bem como (iii) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia em relação às ações preferenciais classe "C" e ações ordinárias, respeitada a prioridade no reembolso das ações preferenciais classe "B" prevista no Estatuto Social da Companhia. Atualmente não existem ações preferenciais classes "B" ou "C" emitidas pela Companhia, sendo as ações preferenciais classe "B", destinadas à subscrição por fundos de investimento regionais criados através do Decreto-Lei nº 1.376/74, com recursos de incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apurou prejuízo no exercício no montante de R\$ 4.271.512 e de acordo com a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação da AGO, o saldo do prejuízo do exercício será destinado da seguinte forma: (i) constituição do prejuízo acumulado no valor de R\$ 1.589.174; (ii) reversão da reserva de investimentos no valor de R\$ 1.004.567; (iii) reversão da reserva de incentivos fiscais no valor de R\$ 20.758; (iv) reversão das reservas de capital no valor de R\$ 1.411.571 e; (v) reversão da reserva legal no valor de R\$ 245.441. (f) **Prejuízo por ação básico e diluído:** Básico: O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. Diluído: O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui atualmente ações potenciais diluídas. A seguir são apresentados os cálculos do prejuízo por ação básico e diluído:

	2017	2018 (Reapresentado)
Prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia	(4.271.512)	(3.203.926)
Prejuízo alocado às ações ordinárias - básicas e diluídas	(1.909.885)	(1.432.544)
Prejuízo alocado às ações preferenciais - básicas e diluídas	(2.361.627)	(1.771.382)
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)		
Ações ordinárias - básicas e diluídas	154.032	154.032
Ações preferenciais - básicas e diluídas	190.465	190.465
Prejuízo por ação (Em Reais):		
Ações ordinárias - básicas e diluídas	(12,40)	(9,30)
Ações preferenciais - básicas e diluídas	(12,40)	(9,30)

(g) **Participação de não controladores:** A participação de não controladores está representada, pela participação de 19,57% da OI no capital da controlada Seredo. 24. **BENEFÍCIOS A EMPREGADOS:** a) Planos de pensão: A Companhia e suas controladas mantêm um plano de benefício de previdência ("Plano de Pensão") e seus empregados, desde que estes optem pelos benefícios

um percentual, em números inteiros, escolhido pelo Participante, sobre o Salário-de-Participação (SP) conforme a seguir: (i) Idade até 25 anos - taxa de contribuição básica de 3% a 8% do SP; (ii) Idade de 26 a 30 anos - taxa de contribuição básica de 4% a 8% do SP; (iii) Idade de 31 a 35 anos - taxa de contribuição básica de 5% a 8% do SP; (iv) Idade de 36 a 40 anos - taxa de contribuição básica de 6% a 8% do SP; (v) Idade de 41 a 45 anos - taxa de contribuição básica de 7% a 8% do SP e (vi) Idade de 46 ou mais anos - taxa de contribuição básica de 8% do SP. Observados os critérios regulamentares, as contribuições de Patrocinadoras, relativas a cada Participante do grupo TCSPREV, cessarão, automaticamente, no mês subsequente àquele em que o Participante completar 60 anos de idade, 10 anos de Serviço Creditado e 10 anos de vinculação ao Plano. Para os participantes migrados, as contribuições de Patrocinadoras cessarão no mês subsequente àquele em que o Participante completar 57 anos de idade, 10 anos de vinculação ininterrupta ao PBS-TCS e ao Plano TCSPREV, 10 anos de Serviço Creditado na Patrocinadora e 35 anos de vinculação ao regime da Previdência Social. A Contribuição Voluntária de Participante do grupo TCSPREV corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de até 22% (vinte e dois por cento), em números inteiros, escolhido pelo Participante, aplicável sobre seu Salário-de-Participação. A Contribuição Especial de Participante será opcional e terá o valor e a periodicidade livremente definidos pelo Participante, desde que não inferior a 1 (uma) UPTCS (Unidade Previdenciária TCSPREV). Não haverá contrapartida da Patrocinadora relativamente a contribuições Voluntária ou Especial de Participante. O Regulamento do Plano estabelece a paridade de contribuição entre Participantes e Patrocinadoras. O regime financeiro de determinação do custo do Plano é o de capitalização. (v) **PBS-TNC:** É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido, inscrito no CNBP sob nº 2000.0013-19. A contribuição dos Participantes Ativos do Plano de Benefícios PBS-TNC corresponde ao somatório de: (i) 0,28% a 0,85% incidente sobre o Salário-de-Participação (de acordo com a idade do Participante na data de inscrição); (ii) 0,57% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão; e (iii) 6,25% incidente sobre o Salário-de-Participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das Patrocinadoras equivale a um percentual sobre a folha de salário dos empregados Participantes Ativos do Plano, conforme definido anualmente no Plano de Custeio. A contribuição dos Participantes Assistidos (apenas para os que recebem abono de aposentadoria) equivale um percentual a ser fixado anualmente no Plano de Custeio, incidente sobre o benefício global, limitada ao valor do abono. O regime financeiro de determinação do custo do Plano é o de capitalização. (vi) **CELPREV:** É um Plano de Benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Definida, inscrito no CNBP sob nº 2004.0009-29. A Contribuição Normal Básica de Participante corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0%, 0,5%, 1%, 1,5% ou 2%, conforme opção, sobre o seu Salário-de-Participação (SP). As Patrocinadoras contribuirão com valor equivalente a essa Contribuição, deduzida a Contribuição mensal e obrigatória de sua responsabilidade necessária ao custeio do Risco (Benefício de Auxílio-Doença). A Contribuição Normal Adicional de Participante corresponderá ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 0% a 6%, em múltiplos de 0,5%, conforme opção, sobre o Salário-de-Participação que exceder a 10 Unidade de Referência do Plano (URP). As Patrocinadoras contribuirão com igual valor. A Contribuição Voluntária de Participante corresponderá ao percentual em número inteiro, livremente escolhido pelo mesmo, aplicado sobre o Salário-de-Participação. Não haverá contrapartida da Patrocinadora sobre o valor desta contribuição. A Contribuição Eventual da Patrocinadora será voluntária e corresponderá à aplicação de um percentual entre 50% e 150% da soma das contribuições Normal Básica e Normal Adicional da Patrocinadora, de acordo com critérios consistentes e não discriminatórios, eleuta em frequência por ela determinada. A Contribuição Especial de Patrocinadora é específica para os novos entrados no Plano, no prazo de 90 dias a contar de 18/03/2004. A Contribuição de Risco, mensal e obrigatória de Patrocinadora, necessária à garantia do custeio do Benefício de Auxílio-Doença, corresponderá a um percentual sobre a folha de Salário-de-Participação dos Participantes Não Migrantes. O regime financeiro de determinação do custo do Plano é o de capitalização. 2) **SISTEL:** A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não-lucrativas, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir e operar planos privados de concessão de pedicúlos ou de rendas, de benefícios complementares ou semelhantes da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL. Planos: (i) **PBS-A:** O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000. As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração do déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2017, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária. (ii) **PAMA:** O PAMA é um plano de assistência à saúde ao aposentado que tem por objetivo a cobertura de assistência médica aos participantes assistidos, com a coparticipação e a contribuição destes, desde que vinculados aos planos de benefícios de previdência do tipo Benefício Definido administrados pela Sistel. Até 2014, a Companhia não considerava os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes. No entanto, a partir do posicionamento da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, de que a Sistel é uma estipulante de plano de assistência à saúde adaptados à Lei nº 9.650/1998 e, consequentemente, não se enquadra como operadora de plano de saúde, a Fundação passa, a ler de manter um fluxo de obrigações mesmo que não haja uma correspondente receita contributiva. Assim, não é mais possível a manutenção da configuração do plano de contribuição definida. Em outubro de 2015, em cumprimento de determinação judicial, a Sistel transferiu parte do excesso de recursos do plano de benefícios PBS-A, no montante de R\$ 3.042 milhões, para solvência do PAMA. Do total transferido, R\$ 1.676 milhões estão relacionados aos planos patrocinados pela Companhia. O valor foi estabelecido com base em estudos atuariais elaborados por consultoria externa mediante premissas aderentes à massa de usuários do PAMA, bem como avaliação do crescimento das despesas médicas inerentes a esta massa. A partir da referida determinação judicial, a Companhia passou a calcular e divulgar as informações sobre as obrigações atuariais do PAMA, de acordo com as regras do CPC 33 (CVM 655). Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social: Movimentações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

Controladora

2017

Planos de

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0015258-0 Protocolo: 00-2018/132119-0 Data do protocolo: 20/06/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 26/06/2018 SOB O NÚMERO 00003218179 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: ED1CD3A6AF164CAF4BAAF25083BD4D6DCC1922C1675DB1968E7C84F336F4115

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 49/57

continua - Σ

-A continuação-

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

Declara-se, contudo, que a ANATEL interps o agravo de instrumento nº 001068-32/2018.8.19.0000, contra a decisão que homologou o plano de recuperação judicial, sustentando a invalidade da Cláusula nº 4.3.4, que dispõe acerca da forma de pagamento do crédito da redeia autarquia. Tal recurso se encontra pendente de julgamento. Nesta forma, as decisões judiciais em vigor estabelecem que os créditos não tributários da ANATEL em face do Grupo Oi se submetem ao processo de recuperação judicial e serão pagos na forma prevista para os Créditos Concursuais Agências Reguladoras (Cláusula 4.3.4 do Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado), tudo conforme deliberado pelos credores do Grupo Oi na AGC, e decidido pelo Juízo da Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2008. Propostas de Pagamento do PRJ - aprovado em AGC, em 20 de dezembro de 2017 e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018. Os Credores do Grupo Oi passaram a ser credores de dividas (s) emitida(s) pela Recuperanda que em a sua respectiva devedora original. Plano para Credores: Este item apresenta, de maneira detalhada, as principais condições do Plano para pagamento aos Credores do Grupo Oi, incluindo determinadas informações sobre as condições financeiras presentes no PRJ aprovado na AGC das dias 18 e 20 de dezembro de 2017 e homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018. Para um maior detalhamento das condições de pagamento determinadas, favor consultar os termos do PRJ disponibilizado no site www.priju.com.br. Em caso de eventuais divergências entre o resumo abreviado e o PRJ deverá prevalecer o PRJ. Note-se que, conforme definido no Anexo 1.1 do PRJ, considera-se, para fins de contagem do prazo das condições de pagamento, a data da publicação da decisão de homologação judicial do PRJ pelo Juízo da Recuperação Judicial, no diário oficial, da decisão do primeiro grau concessiva da Recuperação Judicial, ocorrida em 8 de janeiro de 2018, tendo sido publicada no Diário Oficial em 9 de fevereiro de 2018, contra a qual não haja recurso com atribuição de efeito suspensivo. Classe I - Credores Trabalhistas: O pagamento dos Créditos Trabalhistas é descrito abaixo: Pagos gerais: será feito o pagamento em 5 parcelas mensais iguais com 180 dias de carência após a Homologação Judicial do Plano. Os créditos trabalhistas, ainda não reconhecidos, serão pagos em 5 parcelas mensais iguais com 6 meses de carência, após trânsito em julgado da decisão que encerrar o processo de homologação do valor devido. Credores Trabalhistas que tenham depósitos judiciais em penhora de suas reclamações: • Será feito o pagamento da dívida mediante liberação imediata do valor depositado em juízo. • Se o depósito for inferior à dívida listada pelo Grupo Oi, o depósito será utilizado para pagar parte da dívida, e o saldo será pago, após decisão do Juízo que homologar o valor devido, em 5 parcelas mensais iguais a partir do decurso dos 180 dias de carência da Homologação Judicial do Plano. Se o depósito for superior à dívida, o Grupo Oi levantará a diferença a seu favor. O pagamento dos Credores Trabalhistas sem depósito em garantia de suas reclamações será feito mediante depósito judicial nos autos do respectivo processo. Crédito da Fundação Atlântico: • Será feito pagamento em 6 parcelas anuais e iguais, com 5 anos de carência, contados a partir da Homologação Judicial do Plano. • Juros/Atualização monetária: 5 anos de carência de Juros INPC + 5,5% ao ano, incidentes a partir da Homologação Judicial do Plano, sendo os juros/Atualização monetária capitalizados anualmente durante o período de carência e serão pagos anualmente, a partir do 6º ano, em conjunto com as parcelas do principal. Classe II - Créditos com Garantia Real: Os credores da Classe 2 serão pagos conforme abaixo: O credor receberá o valor da dívida original, contada na Relação de Credores, corrigido pela taxa da juros/Atualização monetária conforme abaixo: O pagamento do principal será feito da seguinte forma: 72 meses de carência do principal contados a partir da data da Homologação Judicial do Plano. O principal será pago em 108 parcelas mensais, conforme descrito na tabela abaixo:

Meses	Percentual do valor a ser amortizado por mês
0 a 72 ^a	0,0%
73 ^a a 132 ^a	0,33%
133 ^a a 179 ^a	1,67%
180 ^a	1,71%

* 4 anos de carência de juros: Juros: Taxa do Juro de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central, acrescido de 2,946372%, sendo que os juros incidentes ao longo dos 4 primeiros anos não serão pagos e serão capitalizados anualmente ao valor do principal. Classes III e IV - Credores Quirografários e ME/EPP: A proposta de pagamento para os Credores Quirografários e ME/EPP é apresentada abaixo, conforme os limites estabelecidos no PRJ: Pagamento linear Credores Quirografários: Credores Quirografários e ME/EPP, que sejam titulares de créditos no valor de até R\$ 1.000,00 (um mil reais), foram pagos em uma única parcela, em até 20 dias úteis após a Homologação Judicial do Plano. Credores Quirografários e ME/EPP, com créditos em valor superior a R\$ 1.000,00 (um mil reais), poderão optar pelo recebimento em parcela única, desde que concordem em receber apenas o valor de R\$ 100,00 (um mil reais), podendo optar pelo recebimento em parcela única, desde que concordem em receber apenas o valor de R\$ 100,00 (um mil reais), contados do término do prazo para a escolha da opção de pagamento. Credores Quirografários com Depósitos Judiciais: Os créditos Classe 3 e 4 de titularidade dos Credores Quirografários serão pagos após levantamento dos Depósitos Judiciais, respeitando o percentual de deságio de tabela abaixo:

Intervalo do Valor do Crédito	% de Deságio
Até R\$ 1.000,00	0%
R\$ 1.000,01 a R\$ 5.000,00	15%
R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000,00	20%
R\$ 10.000,01 a R\$ 150.000,00	30%
Acima de R\$ 150.000,00	50%

* Será feito o pagamento da dívida mediante liberação do valor depositado; • Se o depósito for inferior à dívida (conforme aplicável, após o deságio indicado acima), o depósito será utilizado para pagar parte da dívida, e o saldo será pago após decisão do Juízo competente que homologar o valor devido conforme a Modalidade de Pagamento Geral, abaixo mencionada; • Se o depósito for superior à dívida (conforme aplicável, após o deságio mencionado acima), o Grupo Oi levantará a diferença a seu favor. Credores Quirografários e ME/EPP que não tenham pagas nas formas previstas acima poderão optar por pagamentos em apenas uma das formas a seguir descritas, limitadas a um montante máximo por oferta. Opção de Reestruturação 1: • Para os Créditos da Classe 3 e 4 será representada em Real pelo valor dos Créditos Classe 3 e 4 que escolherem esta opção, até o limite máximo de R\$10.000.000,00, podendo escolher uma das seguintes opções: (i) reestruturação dos créditos; (ii) depósitos privados, ou (iii) debêntures adicionais. • Parte dos Créditos da Classe 3 e 4 será representada em Dólares Norte-Americanos pelo valor dos Créditos

OPEX e CAPEX do ano anterior; ou (iii) R\$ 5 bilhões. • Adicionalmente, quaisquer recursos oriundos de Aumento de Capital serão adicionados ao cálculo do Saldo da Caixa Mísera. Aumentos de Capital - Novos Recursos Respeitado o direito de preferência dos acionistas, e atendendo as condições precedentes descritas no item a seguir, a Recuperanda se obriga a realizar o Aumento de Capital - Novos Recursos no montante total de R\$ 4.000.000.000. O Preço de Emissão das Novas Ações Ordinárias II será calculado pela divisão do valor de R\$ 3.000.000.000 pelo número de ações de Oi em circulação no dia 01 imediatamente anterior ao aumento de capital. Será devido um prêmio de compromisso de 8% em Dólares Norte-Americanos ou 10% em ações de emissão da Recuperanda aos investidores identificados no Contrato de "Backstop", que se comprometerem a prontamente fornecer ou obter compromissos firmes de garantia da subscrição integral do aumento de capital, conforme definido no mencionado Contrato de "Backstop". Determinados aspectos relacionados ao Contrato de "Backstop" podem vir a sofrer alterações em razão da decisão que homologar o plano de recuperação judicial, contra a qual foram opostos embargos de declaração, notadamente por ter sido determinado a extensão do prêmio de compromisso aos demais credores da mesma natureza que estejam nas mesmas condições dos investidores identificados no Contrato de "Backstop". Obrigações Adicionais e outras alterações relevantes: Restrição à Pagamentos de Dividendos: O Grupo Oi não poderá declarar ou efetuar o pagamento de qualquer dividendo, retorno de capital ou realizar qualquer outro pagamento ou distribuição sobre (ou relacionado) às ações de suas empresas (incluindo qualquer pagamento em relação a qualquer fusão ou consolidação envolvendo qualquer Recuperanda), exceto nos hipóteses previstas no Plano. As Recuperandas somente realizarão qualquer distribuição de dividendos aos seus acionistas da seguinte forma: (i) até o 6º aniversário da data da Homologação Judicial do Plano, conforme aplicável, as Recuperandas não realizarão qualquer pagamento de dividendos; e (ii) após o 6º aniversário da data da Homologação Judicial do Plano, conforme aplicável, as Recuperandas estarão autorizadas a pagar dividendos somente se o quociente dívida líquida consolidada da Oi / EBITDA for igual ou inferior a 2, após o encerramento do exercício social relevante. Suspensão de Obrigações: Começando no dia de um Evento de Suspensão de Obrigações e terminando em uma Data de Reversão (conforme definido abaixo) ("Período de Suspensão") no que se refere aos Créditos Concursuais, as seguintes obrigações não serão mais aplicáveis aos Créditos Concursuais e serão renegociados e pagos na forma do Plano (para fins desta cláusula, "Obrigações Suspensas"): • Pagamento anual antecipado com Geração de Caixa Excedente; • Restrição a Pagamento de Dividendos. As Recuperandas serão integralmente isentas de qualquer responsabilidade por quaisquer atos ou eventos lícitos ou ilícitos durante o Período de Suspensão ou, ainda, qualquer obrigação contratual anterior a uma Data de Reversão (como se, nesse período de tempo, esses atos, eventos ou obrigações existissem permitidos). Em qualquer período de tempo, caso 2 (duas) agências de "rating" desclassifiquem a Oi com grau de investimento e, nenhum downgrading tenha ocorrido, as obrigações listadas acima estarão suspensas ("Evento de Suspensão de Obrigações"). Se em qualquer data subsequente ("Data de Reversão"), 1 (uma) ou ambas as agências de "rating" cancelarem os "ratings" de grau de investimento ou reduzir os "ratings" da Oi abaixo do grau de investimento, as obrigações suspensas voltarão a ser aplicáveis. Condições Precedentes: O PRJ, no anexo da cláusula 4.3.3.5, estabeleceu um conjunto de condições precedentes recíprocas e suspensivas que precisam ser verificadas ou formal e expressamente dispensadas pelos credores quirografários qualificados até à efetiva conversão dos créditos em títulos de Companhia. Em 31 de dezembro de 2017 a Administração não tem conhecimento de que exista qualquer descumprimento destas condições. Situação de Bens do Ativo Permanente: O PRJ, no anexo da cláusula 3.1.3, lista um conjunto de bens do ativo permanente que a Administração pode alienar como forma de obter recursos adicionais. A Administração da Companhia vem desenvolvendo esforços no sentido da alienação de alguns investimentos financeiros, não tendo ainda concluído qualquer operação. Emissão de Títulos: O PRJ, no anexo da cláusula 2.1, lista um conjunto de operações societárias que a Administração pode implementar com vista a otimizar e incrementar os resultados de Companhia, contribuindo para o cumprimento das obrigações do PRJ. Em 1 de março de 2018 foi concluída a incorporação da Oi Internet na Oi Móvel. Empresas subsidiárias da Companhia: As participações devedoras no capital das subsidiárias da Companhia, estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Outra	Indireta	Outra	Indireta
Oi Móvel S.A.	Telefonia móvel - Região II	100%		100%	
Paggo Empreendimentos S.A. ("Paggo")	Sistemas de pagamentos e de crédito		100%		100%
Paggo Aquisitor Gestão de Meios de Pagamentos Ltda. ("Paggo Aquisitor")	Sistemas de pagamentos e de crédito		100%		100%
Paggo Administradora Ltda. ("Paggo Administradora")	Sistemas de pagamentos e de crédito		100%		100%
Capgem 4 Participações S.A.	Investimentos em propriedades	100%		100%	
Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Dommo")	Compra e venda de Imóveis	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
SERREDE - Serviços de Rede S.A. ("Serrede")	Serviços de Rede	81,43%		81,43%	
Rede Conecta - Serviços de Rede S.A. ("Rede Conecta")	Serviços de Rede		100%		100%
Brazil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BT Multimídia")	Tráfego de dados	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
BT Card Serviços Financeiros Ltda. ("BT Card")	Serviços financeiros	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Brazil Telecom Call Center S.A. ("BT Call Center")	Serviços de call center e telemarketing	100%		100%	
Oi Internet S.A. ("Oi Internet")	Internet	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Oi Paraguay Comunicações S.R.L. ("Oi Paraguay")	Tráfego de dados	100%		100%	
Pointnet Networks S.A. ("Pointnet")	Internet VDI	100%		100%	
VEX Venezuela CA	Internet VDI	100%		100%	
VEX Ukraine LLC	Internet VDI	40%		40%	
VEX USA Inc.	Internet VDI	100%		100%	
VEX VIE Canada Ltd	Internet VDI	100%		100%	
Pointnet Networks S.A. - SUC Argentina	Internet VDI	100%		100%	
	Internet VDI	100%		100%	

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0015258-0 Protocolo: 00-2018/132119-0 Data do protocolo: 20/06/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 26/06/2018 SOB O NÚMERO 00003218179 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: ED1CD3A6AF164CAF4BAAF25083BD4D6DCC1922C1675DB1968E7C84F336F4115

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 51/57

11ª ao 20ª	2,0%
21ª ao 33ª	5,7%
34ª	5,9%

• A taxa de juros será (i) correspondente à taxa anual de 80% do CDI para os créditos em reais, e (ii) 1,75% ao ano para os créditos em Dólares Norte-Americanos, sendo que os juros serão capitalizados anualmente ao valor do principal e pagos semestralmente a partir do 66º mês da Homologação do Plano; • Uma vez atingido os limites estabelecidos nesta oferta, os saldos remanescentes dos créditos que optaram por esta oferta, serão pagos conforme Modalidade de Pagamento Geral, mencionada abaixo; Opção de Reestruturação 2: • Os credores que optaram por essa modalidade de pagamento terão seus créditos reestruturados em Dólares Norte-Americanos, em até 6 meses após a Homologação Judicial do Plano, observado o limite máximo de USD 850.000.000,00 + 60 meses de carência de principal; • O principal será pago em 24 parcelas semestrais e sucessivas, conforme tabela abaixo:

Semestres	Percentual do valor a ser amortizado por semestre
0 ao 10ª	0,0%
11ª ao 20ª	2,0%
21ª ao 33ª	5,7%
34ª	5,9%

• Juros de 1,25% ao ano, capitalizados anualmente ao valor do principal e pagos semestralmente a partir do 66º mês da Homologação do Plano, sendo que: • durante o período de carência de principal serão pagos semestralmente 10% do valor total de juros, enquanto que os 90% restantes serão capitalizados ao principal anualmente. Após esse período 100% do valor total de juros serão pagos semestralmente; • uma vez atingido os limites estabelecidos nesta oferta, os saldos remanescentes dos créditos que optaram por esta oferta, serão pagos conforme Modalidade de Pagamento Geral, mencionada abaixo; • a cessão de direitos dos credores que optaram por esta oferta somente poderá ocorrer mediante consentimento prévio da Oi; Reestruturação dos "Bônus": Reestruturação dos "Bônus" não-qualificados: • Esta oferta só está disponível para os "bondholders" com créditos de até USD750.000,00, sendo que o limite máximo dessa oferta é de USD600.000.000,00; • Deságio de 50%, o qual será aplicado primeiramente aos juros e, após, à parcela principal; • Carência do Principal: 6 anos a partir da homologação do Plano; • O principal será equivalente a 50% dos créditos dos "bondholders" não-qualificados, limitado ao valor de USD250.000.000,00, e será amortizado em 12 parcelas semestrais e sucessivas, conforme a tabela abaixo:

Semestres	Percentual do valor a ser amortizado por semestre
0 ao 12ª	0,0%
13ª ao 18ª	4,0%
19ª ao 23ª	12,66%
24ª	12,70%

• Juros: 6% ao ano em Dólares Norte-Americanos, capitalizado anualmente ao valor do principal e pago a partir do 79º mês contado da homologação judicial do Plano; Reestruturação dos "Bônus" qualificados: • Esta oferta só está disponível para os "bondholders" com créditos acima de USD750.000,00, sendo que receberão o seguinte: • Ações ordinárias emitidas pela Oi e devidas pela PTIF, O Um pacote com: • Novas "Notes"; • As Novas Ações Ordinárias I; e • Bônus de Subscrição; • Razões de troca: para cada USD664.573,98: 0,9137 ações ordinárias emitidas pela Oi e devidas pela PTIF, O Novas "Notes", emitidas ao preço global de USD145.262, o qual compreende o valor de face de USD130.000 e um prêmio de emissão de USD15.262; O 119 017 Novas Ações Ordinárias I; 0,9155 Bônus de Subscrição; OBS: as razões de troca pressupõem que a quantidade de ações ordinárias e preferências de emissão de Oi de 825.760,902; • As Novas "Notes" serão emitidas em múltiplos de USD1.000, e terão o valor de face máximo de R\$ 6.300.000.000, equivalente ao valor de face máximo de USD1.918.100.167,45; O vencimento: 7º ano após a sua data de emissão; O Principal: será pago em parcela única com vencimento no 34º mês após a data de emissão; O Juros: pode acontecer de uma das duas formas abaixo: • 10% ao ano, pagos semestralmente; ou • Durante os 3 primeiros anos contados da homologação do plano, juros de 12% pagos semestralmente, sendo 8% dos juros anuais pagos em dinheiro semestralmente, e os 4% restantes capitalizados semestralmente e pagos no 36º mês após a data de emissão das Novas "Notes", e a partir do 4º ano incidência de juros de 10% ao ano, pagos semestralmente; • As Novas Ações Ordinárias I serão devidas em razão do aumento do capital, mediante a capitalização de créditos; O Serão emitidas até 1.756.054.163 Novas Ações Ordinárias I, com um preço unitário entre R\$ 6,70 e R\$ 7, de modo que o montante total será entre R\$ 11.756.562.892,10 e R\$ 12.292.079.141; • Bônus de subscrição: serão emitidos até 135.081.089 Bônus de Subscrição; Oferta 4: Modalidade de Pagamento Geral: Esta oferta será aplicada aos credores que não se enquadraram nas condições das ofertas anteriores ou caso as ofertas, destacadas acima, atingirem seus limites e o credor ainda tiver saldo a receber; • O pagamento do principal será feito em 5 parcelas anuais, iguais e sucessivas após o prazo da carência de 20 anos; • Juros/atualização monetária: 12% ao ano, em caso de créditos quinqüenários que optem por receber o pagamento de seus respectivos créditos em reais, incidentes a partir da Homologação Judicial do Plano, sendo que o valor total dos juros e atualização monetária acumulados no período será pago somente: • em conjunto, com a última parcela de principal; • Sem juros em caso de créditos quinqüenários que optem por receber o pagamento de seus respectivos créditos em Dólares Norte-Americanos ou Euros; • A Recuperação terá a opção de quitar antecipadamente por meio do pagamento de 15% do valor do principal e, juros capitalizados; • Limite de pagamento: R\$ 70.000.000.000, subtraindo o valor dos créditos concursais que foram reestruturados de outra forma nos termos do plano; Credores Fornecedores Parceiros: • Credores Fornecedores Parceiros, fornecedores de bens ou serviços que mantiveram termos e condições praticados anteriores à data do ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial; terão seus créditos não decorrentes de empréstimos ou financiamentos concedidos ao Grupo Oi pagos até o limite de R\$ 150 ml, em até 20 dias úteis contados do término do prazo para a escolha da opção de pagamento; Caso estes fornecedores possuam créditos em montante superior a R\$ 150 ml, receberão o saldo remanescente com desconto de 10% em 4 parcelas anuais, iguais e sucessivas; acrescidas de (i) 12% ao ano, em caso de créditos em reais, e (ii) 0,5% ao ano em caso de créditos em Dólares Norte-Americanos ou Euros; Créditos de partes relacionadas: Créditos referentes a mutuos realizados entre as empresas Recuperadas do Grupo Oi, mutuos estes realizados com recursos decorrentes das operações realizadas no mercado internacional pelas Recuperadas, serão pagos conforme descrição abaixo: • O principal será pago a partir do 20º ano após a quitação dos créditos da Modalidade de Pagamento Geral; O pagamento do principal será feito em 5 parcelas anuais, iguais e sucessivas; • Juros/atualização monetária: 12% para créditos "intercompany" em Reais, incidentes a partir da Homologação Judicial do Plano, sendo que o valor total dos juros e atualização monetária acumulados no período será pago somente: • em conjunto, com a última parcela de principal; Sem juros para créditos "intercompany" em Dólares Norte-Americanos ou Euros; As Empresas Oi poderão convencionar forma alternativa de extinção dos créditos "intercompany" nos seus termos e condições originalmente contratados, inclusive, mas não se limitando, ao encontro de contas estabelecido na forma da Lei: Geração da Caixa Ext: cliente ("Cash Sweep"); Os Credores Quinqüenários, ME/EPP e Credores com Garantia Real poderão acelerar o recebimento de: • seus créditos contra o Grupo Oi com "Cash Sweep", que será distribuído proporcionalmente entre os créditos, conforme as seguintes condições: • Nos primeiros 5 anos após Homologação Judicial do Plano, o Grupo Oi destinará o equivalente a 100% do montante da receita líquida da venda de ativos que excederem US\$ 200 milhões; • A partir do 6º ano após Homologação Judicial do Plano, o Grupo Oi destinará o montante equivalente a 70% do Saldo da Caixa que exceder o Saldo da Caixa Mínimo; • O Saldo da Caixa Mínimo é definido como o maior valor dentre: (i) 25% da soma de

as participações em colapsos são avaliadas por equivalência patrimonial e estão demonstradas abaixo:

Empresas	Atividade	Direta 2017	Indireta 2017	Direta 2018	Indireta 2018
Companhia AIX de Participações (AIX)	Tráfego de dados	50%		50%	
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo Soluções")	Financeira		50%		50%
Hispamar Satélites S.A. ("Hispamar")	Operação de Satélites	19,04%		19,04%	
Gamecorp S.A. ("Gamecorp")	Serviço de TV por assinatura, exceto programadoras		29,90%		29,90%

Continuidade das operações: As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial. A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas Oi. Tal continuidade foi corroborada com a aprovação do PRJ pela ampla maioria de credores, em Assembleia Geral de Credores realizada em 20 de dezembro de 2017, aprovação esta homologada pelo Juízo da Recuperação Judicial, em 8 de janeiro de 2018. Referido decisão foi publicada no dia 5 de fevereiro de 2018, de modo que os empréstimos e financiamentos foram renovados e os respectivos saldos devem ser recalculados de acordo com os termos e condições do Plano de Recuperação Judicial, no curso do ano-calendário de 2018, em conformidade com as medidas necessárias à sua implementação. Adicionalmente o Conselho de Administração da Companhia tem uma expectativa razoável de que as Empresas Oi poderão manter suas atividades habituais, esperando que seus contratos permaneçam válidos e eficazes durante todo o processo de implementação das medidas aprovadas no PRJ. Além disso, foi contratado um avaliador independente para emitir laudo de avaliação da viabilidade econômico-financeira das empresas Recuperadas no âmbito do PRJ, em consonância com a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 que regula a recuperação judicial. O Laudo de Viabilidade econômico-financeira emitido encontra-se arquivado nos autos de RJ. A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de recuperação judicial e da concretização de outras previsões das Empresas Oi. Até o momento, conforme reforçado em manifestação protocolada nos autos de RJ em 10 de abril de 2018 por "Bondholders" qualificados que já optaram pela conversão dos seus créditos em ações da Companhia na forma da Clause 4.3.3.2 do Plano, não apenas as Recuperadas, mas também importantes credores têm trabalhado em conjunto para cumprir satisfatoriamente todos os prazos, requisitos legais e obrigações a que estão sujeitas no âmbito do processo de recuperação judicial. Embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se que essas condições e circunstâncias indicam a existência de incerteza significativa que poderá afetar o êxito da recuperação judicial e suscitar dúvidas sobre a capacidade das Empresas Oi de continuarem em operação, incluindo o cumprimento nas condições precedentes reclusivas ou suspensivas incluídas no PRJ. Em 31 de dezembro de 2017, o total do patrimônio líquido é de R\$ 5.678.706 (R\$ 5.616.602 na controladora), o prejuízo líquido do exercício é de R\$ 4.333.855 (R\$ 4.271.512 na controladora) e o capital circulante líquido negativo é de R\$ 11.916.600 (R\$ 9.724.552 na controladora). Em 31 de dezembro de 2018, o total do patrimônio líquido representado é de R\$ 10.008.847 (R\$ 10.085.400 na controladora), o prejuízo líquido do exercício representado é de R\$ 3.417.477 (R\$ 3.203.926 na controladora) e o capital circulante líquido negativo representado é de R\$ 8.716.424 (R\$ 7.731.232 na controladora), vide Nota 27.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas. (a) Base de elaboração: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir. A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e as estimativas são significativas estão divulgadas no item (c). Nos termos do CPC 26 (IAS 1) a Companhia entende que a homologação do Plano de Recuperação Judicial e um evento de 2018 e não reconhecem qualquer impacto do mesmo nos passivos financeiros abrangidos pelo Plano e registrados em 31 de dezembro de 2017, tendo divulgado os impactos assumidos a registrar em 2018 na Nota 27. Já no que se refere à avaliação das provisões para contingências registradas em 31 de dezembro de 2017 a Companhia entende ter base contábil para refletir nessa avaliação os efeitos da Recuperação Judicial conforme determinado no CPC 25 (IAS 37). Não houve mudanças nas políticas contábeis adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2016. Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas: As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as IFRS – "International Financial Reporting Standards" emitidas pelo IASB – "International Accounting Standards Board" e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovadas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, vigentes em 31 de dezembro de 2017, que são as mesmas seguidas para as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016. Os ativos e passivos da Copart 4 encontram-se consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras da Companhia, devido aos princípios "ricos" e "vencidos" dessa transação permanecerem na controladora. A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, a que correspondem as utilizadas por ela na sua gestão. (b) Representação dos valores referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a data-base de 1 de janeiro de 2016: A Administração da Companhia identificou, por conta do processo de recuperação judicial, bem como na preparação do Plano de Recuperação Judicial a existência de deficiências em alguns controles de processos operacionais e financeiros e a oportunidade de obter melhores informações das entidades envolvidas no processo de recuperação judicial. (Nota 1) Acreditando a existência de informação apropriada para a conclusão do teste da avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros e aos efeitos das deficiências identificadas pela Administração no âmbito da Preparação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia está representando, nessas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os saldos comparativos das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 1 de janeiro de 2016 (correspondente aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2015), anteriormente aprovadas, auditadas e emitidas em 28 de março de 2017 e 30 de março de 2016, respectivamente, em consonância com os requerimentos previstos do CPC 23 (IAS 8) – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros para refletir os seguintes ajustes: (a) Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração (CPC 01 R1 /IAS 36). Com a aprovação e homologação do PRJ (Nota 1), a Companhia entende estarem reunidas as condições necessárias à fundamentação das premissas para a avaliação do valor recuperável dos ativos de longa duração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e em 1 de janeiro de 2016 nos termos do CPC 01 R1 (IAS 36) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Com o objetivo de correção de erro, a Companhia reconheceu uma perda estimada para desvalorização de ativos não financeiros ("impairment") em 1 de janeiro de 2016 de R\$ 249 milhões (R\$ 222 milhões na controladora). (b) Reconhecimento de tributos – endos (CPC 32 / IAS 12 e ICVM 37/2002). Em decorrência das projeções de expectativa de lucro tributável à época estimadas com base nos eventos e condições existentes em cada data-base, a Companhia em 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2017 registrou uma redução do valor do tributo diferido anteriormente reconhecido no balanço em R\$ 1.683 milhões (R\$ 1.179 milhões na controladora) e R\$ 1.190 milhões (R\$ 455 milhões na controladora), respectivamente. O resultado líquido de 2016 foi aumentado em R\$ 473 milhões, pela revisão da

continua ->

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

NIRE: 333.0015258-0 Protocolo: 00-2018/132119-0 Data do protocolo: 20/06/2018

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 26/06/2018 SOB O NÚMERO 00003218179 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: ED1CD3A6AF164CAF4BAAF25083BD4D6DCC1922C1675DB1968E7C84F336F4115

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 52/57



→ continuation

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A Diretoria e acionistas da Telcelier Norte Leste S.A. – em Recuperação Judicial, Rio de Janeiro – RJ. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Telcelier Norte Leste S.A. em Recuperação Judicial (Companhia), identificamos como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Telcelier Norte Leste S.A. – em Recuperação Judicial em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), inventaria relevante relacionada com a continuidade operacional; Cramosmos alegação para Nota 1 a IFRS 4.2715/12 mil na controladora, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 4.330.855 mil em 2017 e R\$ 4.2715/12 mil na controladora, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 11.916.680 mil (R\$ 9.274.552 mil na controladora). Conforme apresentado na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, esses eventos ou condições juntamente com a necessidade de manutenção e o cumprimento do plano de recuperação judicial aprovado pelos credores em 20 de dezembro de 2017 e homologado pelo Juízo da 7ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro em 8 de janeiro de 2018 e o atendimento das condições preventivas a conversão de dívidas em ações como definido no referido plano, indicam a existência de incerteza relevante que pode levar a dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nesse sentido não está ressalvada em relação a este assunto. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e interpretações de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades das auditorias pelo auditore das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a seus controlados, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Aceitamos que a existência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por esses outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras que, com nosso conhecimento obtido no auditoria, ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos obrigados a comunicar esse fato. No caso temos nada a dizer e esse relatório. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelas políticas internas que ela determinou como necessárias para garantir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, o não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Objetivamos obter evidências dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. O emitente relata de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, avaliamos julgamento profissional e mantemos cuidado profissional ao longo da auditoria. Além disso: * Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco do não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contorno, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. * Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos da auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. * Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. * Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional, com base nas evidências de auditoria obtidas. Se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. * Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondências transacionais e os eventos de natureza contábil com o objetivo de apresentação adequada. * Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente relativa às informações financeiras das atividades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a administração e respeito, entre outros aspectos, do alcance paralelo, da época da auditoria e das distorções significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 19 de junho de 2018. KPMAS Auditores Independentes - CRC SP-0140280-6 S/R/L, Luis Claudio França de Araújo - Contador (CRC RJ-095569-0).

Id: 2193939

PARKIA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 16.563.671/0001-09

Relatório da Diretoria: Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Rio de Janeiro-RJ, 05 de junho de 2018. A Diretoria.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em R\$ Mil)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em R\$ Mil)		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Em R\$ Mil)		Reser-		Re-		Re-		Acumul.		Liqui-	
						va de		serva		de Con-		dos	
						Social		Legal		versão		(Prej.)	
						Capital		cial		lados		Total	
ATIVO	2017	2016	Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2017	2016								
Ativo Circulante	37.412	14.324	Lucro (Prejuízo) do Exercício	274.711	283.391								
Caixa e equivalentes de caixa	209	46	Resultado de equivalência patrimonial	(274.787)	(283.484)								
Dividendos a receber	37.138	14.254	Redução (aumento) nos ativos operacionais	(41)	(2)								
Impostos a recuperar	65	24	Aumento (redução) nos passivos operacionais	22	(28)								
Ativo Não Circulante	2.085.026	1.890.722	Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais	(76)	(133)								
Investimentos em controladas e coligadas	2.085.026	1.890.722	Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento										
TOTAL DO ATIVO	2.122.438	2.005.046	Recuperação de ações resgatáveis	93.120	84.430								
			Dividendos recebidos	35.499	80.805								
			Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	128.609	145.035								
			Fluxos das Atividades de Financiamento	(57.508)	(38.316)								

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: TELEMAR NORTE LESTE S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL

NIRE: 333.0015258-0 Protocolo: 00-2018/132119-0 Data do protocolo: 20/06/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 26/06/2018 SOB O NÚMERO 00003218179 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: ED1CD3A6AF164CA0F4BAAF25083BD4D6DCC1922C1675DB1968E7C84F336F4115

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 53/57



-continuação

TELEMAR NORTE LESTE S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ 33.000.118/0001-79

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2017 está demonstrada a seguir:

SEGMENTO DO ATIVO	BTGPREV	TCS PREV	PBS- Telemar	Telemar	PBS-A	PBS-TNC	CEL PREV	PAMA
Fundo fixo	92,17%	84,25%	89,01%	91,40%	92,24%	98,53%	99,03%	100,00%
Fundo variável	1,32%	3,25%	1,78%	2,21%	1,59%			
Investimentos estruturados	5,21%	11,45%	9,12%	5,08%	0,21%	0,01%		
Investimentos no exterior								
Imóveis	0,69%	0,72%	0,74%	0,70%	4,98%			
Empreendimentos a participações	0,62%	0,33%	0,35%	0,61%	0,97%	1,06%	1,97%	
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

b) Participações dos empregados nos resultados: No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas, registraram provisões para participação dos empregados nos resultados com base nas estimativas do cumprimento das metas individuais e corporativas, no montante total de R\$ 125.616 na controladora e R\$ 224.535 no consolidado. 24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: Transações com partes relacionadas consolidadas: (até o nível da "holding" Oi)

	Controladora	Consolidado
	2016 01/01/2016	2016 01/01/2016
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
	2017	2017

Ativo								
Títulos de emissão de partes relacionadas ("Senior Notes")			61.487				61.487	
Oi Holanda			61.487				61.487	
Contas a receber	1.890.194	1.089.829	954.947	572.782	800.637	399.093		
Oi	121.174	71.623	59.507	577.589	800.276	398.135		
Rio Atto	193	361	958	193	361	958		
Oi Móvel	1.653.217	977.124	862.318					
BT Multiplida	52.787	21.795	16.228					
Oi Internet	62.622	18.921	15.857					
Seride	155	2	79					
Paggo Administração	46	2						
Créditos com controladas	173	157	23.979	4.619.733	4.143.112	25.715		
Oi				4.619.733	4.142.241	1.869		
Oi Serviços Financeiros			23.847			871	23.847	
Oi Móvel	173	157	132					
Debitores	1.185.952	1.075.514	939.723	1.185.952	1.075.514	939.723		
Oi	1.185.952	1.075.514	939.723	1.185.952	1.075.514	939.723		
Dividendos a receber	670.125	1.168.550	184.485	27.940	27.940	27.940		
BT Multiplida	127.936	87.593	20.500					
BT Serviços Financeiros	2.457	1.956	1.165					
Oi Móvel	348.590	348.590	1.214					
Operat S	27.940	27.940	27.940	27.940	27.940	27.940		
Oi Internet	363.142	700.571	133.666					
Demais ativos	380.112	258.147	124.603	58.265	79.382	210.748		
Oi	8.596	3.685	124.500	58.265	79.382	210.748		
Oi Móvel			56.846	103				
Seride	138.692	39.455						
BT Multiplida	29	514						
Oi Internet		24.959						
Rede Conecta	232.625	132.688						

	Controladora	Consolidado
	2016 01/01/2016	2016 01/01/2016
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
	2017	2017
Passivo		
Fornecedores	1.449.294	1.230.778
Oi	220.365	191.581
Oi Móvel	85.948	104.206
Seride	121.150	81.688
Paggo Administração	20.136	13.821
BT Multiplida	697	573
Oi Internet	834.919	585.941
Rede Conecta	166.069	243.070
Empreendimentos financeiros		
(Nota 17) (i)	4.360.441	3.964.354
Oi	3.064.056	2.774.123
Oi Móvel	811.243	734.480
BT Multiplida	9.105	9.354

recursos no montante de R\$ 1.184 (2016 - R\$ 1.831). Adicionalmente, na operação de CP, foram concedidos juros para Oi a partir de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. As receitas relativas a esses ativos totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 R\$ 210 (2016 - R\$ 283). Transações com partes relacionadas não consolidadas

	Controladora	Consolidado
	2016 01/01/2016	2016 01/01/2016
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
	2017	2017

Advo					
Contas a receber			5.929	5.328	4.916
Outras entidades			5.929	5.328	4.916

	Controladora	Consolidado
	2016 01/01/2016	2016 01/01/2016
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
	2017	2017

Passivo					
Fornecedores	65.408	84.479	52.425	67.654	87.085
Hispamar	61.163	79.078	52.425	62.094	79.354
Outras entidades	4.245	6.401		5.560	7.731

	Controladora	Consolidado
	2016 01/01/2016	2016 01/01/2016
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
	2017	2017

Receita					
Receita dos serviços prestados			62	48	119
Hispamar			62	48	62
Outras entidades				57	36

	Controladora	Consolidado
	2016 01/01/2016	2016 01/01/2016
	(Reapresentado)	(Reapresentado)
	2017	2017

Custos e despesas					
Custos e despesas operacionais	(27.533)	(244.581)	(215.079)		(258.114)
Hispamar		(216.653)	(185.223)		(220.951)
Outras entidades	(27.533)	(27.928)	(29.856)		(37.163)

Remuneração do pessoal chave da Administração: Em 2017, a remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os diretores estatutários, foi de R\$ 3.986. A homologação judicial do PIA, após sua votação e aprovação pelos credores em assembleia, enseja o pagamento de remuneração excepcional à diretoria estatutária, pontual e não recorrente, de até R\$ 3,5 milhões líquidos mais seus respectivos impostos e encargos, conforme orientação da CVM, de acordo com o estabelecido em contratos firmados com os diretores e aprovados anteriormente pelo Conselho de Administração da OIS A 25. SEGUROS: Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo "todos os riscos" para danos materiais relativos à propriedade que cubra todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes ou alto risco não estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão. As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

	Consolidado
	2016
	(Reapresentado)
Mortalidade de seguro	
Riscos operacionais e lucros cessantes	700.000
Inchando - estoques	150.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	264.640
Furto - estoques	20.000
Responsabilidade civil - geral	20.000
Responsabilidade civil - veículos	3.000

(*) conforme adaptação do câmbio do dia 31 de dezembro de 2017 (taxa: R\$ 3,3080 = US\$ 1,00). 26. OUTRAS INFORMAÇÕES:

a) Aquisição de investimentos: ARM Engenharia/Rede Conecta: Em outubro de 2012, a Companhia e algumas de suas subsidiárias celebraram contrato de prestação de serviços com a ARM Engenharia e Serviços de Engenharia S.A. (ARM Engenharia) para a instalação, operação e manutenção corretiva e preventiva, relativos à planta externa e equipamentos associados da Oi e suas subsidiárias, telefones públicos e redes de fibra ótica e comunicação de dados (incluindo serviços de acesso à banda larga) nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Amazonas, Paraná, Pará, Amapá, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina e, em janeiro de 2012 no Estado de São Paulo. Em abril e maio de 2016, a Seride, subsidiária direta da Companhia, adquiriu os estabelecimentos empresariais da ARM Engenharia nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e passou a administrar e conduzir tais operações. Também em maio de 2016, a Seride celebrou com os acionistas da ARM Engenharia contrato para a aquisição da totalidade das ações de emissão da referida sociedade. A operação foi concluída em 27 de junho de 2016, após o cumprimento das condições precedentes previstas em contrato, com base em operações de mesma natureza, incluindo a conclusão de auditoria jurídica e financeira na ARM Engenharia e a obtenção de aprovação pelo Conselho Administrativo para Defesa Econômica. Na mesma data, a administração da ARM Engenharia foi alterada.

Utilização financeira						
CI Holanda			6.814.678	5.593.452		
Dividendos e juros sobre capital próprio	848.041	848.041	848.041	848.041	848.041	848.041
CI	848.041	848.041	848.041	848.041	848.041	848.041
Demas obrigações	344.545	135.818	38.895	590.285	317.624	331.972
CI	335.204	108.538	38.540	500.285	317.624	331.972
CI Móvel	7.871	26.813	342			
BIT Multinidade	1.007	295	7			
Paggo Administradora	422	5	6			
CI Internet	241	367				

(1) A Companhia controla múltiplos e subsidiárias com sua controladora segundo condições e juros de mercado com o objetivo de financiar suas atividades ou reembolsar dívidas. De mesma forma a Companhia, no âmbito da recuperação judicial mantém a classificação de suas dívidas de acordo com prazo de pagamento.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita				
Receita dos serviços prestados	533.893	587.807	1.020.155	1.043.226
CI	511.778	61.701	1.020.155	1.043.226
CI Móvel	473.238	515.587		
CI Internet	5	3.071		
BIT Multinidade	6.344	6.041		
Serco	1.962	835		
Rede Conecta	599	572		
Rio Alto	528			
Paggo Administradora	38			
Resultados financeiros				
CI	112.742	14.146	589.144	632.582
CI Serviços Financeiros	111.540	137.277	589.045	632.117
Serco		444	99	465
		1.827		
CI Móvel	1.202	1.813		

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Custos e despesas				
Custos e despesas operacionais	(1.468.744)	(1.579.527)	(1.531.109)	(294.940)
CI	(61.106)	(77.076)	(152.563)	(294.940)
CI Móvel	(415.411)	(803.842)		
Serco	(800.810)	(503.466)		
Paggo Administradora	(13.653)	(8.147)		
BIT Multinidade	(405)	(343)		
CI Internet	(1)	(6)		
Rede Conecta	(377.248)	(186.847)		
Rio Alto		(545)		
Despesas financeiras				
CI	(458.846)	(938.847)	(1.630.119)	547.382
CI Móvel	(345.260)	(377.962)	(385.306)	(424.730)
BIT Multinidade	(84.110)	(101.300)		
CI Internet	(564)	(1.179)		
CI Internet	(14)	(315)		
PT Participações	(28.508)	81.908	(28.508)	61.909
CI Serviços Financeiros		(5.076)		(8.501)
CI Holanda		(122.126)		893.704

Linhas de crédito: As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, sendo o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (2016 - 115% do CDI e 01/01/2016 - 115% do CDI). Aluguel de infraestrutura de transmissão: As transações realizadas com a CI e CI Móvel, referem-se a prestação de serviços o acesso de meios abrangendo, principalmente, interconexão e ERLD. As transações realizadas com a CI Internet, referem-se à prestação de serviços de aluguel de portos Dial. Garantias: As garantias de aval são concedidas pela CI sobre financiamentos contratados junto ao BNDES e demais empréstimos. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a título de comissão pelo aval, despesas de R\$ 215.770 (2016 - R\$ 37.453). As garantias em processos judiciais da Companhia são concedidas pela CI mediante autorização de bloqueio da parte de suas ações preferenciais nominativas classe "A". Pela concessão da garantia, a Companhia assume a responsabilidade no montante equivalente a 1,5% a.a. calculado sobre o valor garantido nesses processos judiciais. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a título de comissão pela garantia obtida, despesas de R\$ 219 (2016 - R\$ 8.984). Garantias concedidas: A Companhia é avalista da controlada CI Móvel em financiamentos obtidos junto ao BNDES e empréstimos bancários junto ao BNDES. Os contratos possuem, além do aval da Companhia, garantias de recebíveis da própria controlada CI Móvel. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a título de comissão pela garantia concedida,

combinação de negócios, considerando reacomodamento precavido entre a Companhia e a adquirida, conforme estabelecido pelo CPC 15 e IFRS 3, sendo os valores dos ativos e passivos adquiridos identificáveis até a data do balanço apresentados abaixo:

	ARIM Engenharia / Rede Conecta		Telecom - RJ	
Ativo circulante	210.970		3.128	
Ativo não circulante	41.992		14.245	
Ativo total	252.962		17.373	
Passivo circulante	965.907		77.852	
Passivo não circulante	507.265		27.164	
Patrimônio líquido	(915.101)		(87.643)	
Passivo total	261.562		123.71	

b) Celebração de Memorando de Entendimento - CI S.A. e TIM S.A.: Em 26 de fevereiro a CI celebrou um memorando de entendimento ("Memorandum of Understanding" - MOU) com a TIM Participações S.A. (TIM). Este memorando inicia uma fase de trabalhos que buscam equacionar seus respectivos compromissos e abrir um novo ciclo de planejamento de compartilhamento de infraestrutura, na mesma linha de parcerias que já são praticadas atualmente no mercado de telecomunicações brasileiro. A iniciativa fortalece um ambiente propício e de colaboração industrial dentro de um contexto de convergência saudável para o setor de telecomunicações. 22. EVENTOS SUBSEQUENTES: Incorporação da CI Internet pela CI Móvel: No dia 1 de março de 2018 foi realizada a incorporação da CI Internet pela CI Móvel, ambas subsidiárias diretas da Companhia, em cumprimento ao disposto nos cláusulas 3.15 e 7.1 do PRU da CI e de suas subsidiárias CI Móvel, Telmar, Copart 4, Copart 5, PTIF e CI Holanda. A incorporação constitui uma das etapas do processo de reestruturação societária e patrimonial das Recuperandas previsto expressamente no PRU e tem como objetivo a otimização das operações e incremento dos resultados das Recuperandas e demais subsidiárias diretas e indiretas da CI. Além disso, a unificação das operações da CI Internet e CI Móvel, mediante a consolidação das atividades desenvolvidas, terá consideráveis benefícios de ordem administrativa, econômica e fiscal, com a redução de custos e geração de ganhos de sinergia para melhor eficiência na oferta de serviços. Estima-se os efeitos da incorporação do PRU: Como resultado da aprovação do PRU em AGC realizada nos dias 19 e 20 de dezembro de 2017 e a posterior homologação pelo Juízo de Recuperação Judicial no dia 8 de janeiro de 2018, com publicação no Diário Oficial em 5 de fevereiro de 2018, iniciou-se a restauração dos passivos submetidos à Recuperação Judicial, nas condições previstas no PRU e reunidas no Nota 1, o que deverá resultar em significativa redução de tais passivos. Nos termos do CPC 26 (IAS 1) a Companhia entende que a homologação do Plano de Recuperação Judicial é um evento de 2018 e não reconheceu qualquer impacto do mesmo nos passivos financeiros abrangidos pelo Plano e registrados em 31 de dezembro de 2017. Já no que se refere à avaliação das provisões para contingências registradas em 31 de dezembro de 2017 a Companhia entende por base contábil para realizar essa avaliação os efeitos da recuperação judicial conforme determinado no CPC 25 (IAS 37). Não obstante os passivos financeiros registrados no balanço de 31 de dezembro de 2017 não estejam afetados pelos efeitos do PRU e não estejam reunidos todos os dados para concluir sobre a avaliação desses efeitos e sobre o fornecimento do seu reconhecimento, a Administração entende ser relevante, nos termos do CPC 26 (IAS 1), proceder à divulgação da sua melhor estimativa dos efeitos do PRU nesta data. A Administração da Companhia ressalta, no entanto, que os efeitos ora divulgados foram determinados com base: (i) em indicadores financeiros (taxa de juro, taxa de câmbio, etc.); (ii) na informação das condições dos créditos sobre a forma de pagamento; e (iii) no cumprimento das condições procedentes de implementação do PRU, os quais não dependem intrinsecamente da Companhia e podem ser afetados, o que poderá resultar em diferenças, base ao efetivo registro contábil dos efeitos do PRU, que se tenha ocorrido ao longo do exercício fiscal de 2018, em função do sucesso no atingimento das condições procedentes (Nota 1). Em 30 de junho de 2018 os créditos incluídos no PRU e o valor justo estimado pela Administração dos créditos reestruturados em 31 de dezembro de 2017, é como segue:

	Estimativa de valor dos créditos	Saldos contábeis	Estimativa do valor justo dos créditos reestruturados*
	abarcados por opção em 30/06/2018	em 31/12/2017	
Valores em R\$ milhões - Consolidado			
Classo I - Créditos:			
Trabalhistas	Contas a pagar e provisões (Notas 16 e 20)	145	145
Classo II - Créditos com Garantia Real**	Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	2.476	2.476
Classos III e IV - Créditos Quasegarantidos e Empréstimos e Financiamentos**			
Empréstimos e financiamentos**	Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	8.293	9.070
Múltiplos	Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	9.193	10.475
Agências Reguladoras	Provisões (Nota 20)	9.549	2.105
Total		29.656	24.660

* Desde 20 de junho de 2018 a Companhia vem mantendo para efeitos contábeis o registro da provisão para juros não pagos (Nota 17). O valor justo estimado dos créditos reestruturados, inclui o valor justo dos instrumentos de capital a emitir no âmbito da permuta de dívida por ações. Valor justo estimado na data-base de 31 de dezembro de 2017 / 5 de fevereiro de 2018. AFAC: A Companhia registrou em 20 de março de 2018, AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado pela CI na Companhia, no valor total de R\$ 3 bilhões de reais, sendo R\$ 1.964.042 em dinheiro e R\$ 1.035.958 em créditos cedidos pela CI. O AFAC deverá ser convertido em capital até 31 de dezembro de 2018. O aumento efetivo em capital social está condicionado à anulação prévia de ANATEL.

DIRETORES ESTATUTÁRIOS			
Enrico de Jesus Teles Neto (Diretor Presidente)			
Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão (Diretor e Diretor de Finanças)			
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO		CONTADOR	DIRETOR DE CONTABILIDADE
Silvio Almeida		Marcelo Antônio Leal Gomes	David Tavares Neves Nunes
		CRC-RJ 083.182	

continua ->

documentos dos assuntos acima descritos. Em 1 de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2016 a rubrica de investimentos foi reduzida em R\$ 1.255 milhões e R\$ 2.377 milhões, respectivamente e o resultado líquido de 2016 foi reduzido em R\$ 1.122 milhões. Os efeitos dos ajustes são demonstrados nos quadros abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	Saldo originalmente apresentado em		Saldo reapresentado em		Saldo originalmente apresentado em		Saldo reapresentado em	
	em 01/01/2016		em 01/01/2016		em 01/01/2016		em 01/01/2016	
		Ajustes				Ajustes		
Ativo circulante	7.750.986	(318.569)	7.432.397		13.053.403	(519.630)	12.533.573	
Contas a receber (d) (f)	3.921.961	(184.707)	3.737.154		6.982.060	(330.458)	6.651.602	
Tributos correntes a recuperar (b)	165.976	4.280	170.256		522.396	21.622	544.018	
Outros tributos (e)	419.953	(138.142)	281.811		712.383	(188.994)	513.389	
Outros ativos	3.243.176		3.243.176		4.836.564		4.836.564	
Ativo não circulante	29.910.577	(3.359.016)	26.551.559		33.283.209	(2.935.065)	30.348.144	
Tributos diferidos a recuperar (a) (b)	1.547.687	(1.183.774)	363.913		2.400.949	(1.684.600)	716.349	
Depósitos e bloqueios judiciais (c)	3.810.800	(877.008)	2.933.792		4.692.293	(968.114)	3.724.179	
Investimento (i)	9.567.099	(1.255.067)	8.312.032		140.817		140.817	
Intangível (a)	609.809		609.809		3.057.228	(239.182)	2.818.046	
Outros ativos (d) (e)	14.375.082	(43.169)	14.331.913		22.991.922	(43.168)	22.948.753	
Ativo total	37.661.543	(3.677.587)	33.983.956		46.336.612	(3.448.895)	42.887.717	
Passivo circulante	6.149.118	1.483	6.150.601		12.526.613	186.193	12.712.806	
Fornecedores (d)	1.860.118	1.483	1.861.601		4.995.973	186.193	5.182.166	
Outros passivos	4.289.000		4.289.000		7.530.640		7.530.640	
Passivo não circulante	14.090.611	(97.992)	14.092.619		16.988.183	(26.841)	16.961.342	
Provisões (c)	1.430.298	(97.992)	1.332.306		1.695.641	(26.841)	1.668.800	
Outros passivos	13.260.313		13.260.313		15.392.544		15.392.544	
Patrimônio líquido	16.821.814	(3.581.078)	13.240.736		16.821.814	(3.581.078)	13.240.736	
Prejuízo do exercício		(3.581.078)				(3.581.078)		
Outros	16.821.814		16.821.814		16.821.814		16.821.814	
Participação dos não controladores						(17.169)		(17.169)
Passivo total	37.661.543	(3.677.587)	33.983.956		46.336.612	(3.448.895)	42.887.717	

	Controladora				Consolidado			
	Saldo originalmente apresentado em		Saldo reapresentado em		Saldo originalmente apresentado em		Saldo reapresentado em	
	em 31/12/2016		em 31/12/2016		em 31/12/2016		em 31/12/2016	
		Ajustes relativos a 2015				Ajustes relativos a 2015		
Ativo circulante	7.679.544	(318.569)	7.360.975		14.073.681	(519.630)	13.554.051	
Contas a receber (d) (f) (g)	3.546.804	(184.707)	3.362.097		7.233.050	(330.458)	6.902.592	
Tributos correntes a recuperar (b)	339.529	4.280	343.809		745.914	21.622	767.536	
Outros tributos (e)	535.776	(138.142)	397.634		892.217	(188.994)	703.223	
Outros ativos (h) (i)	3.257.435		3.257.435		5.201.700	(14.963)	5.186.737	
Ativo não circulante	29.046.591	(3.359.016)	25.687.575		35.446.180	(2.935.065)	32.511.115	
Tributos diferidos a recuperar (b)	119.989	(1.183.774)	1.063.785		418.200	(1.684.600)	1.266.400	
Depósitos e bloqueios judiciais (c) (h) (i)	4.161.342	(877.008)	3.284.334		5.329.309	(968.114)	4.361.195	
Investimentos (j)	10.775.061	(1.255.067)	9.519.994		121.580		121.580	
Intangível (a) (h) (i) (j)	443.171		443.171		3.282.904	(239.182)	3.043.722	
Outros ativos (e)	13.346.628	(43.169)	13.303.459		26.284.287	(43.168)	26.241.119	
Ativo total	36.526.135	(3.677.587)	32.848.548		49.519.861	(3.448.895)	46.070.966	
Passivo circulante	15.182.361	1.483	15.183.844		22.006.195	186.193	22.192.388	
Fornecedores (d)	2.963.258	1.483	2.964.741		5.468.889	186.193	5.655.082	
Outros passivos (b) (c)	12.139.093		12.139.093		16.537.306		16.537.306	
Passivo não circulante	6.909.063	(97.992)	6.811.071		12.883.339	(26.841)	12.856.498	
Tributos diferidos a recuperar (b) (e)		353.435	353.435			826.327	826.327	
Provisões (c) (h) (i)	1.628.104	(97.992)	1.530.112		2.176.483	(26.841)	2.149.642	
Outros passivos	5.280.959		5.280.959		10.707.456		10.707.456	
Patrimônio líquido	14.515.111	(3.581.078)	10.934.033		14.515.111	(3.581.078)	10.934.033	
Prejuízo acumulado		(3.581.078)				(3.581.078)		
Prejuízo do exercício		(648.633)				(648.633)		
Outros	14.515.111		14.515.111		14.515.111		14.515.111	
Participação dos não controladores						114.682		114.682
Passivo total	36.526.135	(3.677.587)	32.848.548		49.519.861	(3.448.895)	46.070.966	

	Controladora				Consolidado			
	Saldo originalmente apresentado em		Saldo reapresentado em		Saldo originalmente apresentado em		Saldo reapresentado em	
	em 31/12/2016		em 31/12/2016		em 31/12/2016		em 31/12/2016	
		Ajustes				Ajustes		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(348.001)	(133.205)			(348.001)	(133.205)		(481.206)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(10.960)	(458.405)	(15.361)	(86.465)	(937.404)			(1.506.595)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		(2.383.778)	472.926					(1.910.852)
Prejuízo do exercício	(2.394.738)	472.926	(458.405)	(15.361)	(86.465)	(937.404)		(3.417.447)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(2.355.293)	472.926	(458.405)	(15.361)	(86.465)	(763.328)		(3.203.926)
Atribuído a sócios não controladores	(39.445)					(174.076)		(213.521)

Conciliação do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora				Consolidado			
	Saldo originalmente apresentado em		Saldo reapresentado em		Saldo originalmente apresentado em		Saldo reapresentado em	
	em 31/12/2016		em 31/12/2016		em 31/12/2016		em 31/12/2016	
		(b)	(c)	(d)		(b)	(c)	(d)
Prejuízo do exercício	(2.355.293)	724.130	(448.355)	(2.144)	(1.122.264)			(3.203.926)
Ganho (Perda) de contabilidade de "hedge"	86.872				86.872			86.872
Ganho (Perda) atuarial reflexo	(309)				(309)			(309)
Variação de participação de investimentos	(8.541)				(8.541)			(8.541)
Resultado abrangente antes dos impostos	(2.277.271)	724.130	(448.355)	(2.144)	(1.122.264)			(3.125.504)
Efeito dos impostos sobre outros resultados abrangentes:								
Contabilidade de "hedge"	(29.537)				(29.537)			(29.537)
Ganho atuarial reflexo	105				105			105
Total do resultado abrangente do exercício	(2.306.703)	724.130	(448.355)	(2.144)	(1.122.264)			(3.155.336)
Resultado abrangente atribuído ao acionista controlador	(2.306.703)	724.130	(448.355)	(2.144)	(1.122.264)			(3.155.336)
Resultado abrangente atribuído ao acionista não controlador								

Conciliação da demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora				Consolidado			
	Saldo originalmente apresentado em		Saldo reapresentado em		Saldo originalmente apresentado em		Saldo reapresentado em	
	em 31/12/2016		em 31/12/2016		em 31/12/2016		em 31/12/2016	
		Ajustes				Ajustes		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(348.001)	(133.205)			(348.001)	(133.205)		(481.206)
Itens de resultado que não afetam o caixa								
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	110.705	31.660	142.365		(742.548)	(43.998)		(786.546)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (g)	154.743		154.743		443.385	86.465		529.850
Provisões (c)	273.655	263.322	536.977		494.183	323.200		817.383
Equivalência patrimonial (h)	(1.543.488)	1.122.264	(421.224)		(1.392)			(1.392)
Atualização monetária de provisões (c)	148.588	153.373	301.961		205.842	177.203		383.145
Outros itens de resultado que não afetam o caixa	3.112.772		3.112.772		4.516.585			4.516.585
Multiplexes patrimoniais								
Tributos (b) (d)	(312.128)	2.144	(309.984)		(245.408)	15.360		(230.048)
Outras multiplexes patrimoniais	(419.177)		(419.177)		(3.310.134)	937.405		(2.372.729)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	630.854		630.854		1.349.653			1.349.653
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(1.929.548)		(1.929.548)		(6.324.505)			(6.324.505)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	715.554		715.554		5.873.649			5.873.649
Variação cambial sobre equivalentes de caixa	(2.966)		(2.966)		(154.850)			(154.850)
Fluxo de caixa do exercício	(586.006)		(586.006)		743.947			743.947
Variação no exercício	(586.006)		(586.006)		743.947			743.947